

FEVEREIRO ■ MARÇO ■ ABRIL/2001 N°60 R\$ 8,00

O CRIME DO URÂNIO EMPOBRECIDO

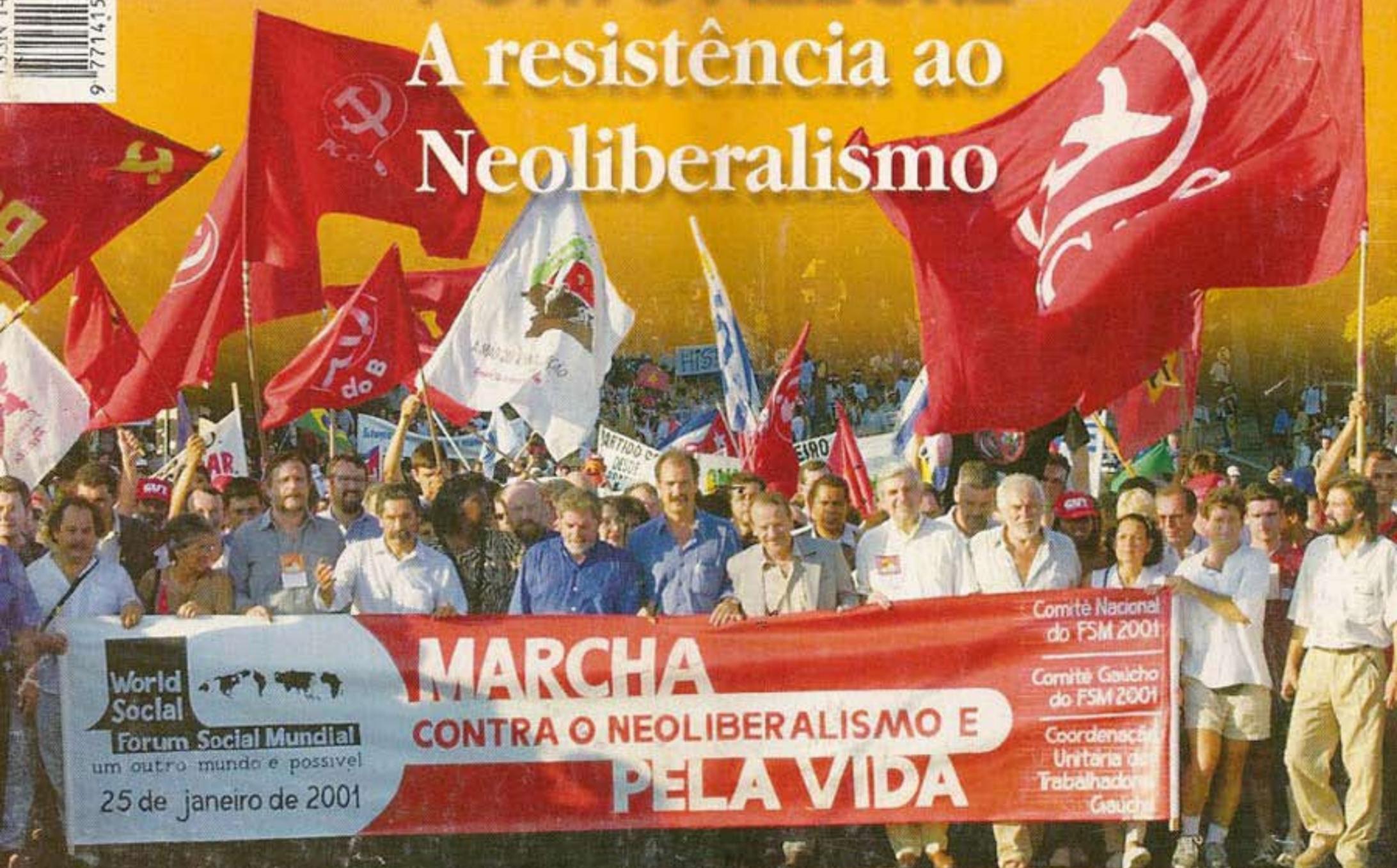
Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO



DAVOS
X

PORTO ALEGRE A resistência ao Neoliberalismo



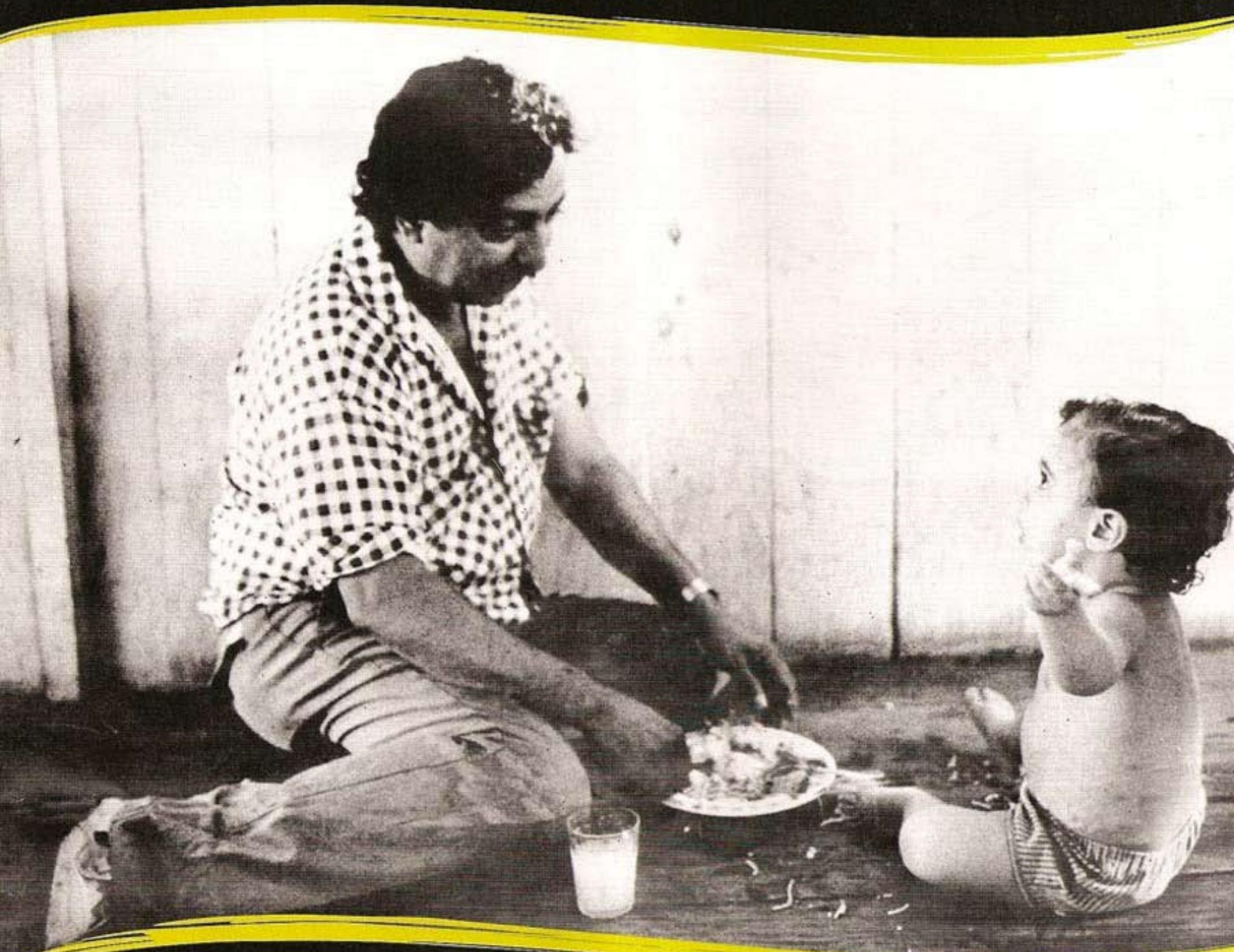
World Social Forum Social Mundial
um outro mundo é possível
25 de janeiro de 2001

MARCHA
CONTRA O NEOLIBERALISMO E
PELA VIDA

Comitê Nacional do FSM 2001
Comitê Gaúcho do FSM 2001
Coordenação Unitária de Trabalhadores Gaúchos



adjunto
da
solidariedade



**Dignidade, trabalho
e florestania**



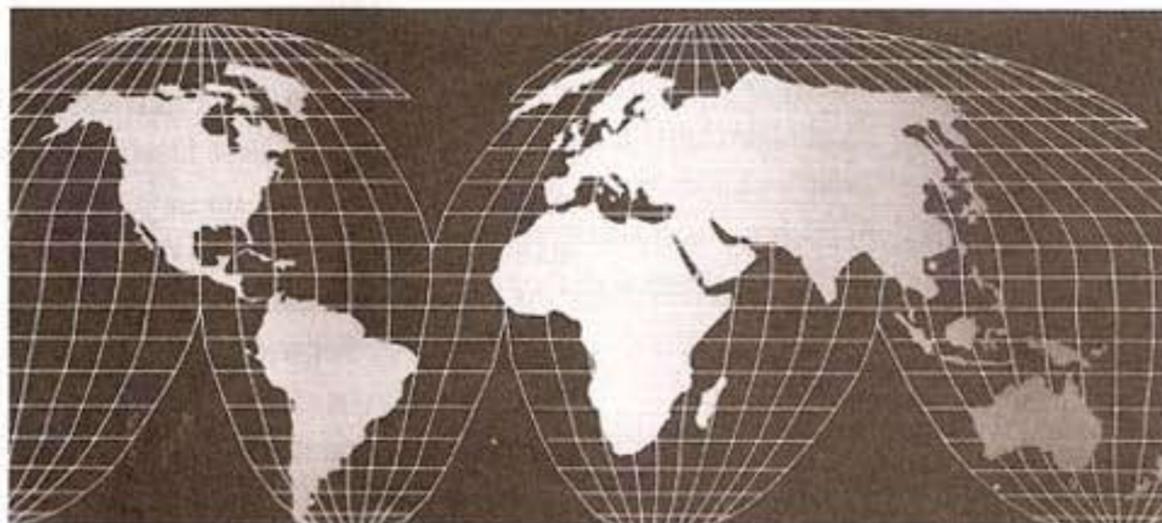
Porto Alegre X Davos: neoliberalismo e luta de classes

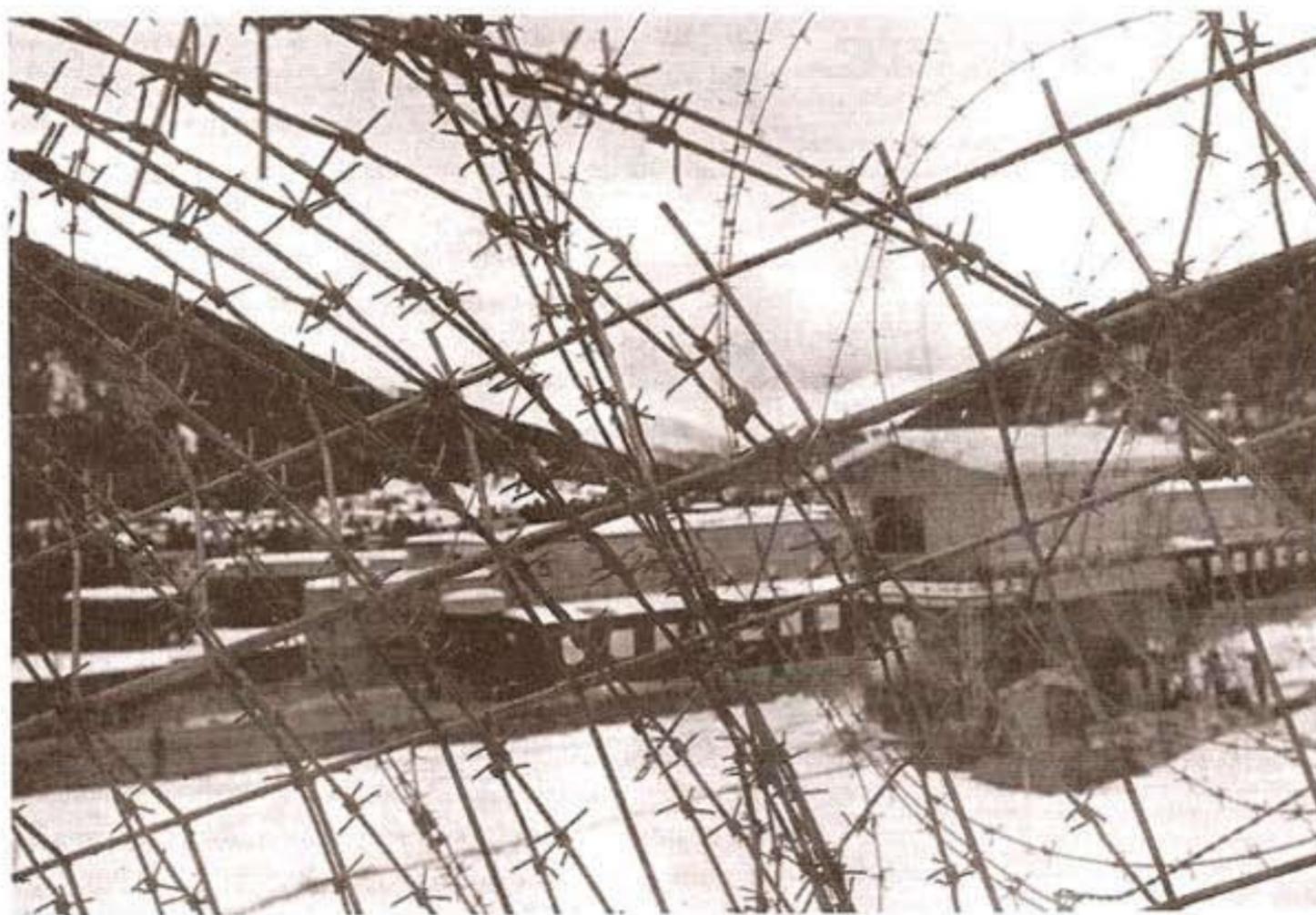
A PRIMEIRA reação do presidente Fernando Henrique Cardoso à reunião do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi criticar o governador gaúcho Olívio Dutra, para desqualificar o encontro. Considerou absurda a ajuda de 970 mil reais do governo gaúcho para custear parte do evento. “É errado”, disse, “quem está pagando esta manifestação anti-Davos é o povo, que não tem nada a ver com isso”. Trata-se de um duplo engano. Primeiro, o *isso* com que o povo nada teria a ver são decisões dos poderosos do mundo, que, arbitrárias e autoritárias, afetam a vida de bilhões de pessoas em todo o Planeta. É um ponto de vista antidemocrático. Segundo pela falta de legitimidade na crítica, pois seu governo gastou, só em 2000, alguns milhões de reais em mal explicadas festividades para comemorar os 500 anos do Brasil; há o caso de seu filho e o estande da exposição de Hanover; além de dedicar mais de 60% do orçamento da União para pagamento das dívidas externa e interna. Em outra reação típica de um observador desinformado e de má-fé, FHC comparou os participantes do evento aos luddistas, do século XIX, que quebravam máquinas para deter o avanço do capitalismo. Mais tarde, o presidente tucano foi obrigado a recuar, e tentou consertar declarando que a razão não está em Davos ou Porto Alegre, mas na junção das duas perspectivas: “O econômico sem o social é desumano. O social sem o econômico é mera veleidade, voluntarismo inócuo”, disse na posse do ministro Celso Lafer, das Relações Exteriores.

Na busca da salvação para o pensamento neoliberal dominante, FHC tenta conciliar o inconciliável. A crise do neoliberalismo não é nova. Ela aprofundou-se com o naufrágio do México, dos “tigres asiáticos”, da Rússia, do Brasil, da Argentina...

Em paralelo ao impasse neoliberal, a oposição ao domínio mundial do grande capital financeiro mobilizou massas de descontentes e assumiu forma pública, visível, em greves, manifestações e nas erupções de Seattle, Washington e Praga, acontecimentos ainda confusos, sem propostas claras, mas unidos na rejeição ruidosa às conseqüências desastrosas, à crise de civilização provocada pelo domínio do dinheiro e do lucro.

É uma esquerda que tenta se recompor, cuja principal limitação resulta do fim do socialismo no Leste europeu: a recusa de alguns setores – apresentada como *moderna* – ao reconhecimento do Partido de vanguarda do proletariado como instrumento fundamental para a luta contra o capitalismo e pela construção de um mundo novo. É uma esquerda ainda embalada por um pensamento *libertário*, espontaneísta e economicista, que não vê conseqüência para a luta política e que busca apenas mudanças econômicas no capitalismo. Como se existissem dois capitalismos – um *bonzinho* e ético, e outro cuja expressão contemporânea é a barbárie neoliberal. Para este tipo de pensamento, o Partido Comunista, como forma de organização





Em Davos, na Suíça, vigorou uma espécie de estado de sítio...

para a luta, teria sido superado pelos *movimentos sociais* e pelas ONGs.

A queda do muro de Berlim foi apresentada como o fim da história e a vitória final do capitalismo. Engano que durou menos de uma década, ao fim da qual o movimento da história voltou a ser visível e incômodo para os interesses dominantes. É a esquerda, que teve sua morte declarada, volta a ser capaz de trazer para Porto Alegre mais de 10 mil pessoas, vindas de 122 países de todos os continentes, numa das maiores reuniões de sua história.

Contra a pretensão capitalista do caminho único, a indignação dos povos, dos trabalhadores, dos militantes democráticos e progressistas, reafirma o programa do trabalho e da vida. Proclamam: “estamos construindo uma nova alternativa!”, colocando na defensiva o próprio comando imperialista reunido em Davos (protegido por arame farpado e pela maior operação policial organizada pelo governo da Suíça nas últimas três décadas) e forçando-o a inscrever em sua pauta os males da globalização. Lá, Claude Smadja, diretor gerente do Fórum Econômico Mundial, reconhece que “a globalização não está produzindo benefícios, pelo menos não de uma maneira equitativa”; ele vai além e diz que ela não pode ter um modelo único e nem ser confundida com a norte-americanização. O presidente da Suíça, Moritz Leuenberger, invoca nada menos que Karl Marx como um dos precursores da globalização, e do próprio Fórum. E o constrangimento do megainvestidor George Soros, na teleconferência (ocorrida no dia 28 de janeiro) entre Davos e Porto Alegre, é a expressão do mal-estar que os protestos, que ocorrem no momento em que a crise econômica norte-americana se aprofunda, provoca entre os poderosos do mundo.

Mas isso não muda o caráter essencial daquele encontro que existe há 30 anos, e Klaus Schwab, seu fundador e dirigente, não disfarça: a preocupação básica em Davos são as necessidades do “mundo dos negócios”, isto é, do capitalismo, das grandes empresas capitalistas e dos conglomerados financeiros que hoje dominam o mundo.



... contrastando com as manifestações em Porto Alegre

Em Porto Alegre, ao contrário, o Fórum Social Mundial quer a limitação da ação do grande capital e dos grandes negócios: taxaço das transações financeiras internacionais (a famosa taxa Tobin); restrição ao livre comércio; defesa da agricultura familiar e da reforma agrária; criação de instituições democráticas em nível mundial; fim do protecionismo dos países ricos; garantia para o emprego; proteção de pequenas e médias empresas contra as multinacionais; anulação da dívida externa de países pobres; transformação das sementes em patrimônio da humanidade; reversão da privatização de recursos naturais, como a água; transformação dos direitos de propriedade intelectual e patente dos conhecimentos e dos organismos em propriedade comum da humanidade através de tratados internacionais.

O movimento de oposição renasce e vai dando forma ao clamor dos povos, apesar de suas limitações nítidas, e grandes. Se há, num extremo, críticos radicais, como o eco-

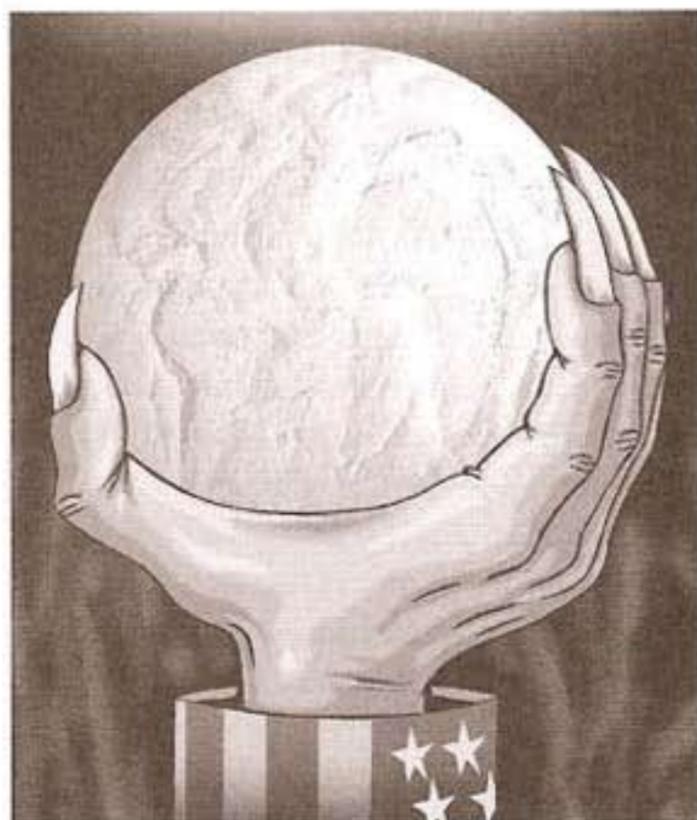
nomista argentino Jorge Benstein, que vê as finanças internacionais como um "câncer parasitário financeiro" e o capitalismo em sua pior crise, "decadente e senil", abrindo espaço para um "novo horizonte", que será socialista ou comunista; na outra ponta prevalece a opinião daqueles que, como Oded Grajew (um dos organizadores do Fórum de Porto Alegre) querem um encontro mais *propositivo* que crítico. Querem evitar uma ruptura traumática entre Davos e Porto Alegre. Há também aqueles que, como Fernando Henrique Cardoso, encaram as duas perspectivas como os dois lados contraditórios da mesma moeda, cabendo ao "bom governo" harmonizá-los e agir em sintonia com as exigências do *econômico* e as demandas do *social*.

Num caso, trata-se de uma ilusão reformista. No outro, principalmente de retórica. Para ambos ressurgue, ameaçadora, a luta de classes, que fora dada por sepultada, e agora reaparece, confusa ainda, mas com uma perspectiva que vai se firmando: contra a globalização neoliberal, é preciso encarar a globalização como um fenômeno objetivo do desenvolvimento capitalista e que, como os monopólios no começo do século XX, aponta para a socialização crescente, que nasce nas entranhas do capitalismo em crise, e afirma os direitos dos trabalhadores e dos povos. Mas o socialismo só vai tornar-se real pela intervenção consciente e organizada, cujo programa claro seja a derrota da barbárie capitalista e a conquista de um novo patamar de civilização.

*
* *

Nesta edição de *Princípios* não foi possível incorporar mais colaborações de personalidades e entidades presentes ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre (veja Registro na página 88). Na próxima edição, voltaremos ao assunto.

Comissão Editorial



Garras seguram o globo, charge de Brum

internacional

A resistência à globalização neoliberal

A globalização neoliberal é um movimento orientado para a homogeneização da economia mundial em benefício da minoria rica, e em prejuízo da grande maioria da humanidade.

Miguel Urbano Rodrigues

pág. 8

Um rumo diferente para a humanidade

No limiar do novo milênio, as contradições entre as possibilidades libertadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e a situação em que se encontra boa parte da humanidade exigem dos comunistas e de todas as forças progressistas a luta e convergência de ações por um rumo diferente da marcha da humanidade.

Carlos Carvalhas

pág. 16

teoria

Neoliberalismo e liberdade do capital (parte 1)

Resenha dos "clássicos" do neoliberalismo, Hayek e Friedman.

Aldo Arantes

pág.20

Desemprego em Marx, Keynes e nos neoclássicos

O desemprego nas três correntes de pensamento, que fundamentam as divergências atuais.

Cesar Benjamin

pág.28

internacional

Os comunistas na Rússia, hoje

O desafio de resistir ao neoliberalismo e reconstruir o rumo socialista.

Haroldo Lima

pág. 34

especial

Revista *Princípios*:

duas décadas em defesa do Brasil e do socialismo

Sua história se confunde com as grandes lutas ocorridas nos últimos 20 anos.

Edvar Luiz Bonotto

pág. 40



Lênin discursa no Congresso dos soviets



Foto da série *O Homem da Amazônia*, de Pedro Martinelli

Brasil

Amazônia – uma região estratégica que a política oficial teima em desconhecer

Na falta de uma política de desenvolvimento duradouro, a Amazônia vive da miragem dos grandes projetos.

Eron Bezerra e Vanessa Graziotin

pág. 49

história do Brasil

Contribuição para o estudo da história do Partido Comunista do Brasil

O nascimento do Partido, em 1922, atende a uma necessidade histórica e corresponde ao amadurecimento relativo do proletariado brasileiro e à influência da Revolução Russa de 1917.

José Carlos Ruy

pág. 60

Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (final)

A crônica histórica das recentes lutas dos metalúrgicos em 1999 e 2000.

Paula Beiguelman

pág. 64

educação

“Para uma tomada de consciência de uma nova etapa educacional com a Lei de Diretrizes e Bases”

Texto inédito de Anísio Teixeira, de 1962.

Anísio Teixeira

pág. 70

ciência

Novos crimes contra a humanidade: o uso militar das armas de Urânio empobrecido

O debate e a necessidade de ações contra as graves consequências do uso de armas que deixam terras poluídas – quimicamente por anos, e radioativamente por séculos.

Bruno Vitale

pág. 76

debate

A Flor do Lácio

O autor defende o projeto do deputado Aldo Rebelo sobre nosso idioma.

João Quartim de Moraes

pág. 84

Capa: Montagem de Flávio Nigro sobre foto do jornal Zero Hora, de Porto Alegre



resenha

pág. 88

Marx - Ciência e Revolução, por Luciano Cavini Martorano

registro

pág. 89

cartas

pág. 90

A resistência à globalização neoliberal

MIGUEL URBANO RODRIGUES

É a globalização neoliberal uma convergência sistêmica da economia mundial para um único modelo planetário baseado na economia de mercado e em formas institucionais similares?

Este texto reproduz a intervenção no seminário "A resistência à globalização neoliberal", realizado em Porto Alegre, em 26.1.2001, e integrado no Fórum Social Mundial.

Estamos aqui reunidos em Porto Alegre neste Seminário integrado no Forum Social Mundial não apenas para debater a temática e a necessidade da resistência à globalização neoliberal, mas também para refletir criativamente sobre idéias, iniciativas e formas de luta que possam ser úteis ao grande combate que a humanidade é chamada a travar contra esse flagelo que configura cada vez mais uma ameaça à própria continuidade da vida no Planeta, que é a pátria do homem.

Amplitude e a pujança crescentes desse movimento de resistência favorecem, entretanto, pelo que há nele de espontâneo, confusões em torno do próprio conceito de “globalização”, que prejudicam o desenvolvimento da luta em curso.

Nunca é demais repetir que em si mesma a globalização, como fenômeno de reorganização do espaço, da economia e das relações sociais, é um processo inelutável que expressa o caminhar do homem e as prodigiosas conquistas por ele realizadas.

Aquilo que combatemos não é essa tendência, mas a engrenagem e os efeitos da chamada “globalização neoliberal” cujos objetivos são antagônicos aos da globalização da solidariedade entre os povos, a única que responde às aspirações da condição humana.

Recordo essa evidência porque a idéia da globalização é antiquíssima. Sob figurinos diferentes, sistemas de poder, com características muito diferenciadas, foram precursores de um mundo globalizado sob a sua hegemonia. Alexandre da Macedônia sonhou com o Estado universal. Roma retomou o projeto e o Império Britânico, transcorridos quase dois milênios, respondeu no seu auge por quase a metade da produção industrial e do comércio mundial.

A palavra “globalização”, essa sim, é recentíssima. Um dos primeiros a usá-la foi em 1983 o economista norte-americano Theodore Levitt para designar a convergência dos mercados mundiais. O seu compatriota Kenichi Ohmae (1) retomou o vocábulo para qualificar o processo através do qual as transnacionais definiam regras de um jogo que escapava ao controle dos Estados-nação e também a recomposição das economias nacionais no seio de um sistema de transações e de processos que atuam sobre a economia mundial.

Marx e Engels já na segunda metade do século XIX encaravam a globalização do capital como um processo inelutável, embora não previssem as formas que assumiria.

Nem isso era possível. A crise posterior à II Guerra Mundial atrasou a globalização neoliberal. O keynesianismo, para salvar o capitalismo de um naufrágio iminente, recorreu a soluções que fortaleceram o papel intervencionista do Estado, mas, a partir do início dos anos 70, assistimos a uma regressão galopante dessa tendência. Incentivadas pelo binômio Thatcher-Reagan, desenvolveram-se impetuosamente estratégias assinaladas por um predomínio cada vez maior do mercado e um enfraquecimento do Estado. Com a peculiaridade contradi-

tória – fundamental para a compreensão do sistema – de que nos EUA, o país sob cuja égide e impulso se desenvolveu a globalização neoliberal, o Estado continuou a agigantar-se e sua capacidade de intervenção se ampliou em múltiplos campos.

Naturalmente, a implosão da URSS e o hegemonismo dos EUA tiveram um efeito enorme na aceleração do novo rumo da economia mundial.

No início dos anos 90 a ruptura da organização mundial da produção, o agigantamento das transnacionais, a expansão galopante dos fundos de pensões e o seu peso decisivo nos mercados financeiros mudaram a vida no Planeta, onde o tempo passara a ser universal e instantâneo graças a uma revolução informática controlada por um punhado de empresas.

A concentração de poder assusta. As 200 maiores firmas do mundo – segundo o Banco Mundial e a revista *Fortune* – representariam, em 1960, 17% do PIB mundial. Essa percentagem subiu para 24% em 83 e em 95 superava já os 31%. As 500 maiores empresas, com ativos de 32 trilhões de dólares, realizaram em 1996 negócios no valor de 11.400 bilhões obtendo lucros de 320 bilhões. Esses lucros são superiores ao PIB de 43 países atrasados com mais de um bilhão de habitantes. O volume de vendas anual dessas 500 empresas equivale ao dobro do PIB de 107 países subdesenvolvidos, com mais de 4,5 bilhões de habitantes, incluindo a China e a Índia. (2)

O jogo do dinheiro nas bolsas assume proporções colossais. Somente as transações realizadas no mercado de divisas representam diariamente 1.400 bilhões de dólares, isto é aproximadamente 50 vezes o valor das transações de bens ligadas à produção.

As atuais gerações são espectadoras e vítimas de uma subversão total do triângulo histórico trabalho-produção-emprego. Os cinco primeiros fundos de pen-

sões norte-americanos geram mais de 1.200 bilhões de dólares, ou seja o equivalente ao PIB da França.

As crises, até ao final da II Guerra, eram cíclicas e espaçadas. Agora há sempre crises em perspectiva no horizonte imediato. Acontecimentos inesperados em remotos países da periferia provocam fulminantes transferências de capitais. A crise na Ásia Oriental, iniciada na Tailândia, determinou por exemplo no primeiro trimestre de 98 o repatriamento de mais de 300 bilhões de dólares para os países industrializados do Centro.

As crises russa e brasileira fizeram estremecer os países do G-7. Quem paga as faturas de cada uma dessas crises, autênticos tumores da globalização neoliberal, é sempre o povo dos países dependentes por elas atingidos. O caso da Coreia constitui um exemplo paradigmático dos efeitos de cada uma delas numa repartição dos prejuízos e dos benefícios. Relatórios do Banco Mundial e do FMI registram com satisfação a relativa rapidez da recuperação da economia, no tocante à produção e ao PIB, daquele país da Ásia Oriental. Omitem, porém, o fator desnacionalização. Uma parcela importante das grandes empresas coreanas foi transferida de mãos. Hoje pertence às transnacionais que durante a crise as adquiriram por preços baixíssimos.

Um discurso retórico e farisaico, repetido com poucas variações, pelos governantes do G-7 e pelos porta-vozes da OCDE, da OMC, do FMI e do Banco Mundial, reconhece a existência de

*Nos Estados Unidos,
que impulsionaram
a globalização
neoliberal, o Estado
continuou a crescer*

tensões sociais e desigualdades resultantes do funcionamento dos mecanismos da nova economia, eufemismo que os neoclássicos utilizam para designar a engrenagem trituradora do capitalismo atual. É da praxe lamentar a fome, a miséria, a ignorância, as epidemias, a devastação ecológica, enfim os flagelos que assolam o mundo submetido à economia de mercado globalizada. Chovem promessas. Mas os fatos estão aí. O não cumprimento dessas promessas é uma realidade. As percentagens do PIB destinadas à ajuda internacional aos países mais atrasados em vez de se aproximar do nível dos compromissos assumidos é cada vez menor.

Segundo o PNUD (3) as desigualdades entre os ricos e os pobres acentuam-se de ano para ano; a exclusão social adquire, inclusive nos países industrializados, proporções assustadoras (na UE há 35 milhões de pessoas que vivem na pobreza). Em 1960 o quinto mais pobre da humanidade dispunha de 3% da renda mundial; em 1994 a parte que lhe cabia era apenas de 1,1%, quase um terço da anterior; hoje é inferior a 1%. Entretanto, no último quarto de século a renda dos mais ricos subiu de 69% para 86%. (4)

Essa distribuição cada vez mais desigual da riqueza produzida é acompanhada de uma redução igualmente brutal de benefícios sociais a que os setores mais desfavorecidos tinham acesso. A supressão de conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores após lutas históricas coincidiu com a concentração do poder econômico. O novo capitalismo implica um desafio às modalidades da solidariedade nacional interna. Na sua prática mostra ser incompatível com o funcionamento do Estado do Bem-Estar Social. A transnacionalização das economias choca-se com a lógica redistributiva do Estado-nação. Os países industrializados dão o

mau exemplo. A saúde e a educação gratuitas deixam de ser consideradas deveres do Estado para serem gradualmente transformadas em negócios privados lucrativos cujos mecanismos alimentam a engrenagem dos mercados financeiros. As contribuições dos trabalhadores são hoje o combustível que assegura o gigantesco poder dos fundos de pensões.

Processo transitório

É a globalização neoliberal uma fatalidade, ou um fim? Contrariamente ao que sustentam os seus adeptos, nomeadamente os orgulhosos defensores de um capitalismo cognitivo que aspira ao monopólio de um saber cada vez mais concentrado em pequenas elites desumanizadas, o tipo de globalização divinizada pelos cérebros da nova economia será – tudo o indica – um processo transitório, marcado por grandes fragilidades.

Fidel Castro colocou a questão há dois anos em Havana, dirigindo-se a economistas de todas as escolas, vindos de todo o mundo. Na sua opinião terá uma duração breve. A irracionalidade do processo torna-o extremamente vulnerável.

Foram em grande parte a covardia dos intelectuais e a capitulação mais ou menos transparente da social-democracia que criaram condições para o desenvolvimento galopante em escala mundial do fenómeno da globalização neoliberal, inseparável de um sistema de poder no qual a transnacionalização das economias cumpre um papel fulcral.

Mas as premissas teóricas do sistema são falsas. A tirania dos mercados é uma figura ficcional ideada pelos ideólogos da nova economia capitalista. A globalização, como processo resultante do progresso civilizacional, não implica a vassalagem dos estados, o alastramento da pobreza e do desemprego, a destruição das conquistas sociais e das culturas nacionais, a agressão à natureza.

Contra o que sustenta a engrenagem da mídia controlada pelas transnacionais

da informática, o desaparecimento do Estado-nação não é uma exigência premente da chamada aldeia global. A margem de manobra dos estados perante o flagelo do neoliberalismo globalizado é considerável. A questão é que se dispõem a resistir.

No seu ensaio "Alto à OTAN", Samir Amin analisa as circunstâncias em que os governos da União Européia, com o apoio do grande capital, decidiram aceitar o preço da vassalagem, acompanhando os EUA em perigosas agressões, inseparáveis da sua estratégia imperial.

Integrando na crise global do capitalismo crises ocorridas em áreas da periferia, nomeadamente a do México, a da Rússia, a da Ásia Oriental e a do Brasil, Samir Amin escreveu então: "Os EUA nesta conjuntura caótica retomaram a ofensiva para simultaneamente restabelecerem a sua hegemonia global e, em função desta, reorganizar o sistema mundial em todas as suas dimensões económicas, políticas e militares".

O envolvimento europeu em projetos norte-americanos como a agressão ao Iraque e à Iugoslávia tem levado influentes politólogos a sustentar que essa situação de dependência da União Européia se manterá por muito tempo.

Tal opinião traduz um subjetivismo transparente. As contradições crescentes que opõem na área económica os EUA à União Européia manifestam-se também na área político-militar.

Não terá sido por acaso que no próprio momento em que o largo período de expansão da economia americana finda, abrindo-se a perspectiva de uma recessão, a UE tomou finalmente a decisão, repetidamente adiada, de criar uma força de intervenção rápida de 100 mil homens com capacidade para intervir autonomamente em conflitos regionais futuros. Não cabe aqui analisar os aspectos negativos de um eventual renascimento do militarismo europeu. O que me parece importante salientar é o fato de que

Washington reagiu imediatamente, identificando no projeto uma ameaça à hegemonia até agora exercida pela OTAN no terreno da "segurança européia". A resposta européia foi naturalmente ambígua. Mas é transparente que, independentemente das palavras conciliatórias, essa nova força emerge como o embrião de um futuro exército europeu, numa clara demonstração de que a UE não está disposta a aceitar eternamente a presença militar norte-americana. Alguns analistas salientaram nos EUA que o fim da OTAN é uma questão de tempo. Obviamente a UE é uma diversidade, com a peculiaridade de o Reino Unido funcionar nela em muitas situações como uma quinta coluna de Washington.

Mas a própria dinâmica do neoliberalismo globalizado tende neste início do século XXI a acentuar e não a eliminar as contradições existentes no âmbito da *Troika* que, utilizando o G-7 e instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e outras, atua como se fosse um governo mundial onipotente. Na frágil aliança da UE e do Japão com os EUA as divergências, embora não sejam expressas publicamente de maneira explícita, aumentam, bem como a sua complexidade. Enquanto a Europa confia numa recuperação da sua moeda, o Japão continua a desenvolver com paciência e discrição esforços tendentes à criação na Ásia Oriental de uma zona do yen, projeto que provoca alarme nos EUA. Sua concretização poderia significar um golpe fatal para a hegemonia mundial do dólar.

A convergência na *Troika* em torno de políticas que agravam a desigualdade no mundo e aprofundam o fosso existente entre os países desenvolvidos (menos de um quinto da humanidade) e os atrasados não impede a existência de grandes contradições entre os EUA e seus aliados. Essas contradições não

Quem paga as faturas de cada crise é sempre o povo dos países dependentes

se manifestam apenas através de interesses económicos conflitantes. Os sistemas de segurança social europeus, embora enfraquecidos, subsistem. A sua supressão provocaria grandes explosões sociais. Os mecanismos redistributivos na Europa estão ainda fundamentalmente ligados a relações de classe herdadas do pós-guerra. Nos EUA os sindicatos e as organizações de massas dos trabalhadores nunca tiveram força para impor reivindicações que na Europa haviam sido aceites há muito pelo patronato. Essa disparidade de situações sociais e culturais contribuiu decisivamente para as elevadas taxas de crescimento económico dos EUA, mas também para a queda da qualidade de vida resultante do capitalismo selvagem norte-americano.

A globalização neoliberal é um movimento orientado para a homogeneização da economia mundial ou de partes desta. Com a peculiaridade de ser concebido para benefício exclusivo de um reduzido número de sociedades e em prejuízo da grande maioria da humanidade.

É oportuno perguntar se estamos assistindo a uma convergência sistémica da economia mundial para um modelo planetário único baseado sobre a economia de mercado e formas institucionais quase similares.

As respostas a essa questão fundamental são muitas e pouco claras. Em primeiro lugar é imprevisível por ora o desfecho do antagonismo já referido entre o funcionamento do sistema de poder norte-americano e o resto do mundo, incluindo o binómio UE-Japão.

A ameaça imperial

A teorização norte-americana sobre o Estado mínimo desconhece a história. Os estados podem desaparecer. As nações subsistem quando eles são destruídos. Braudel falava-nos do motor histórico a três tempos: o tempo longo das mentalidades, o tempo médio da economia e o tempo breve do que é político. A fórmula é polêmica. Mas o próprio debate por ela suscitado coloca-nos perante uma dúvida: provoca a globalização uma aceleração do ritmo geral da história ou apenas uma reorganização dos fatores que o determinam?

Estamos longe de um consenso. Mas basta contrapormos, por exemplo, o Canadá à multidiversidade da Índia para sermos confrontados com a distância que nos separa da autêntica aldeia global. A unificação das culturas tardará séculos, talvez milênios, apesar da rede da Internet.

Segundo Zbigniew Brzezinski os EUA são já a primeira sociedade global da história e estão criando condições para impor uma cultura universal.

A afirmação, entretanto, é apressada e pouco responsável. Em primeiro lugar uma cultura síntese tipo Mac World, como lhe chamam, seria uma anticultura e portanto a antítese do fenômeno cultural.

Não precisamos saltar da América para a Ásia para captar a tenaz resistência das culturas a mudanças bruscas mesmo no âmbito da mesma sociedade. Numa aldeia da Alsácia quase tudo no modo de sentir a vida difere de uma aldeia da Provença. No Brasil, a nacionalidade comum não apaga o abismo existencial entre um gaúcho de Porto Alegre e um caboclo do sertão baiano.

O funcionamento do sistema de po-

der dos EUA tende a gerar ilusões entre os próprios cérebros que contribuíram para o seu agigantamento e para lhe imprimir a ambição e agressividade que hoje o caracterizam.

A faceta mais inquietante desse sistema é a aspiração à hegemonia universal e perpétua sobre o conjunto dos povos da Terra. Essa ambição encontra-se formulada em numerosos textos e, na perspectiva militar, num muito citado relatório secreto do Pentágono, divulgado na edição de 8 de março de 1992 do *New York Times*.

É uma ambição tão megalômana que entra em choque frontal com a própria lógica da globalização neoliberal, pois é incompatível com a supremacia do mercado sobre o Estado-nação.

Retomarei a questão mais adiante.

Antes parece-me útil chamar a atenção para o fato de o sistema de poder dos EUA, no desenvolvimento de uma estratégia autônoma que ignora os mercados, insistir numa política imperial que, pela sua irracionalidade, configura uma ameaça permanente à paz mundial.

Não quero desviar-me do nosso tema e analisar aqui o significado da política de destruição do Iraque como Estado independente após a Guerra do Golfo. Também não vou deter-me na política que levou à intervenção na Bósnia e à imposição da falsa paz de Dayton, política que teve continuidade na agressão à Iugoslávia, usando a OTAN como instrumento militar de um projeto mais amplo de dominação dos EUA sobre o conjunto dos Balcãs.

Chamarei, porém, a atenção para um aspecto importantíssimo da política de

expansão para o Leste europeu, de que quase não se fala no Brasil, apesar de ela constituir hoje uma peça fundamental da estratégia imperial dos EUA.

Em março do ano passado participei em Belgrado de um Seminário Internacional de solidariedade ao povo da Iugoslávia. Durante esse evento, membros da delegação russa, quase todos acadêmicos de prestígio, fizeram revelações importantes que, lamentavelmente, não obtiveram divulgação no estrangeiro.

Um desses intelectuais, Vassilevich Morosov, esboçou um quadro assustador do papel que a Rússia desempenha hoje como peça na estratégia do sistema de poder dos EUA.

Na sua opinião a guerra do Kosovo prosseguiu na Chechênia. E terá continuidade noutros conflitos que Washington tentará criar (e financiar) artificialmente no território russo, estimulando tendências separatistas latentes. O objetivo é provocar a repressão, ou seja a intervenção do Exército federal russo. O sistema da mídia cumprirá então o seu papel. Pelo mundo afora a Rússia será acusada de espezinhar os direitos humanos e de negar o direito à autodeterminação de um povo que se bate pela liberdade. Os intelectuais ingênuos voltarão a morder o anzol. A Rússia aparecerá perante a “comunidade internacional” – expressão que designa cada vez mais os EUA e os seus aliados – sentada no banco dos réus. Segundo Morosov, depois da Chechênia chegará a vez do Dagestão. Posteriormente seria a Kalmuquia. O concerto da mídia trataria de pedir solidariedade para um povo descendente dos mongóis, oprimido pelos russos no sudoeste do delta do Volga. O folhetim perverso tende a repetir-se. A grande mentira do Kosovo funcionou como escola. Afastar a Rússia do Cáspio e do leste do Mar Negro parece ser uma prioridade para os ideólogos do sistema de poder dos EUA que traçam as linhas mestras da estratégia de dominação im-

A irracionalidade do processo torna-o extremamente vulnerável e a História ensina que não há impérios eternos

perial perpétua da “nação predestinada” para tornar a humanidade feliz.

Não foi por acaso que na minha exposição entrei, embora superficialmente, pelo afluente da estratégia norte-americana que visa à transformação da Rússia numa potência periférica de segunda classe. Quis chamar a atenção para um confronto muito complexo que se esboça já no horizonte. A componente político-militar do sistema de poder dos EUA tende em tempo relativamente breve a entrar em conflito com a estratégia do neoliberalismo globalizado, imposta pelas transnacionais e aceita pela Tríada. Ora esta, como é do domínio público, coloca o mercado acima dos estados, admitindo que é do seu livre funcionamento que dependem o rumo e o progresso da humanidade.

Para ser mais claro insisto num aspecto dessa temática muito pouco lembrado, mas que, a meu ver, é prioritário na reflexão sobre o processo da globalização neoliberal.

Refiro-me à complementaridade existente entre o poder imperial norte-americano e a engrenagem financeira de um mercado que pretende funcionar com autonomia absoluta, desconhece fronteiras e se sobrepõe aos estados.

Estamos perante – repito – uma complementaridade que carrega as sementes de futuros conflitos de proporções imprevisíveis. A globalização neoliberal não seria aquilo que é sem o apoio, caberia dizer o incentivo, recebido dos estados da *Troika* e mais especificamente do sistema de poder dos EUA, a potência tutelar do moderno capitalismo.

Nunca é demais recordar o famoso desabafo de Thomas Friedman publicado no *New York Times*. Esse destacado conselheiro de Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana, não hesitou em afirmar que – cito – “aquilo de que o mundo precisa, a globalização, não funcionaria se os EUA não agissem com todo o seu poder de superpotência”.

E por quê? Ele responde com cínica franqueza: “a mão invisível do mercado nunca funcionará sem o punho invisível. Mac Donald não pode ser próspera sem Mc Donnell Douglas que construiu os F-15. O punho escondido que garantiu um mundo seguro para a tecnologia do Vale do Silício chama-se o Exército, a aviação, a marinha e o corpo de fuzileiros dos EUA”.

São múltiplas as mensagens desta confissão arrogante. Uma delas é dirigida aos teólogos do mercado. Ela lembra-lhes que devem ser realistas na sua reflexão sobre o papel do Estado. Sendo um fato que as políticas neoliberais são responsáveis por uma drástica redução desse papel na quase totalidade dos países que a elas se submeteram não é menos verdade que a teorização sobre o Estado mínimo, brutalmente aplicada no Terceiro Mundo, não o tem sido nos principais países capitalistas. No caso paradigmático dos EUA, o Estado agigantou-se e intervém cada vez mais em todas as esferas da atividade humana, incluindo a econômica.

Dialeticamente gerou-se uma situação potencialmente conflitiva, pois a criatura – o mercado que se arroga uma autonomia decisória praticamente ilimitada – tende a entrar em choque com as próprias forças institucionais que lhe asseguraram e asseguram o domínio atual que exerce no mundo onde impera a globalização neoliberal.

O mito que coloca o mercado acima do Estado é desmentido por fatos que merecem pouca atenção dos analistas do sistema mundial de desinformação. Cito um ocorrido há poucas semanas: a baixa da taxa de juros nos EUA. Um só homem, Alan Greenspan, do Fed, sem consulta prévia aos sacerdotes do mercado, tomou uma decisão apoiada pelo Estado norte-americano que produziu efeitos imediatos sobre o rumo da economia mundial, sacudindo as bolsas.

O historiador britânico Eric Hobsbawm reconhece em seu último livro (já publicado no Brasil), *O novo século*, que organizações internacionais tão importantes como o FMI, o Banco Mundial e a OMC dependem em última análise dos estados que as criaram e não do mercado. E, refletindo sobre as limitações do mercado globalizado, lembra que seria impensável rebaixar os salários dos trabalhadores da União Européia ao nível dos praticados na China ou na Malásia. Mesmo no clube dos ricos, qualquer tentativa de imposição de uma política social única enfrentaria uma resistência intransponível. Se na França ou na Alemanha, por exemplo, fosse por lei aplicado o modelo norte-americano em setores tão sensíveis como o da seguridade social, o resultado seriam explosões sociais de contornos revolucionários.

Conclusão: é um erro enorme confundir a globalização econômica com a globalização política – não obstante as interdependências. A política, por ora, é uma aspiração fantasiosa. Por que chamo atenção para essa realidade? Precisamente para iluminar uma rede de contradições mal estudadas – contradições que desmentem a tese segundo a qual a globalização neoliberal é incontrolável. O dragão é mais frágil do que afirmam aqueles que o contemplam com fatalismo, baixando os braços.

Os defensores mais ortodoxos da corrente que se autodefine como neoclássica-neoliberal não tomam conhecimento das desigualdades que o funcionamento da globalização imperial aprofunda dramaticamente em escala mundial. Na prática a exclusão social é eliminada do seu campo de visão e logicamente do seu projeto de economia-mundo. A sua estratégia assenta os pilares na edificação compensatória de um paradigma fictício, cimentado em harmonias imaginárias, crescimento garantido e equilíbrios ótimos.

Estamos perante um paradigma imensamente ambicioso com pretensões científicas e aspirações à universalidade. Uma

constante nele – como salienta Remy Herrera, do CNRS de Paris – é a apologia de um capitalismo novo visto e apresentado como o único concebível à luz da teoria. (5) Esse sistema, suprema conquista da inteligência, seria um horizonte inultrapassável. O norte-americano Francis Fukuyama, um hegeliano fora de tempo, sintetizou a aspiração e a fórmula num livro-slogan que correu pelo mundo: *O fim da história*.

Puro engano. A História continua. São fantasistas os perfis de uma geografia humana nova que traduziria o estado natural e definitivo da sociedade universal.

É muito cedo para se prever com um mínimo de rigor que efeitos terá no rumo do processo da globalização neoliberal o arrefecimento comprovado da economia norte-americana. Se ele evoluir, como muitos esperam, para uma recessão, as contradições entre o sistema de poder dos EUA e o mercado financeiro serão agravadas. Alan Greenspan, da Reserva Federal (Fed), não esconde a sua preocupação com “a exuberante irracionalidade dos mercados”. Stiglitz, o ex-chefe dos economistas do Banco Mundial, exige hoje a urgente “regulamentação dos fluxos financeiros”. E George Soros expressa o desejo de um maior protagonismo dos estados perante o mercado, afirmando que “talvez seja ainda possível salvar o capitalismo do neoliberalismo”.

Mas a anarquia financeira introduzida pelo jogo do dinheiro nos mercados e as devastações sociais dela inseparáveis criaram uma situação em que o criador prin-

cipia a ter medo da monstruosa criatura por ele concebida.

O enorme poder dos EUA não esconde as suas vulnerabilidades. Elas foram geradas pelo sistema. Os EUA é o país mais endividado do mundo. A engrenagem da sua economia funciona de tal maneira, prisioneira de interdependências tão complexas, que bastaria por exemplo que o Japão suspendesse a compra de títulos do Tesouro norte-americano e vendesse parte dos que acumulou para que os EUA caminhassem para a falência. Claro que o Japão não tomará tal iniciativa. Porque ela o lançaria também, tal como a União Européia, numa crise de proporções catastróficas.

O exemplo serve, porém, para iluminar a fragilidade dos mecanismos da hegemonia norte-americana. O império cuja imagem de poder aparece no dólar como moeda praticamente universal tem, afinal, pés de barro.

A crise global e a esperança

Nunca como no início deste Terceiro Milênio a humanidade concentrou tanto saber. Se o usasse em benefício de si mesma teria a possibilidade de erradicar do Planeta a fome, a miséria, a ignorância. As prodigiosas conquistas da revolução tecno-científica permitiriam, se bem utilizadas, que as sociedades humanas evoluíssem na Terra numa atmosfera de paz, progresso e bem-estar crescentes.

Mas aquele que poderia ser o melhor dos tempos apresenta-se como o mais perigoso deles.

A globalização neoliberal e o sistema de poder que lhe assegura o funcionamen-

to distanciaram-se da própria lógica do capitalismo clássico. Assumiram características de fenômenos marcados pela irracionalidade. O novo capitalismo, a que Yann Moulier Boutang chama “capitalismo cognitivo”, deixou-se ser um problema da mais valia retida e da riqueza monetária. Transformou-se num objetivo louco. Em breve se tornará incontrolável se o mecanismo não for quebrado. A multiplicação do dinheiro como meta absoluta, a valorização do valor como estratégia política assume em sociedades dominadas pelo poder crescente das transnacionais um caráter quase religioso. Seria preciso um novo Kafka para descrever o absurdo da engrenagem em que os homens do capital passam a ser funcionários a serviço do dinheiro. Nesse sistema anti-humano os homens, como prevê o alemão Robert Kurz, terão em breve de se vender a si mesmos como combustível indispensável ao funcionamento da máquina do novo capitalismo.

Falei de irracionalidade. Uma irracionalidade que assume também uma globalidade ameaçadora. Porque não se manifesta apenas nos mercados financeiros. Ela está presente na ideologia e no funcionamento da componente imperial da globalização neoliberal ou seja no sistema de poder que tem o seu pólo hegemônico nos EUA.

O modelo de sociedade que esse sistema tenta impor na Terra não só é incompatível com aquilo que de melhor existe na condição humana como envolve uma ameaça concreta à própria continuidade da vida no Planeta.

Nas últimas décadas foram consumidos mais recursos naturais não renováveis do que nos últimos dois mil anos. Essa dilapidação resulta de um modelo que, invocando a civilização, reflete um espírito de barbárie. A devastação das florestas e a desertificação avançam num ritmo alarmante. Milhares de espécies animais e vegetais desapareceram no último século. O uso de

*A componente político-militar
do sistema de poder dos EUA tende
a entrar em conflito com a estratégia
do neoliberalismo globalizado*

pesticidas altamente tóxicos torna improdutivos milhões de hectares de terras. A pretexto de combater a droga os EUA envenenam as águas dos rios da Amazônia colombiana. As emanações de dióxido de carbono estão destruindo a capa de ozônio que garante a vida na Terra. O governo dos EUA, principal responsável pela contaminação progressiva da atmosfera, cede à pressão das transnacionais e nega-se a cumprir resoluções de Cimeiras internacionais relativas à defesa do Planeta.

A agressão ao Ambiente assume os contornos de catástrofe ecológica. A grande maioria da humanidade, entretanto, não tem consciência da gravidade dos perigos que a ameaçam.

Isso porque a produção e o controle da informação instantânea estão nas mãos dos responsáveis pela situação criada.

A engrenagem político-econômica e militar que impõe a sua vontade aos povos e promove a difusão do seu modelo de contra-civilização apresenta-se como benfeitora da humanidade.

A farsa dramática da eleição presidencial nos EUA permitiu na virada do século iluminar uma realidade pouco conhecida: o ventre apodrecido de um sistema de poder que insiste em exhibir-se como modelo de virtudes democráticas e defensor de valores e princípios que ele próprio calca aos pés.

Um presidente sem prestígio colocado na Casa Branca no rescaldo de um processo de contagem de votos marcado por incontáveis fraudes e pressões vai agora, dotado de enormes poderes, dirigir um Estado que se arroga o direito de levar a guerra a qualquer lugar do mundo em suposta defesa dos seus interesses vitais.

Esse presidente marionete, George W. Bush, será apenas um instrumento do sistema de poder que pela ambição e irracionalidade constitui uma ameaça para o conjunto da humanidade. Mas a consciência da sua própria fragilidade e mediocridade poderá torná-lo pa-

radoxalmente mais perigoso. Porventura não recorreu Clinton a agressões armadas contra povos indefesos (Bósnia, Iraque, Iugoslávia) para desviar as atenções de problemas internos, alguns pessoais, que o incomodavam?

Mas a História ensina-nos que não há impérios eternos. Embora a resistência às forças políticas e econômicas que estão a empurrar o mundo para uma catástrofe seja ainda descoordenada e insuficiente, ela vem crescendo de ano para ano. É uma dupla resistência dirigida simultaneamente contra a tirania do poder imperial e contra o poder mais fluido, menos direto mas não menos perigoso, exercido pelos mercados financeiros erigidos em guia da humanidade submetida à religião do dinheiro.

É uma ilusão acreditar que o mundo tem um centro permanente em torno do qual vegetam periferias cuja função seria servi-lo.

Por si só, o crescimento seguro da China e da Índia – países cujas opções de desenvolvimento não figuram nas receitas dos teóricos da globalização neoliberal –, os êxitos econômicos desses gigantes que concentram mais de um terço da população da Terra constituem uma advertência e uma esperança.

Gerard Kebabdjian, da Universidade de Paris-VIII lembra-nos oportunamente que “o fato de muitos atores disporem, muito ou pouco, de uma parcela de poder convida à criação de estruturas de cooperação e coloca um problema de organização à potência hegemônica porque a existência de uma instância simplesmente coercitiva não basta para promover a convergência pretendida pelo *hegemon* como nos sistemas hierárquicos”. (6)

Promovendo uma forma de transnacionalidade do seu interesse no campo das relações econômicas e financeiras, as potências da *Troika* e especialmente os EUA tendem a esquecer que outras mo-

dalidades da transnacionalização em marcha geram solidariedades que funcionam como frentes de resistência planetária. É o que acontece já relativamente às lutas que envolvem a defesa do ambiente, a preservação de culturas ameaçadas, à recusa de políticas racistas no terreno da imigração e das que privatizam a seguridade social e suprimem conquistas históricas dos trabalhadores.

Tensões sociais crescentes em escala planetária obrigam os sacerdotes do capitalismo cognitivo a tomar, finalmente, consciência de que o espaço criado pela globalização resulta do desenvolvimento de realidades financeiras, produtivas, culturais, ecológicas, alimentares, biológicas e outras que estão ocorrendo em escala mundial num complexo, perigoso, mas também fascinante processo de interações cujo desfecho final é ainda uma incógnita.

Seminários como este, em Porto Alegre inserem-se no amplo, indispensável, mas ainda muito incipiente e descoordenado movimento de resistência contra a ameaça que representa para o homem e para a vida a globalização neoliberal. Nada, felizmente, está decidido. E os povos são o sujeito social da história.

Miguel Urbano Rodrigues é jornalista.

Notas

(1) T. Levitt, “The globalization of Markets”, *Harvard Business Review*, Harvard, Maio Junho, 1983; K. Ohmae, “La Triade. Emergence d’une stratégie mondiale de l’entreprise”, Flammarion, Paris 1985.

(2), (3) e (4). As Estatísticas citadas foram extraídas de um ensaio de Philippe Hugon, de Paris X, Nanterre, publicado em “Mondialisation – Les Mots et les Choses”, Ed Karthala, Paris, 1999.

(5) O ensaio de Remy Herrera, aqui referido, foi parcialmente publicado na edição de Julho-Agosto de 1999 do jornal *El Economista*, de Havana, sob o título “Crítica a la crítica del pensamiento único en Economía Política”.

(6) Gerard Kebabdjian, “Analyse économique et mondialisation”, Karthala, Paris, 1999.



Carlos Carvalho

Um rumo diferente para a humanidade

CARLOS CARVALHAS

Ao interrogarmo-nos para onde vai o mundo, ao analisarmos a situação internacional, contradições, chagas sociais, lado a lado com a opulência, a riqueza e a ostentação, ao olharmos para as fulgurantes conquistas da ciência e da técnica e para a extrema pobreza em que vivem milhões de seres humanos, mais clara se torna a condenação de um sistema fundado sobre a exploração, a alienação e a dominação; e a exigência da luta por uma sociedade mais justa e mais fraterna assente no contínuo aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes e liberta das injustiças do capitalismo: o socialismo num projeto renovado

Este texto é parte da Intervenção no XVI Congresso do Partido Comunista Português, realizado em dezembro de 2000.

A concentração de riqueza e a acentuação das desigualdades

Ano após ano os relatórios da ONU sobre o desenvolvimento humano são um inequívoco libelo acusatório ao sistema capitalista e à sua forma dominante – o neoliberalismo.

Ainda agora na recente reunião de setembro em Praga, do FMI e do Banco Mundial, onde normalmente uma prédica abstrata sobre a pobreza e as crescentes desigualdades é constantemente repetida, o presidente do Banco Mundial viu-se obrigado a fazer eco às grandes manifestações antiglobalização capitalista, afirmando que “atualmente, 20% da população mundial controlam 80% da economia global, e que em dez anos, os seus rendimentos duplicaram”. E se decompússemos estes números veríamos ainda que, em relação aos 20% da população mundial, uma pequena percentagem concentra a maioria da riqueza e do patrimônio dessas sociedades continuando a acentuar-se em termos relativos às desigualdades sociais.

Mesmo aqueles que fazem o proselitismo do “modelo norte-americano” e que afirmam, com verdade, que o próximo presidente dos EUA herdará um país mais próspero do que há oito anos, não deixam de acrescentar: mais próspero mas também mais desigual e com mais contradições.

Um por cento dos norte-americanos detêm 38% da riqueza nacional, enquanto 80% não ultrapassam 17%.

A crescente centralização e concentração de capitais em nível mundial com a conseqüente polarização de riqueza é uma evidência. Como é uma evidência que a acumulação do capital e a exploração dos trabalhadores são dois processos interdependentes e inseparáveis.

Aumenta a economia especulativa. A espiral da economia de casino mundial, onde já se “especula com a especulação” (produtos derivados, cotações

bolsistas ultravalorizadas, altas cotações de empresas praticamente falidas), engendrando novas contradições e perigos de novos colapsos devastadores.

Chegou-se a um estágio em que o anúncio de demissões massivas por parte de grandes multinacionais, inculcando a idéia ou ilusão de mais dividendos, é logo seguida de aumentos da cotação em bolsa das suas ações...

É a maximização do lucro que comanda a vida. É o cúmulo da irracionalidade e da incoerência. A admirar-se tal lógica teríamos então de concluir, como já disseram, que, – como o emprego depende do crescimento, o crescimento da competitividade e a competitividade da capacidade de suprimir empregos –, para se lutar contra o desemprego, nada melhor do que as demissões!

A ofensiva ideológica e a liquidação de conquistas em nome da competitividade

Mas se a constatação das injustiças, das contradições e da irracionalidade são incontornáveis, é verdade também que não faltam ideólogos bem remunerados a, por um lado, tentar demonstrar que não há alternativas ao capitalismo (“fim da história”, “capitalismo fase terminal da evolução da humanidade”) e, por outro, a procurar mostrar que este se pode “humanizar”, que as conseqüências não são do sistema mas das suas falhas...

Os avanços do neoliberalismo, a livre circulação de capitais, a extensão da livre circulação de cada vez mais mercadorias e serviços, a integração

dos países do Leste europeu no sistema têm criado um quadro qualitativamente novo, aumentando as reservas e a margem de manobra e de adaptação do capitalismo, exprimindo-se em duas direções:

1. As multinacionais passam por cima dos estados e vão liquidando, absorvendo ou submetendo as atividades produtivas nacionais autônomas mais rentáveis, as indústrias tradicionais e os ramos mais modernos. Transformam-se assim as economias nacionais em economias cada vez mais dependentes, “satelitizadas” e subsidiárias do capital estrangeiro e dos países mais desenvolvidos.

2. À medida que o neoliberalismo ganha terreno perante os estados, ao se derrubar as proteções às suas atividades e às suas indústrias nascentes, aumenta a chantagem da competitividade.

De fato, com a amputação de crescentes parcelas da soberania dos estados dos países com economias mais débeis e com a liquidação ou absorção das atividades nacionais mais rentáveis, estes países ficam cada vez mais dependentes do investimento estrangeiro, que por sua vez exige cada vez mais desregulamentação, “contenção” dos salários, liquidação de direitos e conquistas sociais e crescentes apoios dos governos, tudo em nome da competitividade, assente na diminuição dos custos unitários do trabalho.

Colocam os estados em “concorrência” quanto aos níveis de benefícios e apoios oferecidos. É o “quem dá mais”. Se os apoios e benefícios não são su-

Os relatórios da ONU sobre o desenvolvimento humano são um acusatório ao sistema capitalista e à sua forma dominante – o neoliberalismo

ficientes, ou não há investimento, ou há deslocamento para outra “economia mais competitiva”. Com esta pressão e chantagem a tendência é a liquidação de conquistas sociais e a nivelção por baixo, isto é, pelos estados com mais desregulamentação e onde os salários são mais baixos.

Mas esta ofensiva, é sempre embrulhada com uma intensa propaganda ideológica, tem encontrado a resistência, a ofensiva e a denúncia e a luta dos trabalhadores, dos sindicatos, do movimento popular e das forças revolucionárias e progressistas.

Para combater a resistência e a luta procura-se difundir a idéia de que com o avanço do livre cambismo (veja-se a argumentação da OMC; dos textos que serviram de suporte ao Acordo Multilateral de Investimentos, e à Cimeira de Seattle; Davos; etc.) toda a humanidade ganhará, que a intensificação e extensão da “globalização” capitalista, facilitada também pelo desenvolvimento científico e técnico, é uma necessidade do desenvolvimento e uma fatalidade à qual é necessário os assalariados e as economias dependentes se “adaptarem”. A “adaptação” continua a ser a palavra-chave!

E nesta mistificação a chamada “nova economia” é apontada como a única e a grande direção estratégica do desenvolvimento e é erigida como a grande tábua de salvação, dando-se como ilustração as elevadas cotações das bolsas – que, como também se sabe, aos primeiros sinais de crise não deixam de afundar.

Não se nega a importância das tecnologias da informação e da comunicação e as inovações e impulsos que estas introduzem em vários domínios – que não se resumem a um tratamento mais rápido e mais eficaz da informação. Mas o que se vê, novamente, é o retorno a um determinismo tecnológico, procurando ignorar as relações sociais e as contradições antagônicas do modo de produção capitalista.

E mesmo os que prevêem que as tecnologias da informação e da comunicação serão o eixo central do regime de acumulação do século XXI reconhecem que não têm qualquer base sólida para o afirmar. E salientam que os novos instrumentos financeiros e as novas tecnologias têm permitido uma especulação digna das mais espetaculares “bolhas” financeiras do passado.

Aprofundar a análise

As novas realidades e as mudanças no desenvolvimento do capitalismo, facilitado pela livre circulação de capitais e impulsionado pelas novas tecnologias; os novos aspectos da exploração e da dominação; as mutações que estão a operar-se no Estado nacional e no poder capitalista em geral; a corrupção e as cadeias dos tráficos e do crime organizado exigem o aprofundamento da análise e da investigação em cooperação com as diversas forças revolucionárias e progressistas. Cooperação também cada vez mais exigida no desmascaramento das linhas ideológicas que procuram estabelecer a “globalização capitalista” como inevitável, sem alternativa e a apresentar o capitalismo desacreditado, com um novo rosto; com um “rosto humano”!

É assim que, para se responder ao descrédito do capitalismo, se relança sobre diversas formas e nomes, o chamado capitalismo popular, agora rebatizado e teorizado por alguns, como “capitalismo de partilha” ou de distribuição.

O “pivô” dessa teoria é o acionista assalariado, como instrumento do “novo contrato social”. Com o chamariz de um complemento de rendimentos e a “conversa” de uma partilha mais equilibrada das riquezas criadas, se pretende criar uma maior dependência dos assalariados à sorte da empresa dando-lhes a ilusão de pertença a ela. É um projeto de integração dos trabalhadores à rentabilidade financeira e à eco-

nomia de casino, facilitando-se, inclusivamente pelo seu endividamento e recurso ao crédito, a compra de ações. O que se pretende é claro: se há “capitalismo de partilha” há também a partilha dos riscos à custa dos assalariados...

E há até quem afirme que com a internet qualquer pessoa pode tornar-se um capitalista individual em que uma parte da sua remuneração é obtida através da sua carteira de ações. O empregado “sentir-se-á mais acionista do que assalariado!”.

O que não conseguem é disfarçar as mistificações alienatórias, a exploração e seus resultados práticos: a cada vez maior concentração da riqueza.

A irracionalidade do sistema, do tudo à competitividade e ao produtivismo na mira do máximo lucro tem a sua tradução nos desastres ecológicos, nos desastres alimentares (como é o caso das “vacas loucas”), em que um recente relatório oficial na Inglaterra denuncia dez anos de mentiras, de manipulação da opinião pública em proveito da indústria agro-alimentar. E não é só na Inglaterra. Leia-se o relatório que o PCP apresentou na Assembleia da República sobre esse assunto.

Combater a “nova ordem”

No limiar do novo milênio, as contradições entre as possibilidades libertadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela conquista das ciências – de que é expressão a recente identificação das seqüências do DNA humano – e a situação em que se encontra uma boa parte da humanidade: os dramas da América Latina, da África, da generalidade dos países do Terceiro Mundo, a corrida aos armamentos, os flagelos da droga e da Aids, a “ameaça para a saúde de todos os humanos” como hoje se referem destacados membros da comunidade científica relativamente ao vírus Ebola que reaparece em Uganda e que pode se transformar em epidemia;

exige também dos comunistas e de todas as forças progressistas a luta e uma cada vez maior cooperação, convergência de ações por um rumo diferente da marcha da humanidade.

E isto sem subestimar que continuam a pesar negativamente na correlação de forças em nível internacional e no poder de atração do projeto de uma nova sociedade, as derrotas do socialismo no Leste europeu, provocadas por deformações, erros, desvios, substituição da ação política por medidas repressivas, orientações e ações que se traduziram num “modelo” que não correspondia nem corresponde aos ideais do comunismo – como já há dez anos analisamos e declaramos, embora muitos fora do Partido, e alguns de dentro, falem por vezes como se só tivéssemos falado assim desde há uns meses ou que nunca tivéssemos mesmo dito nada.

A implosão da URSS e do “sistema socialista mundial” alterou profundamente a correlação de forças em nível mundial, abriu novos mercados à expansão do capitalismo e permitiu novas ofensivas do imperialismo.

A “globalização” econômica capitalista que constituiu de fato o traço dominante desta época tem se completado por um projeto estratégico global em matéria de “segurança”, que garante pelas armas a “nova ordem”.

A guerra de agressão à Iugoslávia é um exemplo claro no processo de militarização e de intervencionismo e foi também o pretexto que os EUA utilizaram para a rápida adoção do novo conceito estratégico da OTAN, alargando a área da sua intervenção e afirmando-o claramente ofensivo no quadro da imposição da “nova ordem” que facilite a política de exploração e opressão do grande capital.

E neste quadro a ideologia da globalização, a ideologia do “pensamento único” assente no neoliberalismo (privatizações, menos Estado, competi-

A amputação da soberania dos estados de economias mais débeis os torna mais dependentes do investimento estrangeiro, que exige diminuição dos custos unitários do trabalho

vidade, livre cambismo, desregulamentação) é apresentada como a que indica o caminho capaz de resolver os problemas do desenvolvimento de cada país e da humanidade.

Uma das suas grandes direções é o clássico “menos Estado” para o povo, “mais Estado” para o capital, reduzindo, liquidando e privatizando suas funções sociais, aumentando as posições coercivas, limitação de direitos e conquistas, anulação de condições indispensáveis para a prática de uma cidadania ativa e participativa.

A solidariedade recíproca

É nesta correlação de forças que se desenvolve a ação e a intervenção e a luta dos trabalhadores, dos povos, por um mundo mais humano e menos desigual. E que se processa a luta e a resistência dos trabalhadores e dos povos, das forças revolucionárias e progressistas, procurando acumular forças, defendendo conquistas e a soberania como é o caso de Cuba, ou conseguindo mesmo importantes vitórias como foi o caso de Timor-Leste sobre o ocupante indonésio.

O PCP orgulha-se de, no quadro das suas forças, não ter faltado com sua solidariedade ativa às diversas lutas dos trabalhadores e dos povos e expressasse neste momento ao martirizado povo da Palestina. O nosso XVI Congresso é também uma expressão de cooperação da solidariedade recíproca com os partidos comunistas, forças progressis-

tas, com os trabalhadores e o movimento operário, que daqui saudamos fraternalmente, assim como as delegações estrangeiras aqui presentes.

É dever dos comunistas e dos revolucionários ampliar a dimensão internacional e internacionalista da sua intervenção e procurar alcançar ações comuns ou convergentes em torno de objetivos concretos de luta e também na luta mais geral contra a “globalização” da exploração e da pobreza impulsionada pelas tecnologias da comunicação e informação e comandada pelas transnacionais.

É uma realidade que o capitalismo continua a revelar uma assinalável capacidade de adaptação, dissimulação e recuperação, mas também é uma evidência que dez anos após as derrotas das tentativas de construção do socialismo no Leste europeu, o capitalismo continua a não anular as suas contradições internas, a condenar milhões de seres humanos à pobreza e a uma vida indigna e a alterar gravemente os equilíbrios ambientais.

Os avanços libertadores que se verificam no século XX são inseparáveis do pensamento criador e da ação revolucionária dos comunistas. A luta pelo aprofundamento da democracia em todas as suas vertentes, a luta pela transformação social e a luta para que no século XXI o socialismo triunfe sobre o capitalismo e suas chagas sociais é a grande tarefa que se coloca aos comunistas. 

Carlos Carvalhas é secretário geral do PCP.

Neoliberalismo e liberdade do capital

(parte 1)



Friedrich Hayek

Milton Friedman

ALDO ARANTES

Os neoliberais procuram ocultar a importância do poder econômico, que subordina o poder político e o coloca a serviço da manutenção do capitalismo

Este trabalho visa realizar um estudo sobre o neoliberalismo, partindo de seus fundamentos e analisando a hegemonia que conquistou nos dias atuais. Procurará, também, identificar o que há de novo e de

velho nesta corrente de pensamento. Se ela representa um avanço ou um retrocesso histórico. Qual o significado dela se apresentar como pensamento único a ser seguido por todos os países do mundo.

Este texto é parte de dissertação apresentada à cadeira de Teoria Política Contemporânea, do Departamento de Ciência Política, da Universidade de Brasília (UnB), em novembro de 2000. As demais partes serão publicadas nos próximos números de *Princípios*.

Para fazermos esta análise partiremos de um estudo tomando como base os pontos de vistas dos dois maiores representantes desta corrente de pensamento: F. A. Hayek e Milton Friedman. Analisaremos, também, trabalhos de estudiosos que criticam tais formulações. Finalmente centralizaremos nossas reflexões na análise das relações entre Estado e mercado, democracia e mercado, além de identificarmos as conseqüências do neoliberalismo.

Fundamentos do neoliberalismo

Em seu texto *Balanço do neoliberalismo*, Perry Anderson mostra que esta corrente de pensamento surgiu “como reação teórica e política veementemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. Trata-se de um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. (1)

Em 1947, quando o Estado de bem-estar social já estava consolidado, Hayek realiza uma reunião em Mont Pelerin, na Suíça, juntando os mais ferrenhos adversários do Estado de bem-estar social europeu e do New Deal norte-americano. Lá estavam, além do próprio Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador Madariaga, entre outros. O grupo que ali se formou defendia um capitalismo livre de qualquer tipo de regulação e intervenção do Estado. Era a defesa do retorno ao capitalismo competitivo do “laissez-faire”.

Com a crise do modelo keynesiano de desenvolvimento e a crise dos países socialistas, as concepções liberais ressurgiram, com força, em todo o mundo. Ganham a

hegemonia colocando as idéias progressistas na defensiva. Os neoliberais afirmam que as reivindicações dos trabalhadores foram responsáveis pela crise fiscal vivida pelos estados capitalistas devido às “excessivas demandas”. Isto gerou desequilíbrios, com gastos maiores do que as receitas. Esta seria uma das razões para justificar o corte dos direitos dos trabalhadores.

Mas haviam razões de natureza política que permitiram a consolidação do neoliberalismo. Com a crise do socialismo a burguesia já não tinha porque se preocupar em assegurar as reivindicações dos trabalhadores. O risco do “comunismo” já não mais existiria. Era possível retornar a um capitalismo selvagem que garantisse maior acúmulo de capital.

F. A Hayek e *O caminho da servidão*

Friedrich A. Hayek nasceu em Viena em 1899. Na Universidade de Viena obtém o título de doutor em direito (1921) e em ciência política (1923). Juntamente com Mises, foi um dos continuadores da Escola Austríaca cujos fundamentos teóricos se baseiam no subjetivismo e no individualismo metodológico. A partir de 1931 passa a lecionar na London School of Economics, instituição que procurava formular um ponto de vista que barrasse a crescente influência do pensamento keynesiano nos meios acadêmicos da época. Com a crescente influência das idéias de Keynes o pensamento de Hayek ficou ofuscado naquele período.

Em 1944 escreve uma de suas mais importantes obras, *O caminho da servidão*, para isolar o nazismo e o socialismo, combater a intervenção do Estado no desenvolvimento capitalista, e defender a completa liberdade do capital. Hayek foi conselhei-

ro de Margareth Thatcher, jogando importante papel na política seguida pela “dama de ferro”. Em 1974 ganha o Prêmio Nobel de Economia.

No prefácio da edição inglesa de 1944, Hayek diz claramente que *O caminho da servidão* é um livro político. Não procura esconder, sob o manto de um falso cientificismo, sua clara posição contra o socialismo, contra o Estado de bem-estar social e a favor de um capitalismo livre de imposições.

Partindo da idéia de que a liberdade de ação econômica, entendida como garantia da propriedade privada e do “livre mercado”, é condição necessária para a liberdade política e social, o autor considera que o planejamento econômico retira a liberdade e conduz ao totalitarismo. Por isto mesmo, coloca socialismo e nazismo no mesmo campo. Neste sentido, afirma que “o conflito existente na Alemanha entre a ‘direita nacional-socialista’ e a ‘esquerda’ é o tipo de conflito que sempre se verifica entre facções socialistas rivais”. Hayek afirma que foi havendo um afastamento das idéias básicas da “civilização ocidental”. (2)

Segundo o autor, o caminho no sentido do totalitarismo foi sendo construído progressivamente com a renúncia ao liberalismo do “laissez-faire” e ao individualismo. Por outro lado ressalta a importância de se recorrer ao máximo às forças espontâneas da sociedade (mercado) e o menos possível à coerção (Estado). Os neoliberais consideram a esfera do mercado como a esfera da liberdade e a esfera do Estado como a esfera da coação.

Hayek ressalta uma mudança de rumo das idéias onde a utilização das forças espontâneas da sociedade, “mecanismo anônimo e impessoal do mercado”, foi substituída

pela “condução coletiva e ‘consciente’ de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos”. (3)

Criticando o socialismo por defender que a verdadeira liberdade implica em condições de certa igualdade social e que não há como isolar a esfera econômica da política, ele afirma que “a reivindicação da nova liberdade não passava assim, da velha reivindicação de uma distribuição equitativa da riqueza”.

O autor manifesta sua posição profundamente anti-socialista e anticomunista ao citar o escritor inglês F. A. Voigt, que disse: “o marxismo levou ao fascismo e ao nacional-socialismo porque, em essência, marxismo é fascismo e nacional-socialismo”. (4)

Discutindo a questão do individualismo e do coletivismo Hayek afirma que o socialismo visa abolir a propriedade privada dos meios de produção e criar uma economia planificada, onde o lucro seja substituído por um “órgão central de planejamento”.

Procurando apagar as diferenças entre o capitalismo e o socialismo, afirma os “socialistas de direita” e os de esquerda tem como objetivo comum substituir a concorrência pela economia planificada.

Esta tentativa de identificar nazismo com socialismo é uma grosseira manipulação ideológica. Mesmo com os erros cometidos no processo de implantação do socialismo, trata-se de um regime que visa abolir a propriedade privada dos

meios de produção e a opressão de classes, enquanto o nazismo e o fascismo representaram formas radicais de defesa da propriedade privada e do capitalismo.

O esforço de identificar planejamento com totalitarismo parte do falso fundamento individualista do neoliberalismo, que nega a existência de interesses coletivos. Neste sentido, o planejamento, que visa levar em conta os interesses da coletividade, entra em conflito com os interesses individuais e, por isto, é “totalitário”. É evidente que pode haver um planejamento democrático e um antidemocrático, burocrático, centralizador. De qualquer forma isto decorre da existência ou não de um Estado democrático que vise aos interesses coletivos. Identificar planejamento com totalitarismo apenas revela a defesa intransigente da propriedade privada sem qualquer limitação social imposta pelos interesses coletivos. É a defesa cega das regras do mercado que, no entanto enxerga o interesse fundamental do capitalismo: o lucro.

Discordando daqueles que afirmavam que o desenvolvimento tecnológico fazia avançar o monopólio e que isto colocava na ordem do dia o planejamento, Hayek diz que há um exagero em relação à monopolização da economia e que um relatório sobre a Concentração do Poder Econômico nos Estados Unidos não comprovou o “suposto desaparecimento da concorrência”. Ele afirma

que o surgimento de cartéis e sindicatos decorre de políticas governamentais, e não do sistema de concorrência. Na realidade procura, sob todas as formas, negar a importância do processo de monopolização da economia capitalista.

Os liberais somente aceitam o papel do indivíduo. Não concordam com a existência de uma dimensão coletiva, social. Consideram que o social é uma mera somatória dos interesses individuais. Assim Hayek afirma que “os chamados ‘fins sociais’ são, pois simplesmente, objetivos idênticos de muitos indivíduos” (5). Por isso mesmo o Estado somente pode atuar numa esfera em que não limite a liberdade individual, aí entendida como garantia da propriedade privada e do “mercado livre”. Por isso mesmo ele afirma que somente no âmbito do capitalismo é possível a liberdade. A liberdade para ele é colocada no campo essencialmente econômico e não político. Ao se manifestar sobre a questão política o autor revela seu caráter antidemocrático ao afirmar:

“A democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual. E, como tal, não é, de modo algum, perfeita ou infalível. Tampouco devemos esquecer que muitas vezes houve mais liberdade cultural e espiritual sob regimes autocráticos do que em certas democracias – e é concebível que, sob o governo de uma maioria homogênea e ortodoxa, o regime democrático possa ser tão opressor quanto a pior das ditaduras. Não queremos dizer, contudo, que a ditadura leva inevitavelmente à abolição da liberdade, e sim que a planificação conduz à ditadura porque esta é o instrumento mais eficaz de imposição de coerção

*Para Hayek os fins sociais são,
simplesmente, a soma dos objetivos
idênticos de muitos indivíduos*

e de imposição de ideais.” (HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*, p. 84. 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora Instituto Liberal, 1990).

Discutindo a questão da desigualdade econômica o autor afirma que o Estado de Direito “produz desigualdades” mas que estas não são criadas intencionalmente, não visam atingir a uma pessoa determinada. Falando da igualdade formal e da igualdade material, substantiva, o autor é claro ao afirmar que não cabe ao Estado promover uma igualdade substantiva porque isto afetaria o Estado de Direito e a liberdade individual.

Falando da propriedade privada afirma que ela é a “mais importante garantia da liberdade não só para os proprietários, mas também para os não proprietários”. Isto porque se o poder econômico estivesse concentrado em uma única mão haveria um poder absoluto sobre os cidadãos. Os liberais consideram que existindo inúmeros proprietários o poder econômico estará dividido, enquanto o poder político estará concentrado. Neste sentido o autor afirma que o poder exercido por um multimilionário sobre uma determinada pessoa é menor do que o poder coercitivo exercido por um simples funcionário. Com isso os neoliberais procuram ocultar a importância do poder econômico e o fato de que num sistema capitalista o poder político está a serviço da manutenção deste sistema.

Hayek afirma que a propaganda anticapitalista fez com que crescesse uma geração para a qual “o espírito da livre iniciativa é apresentado como indigno e o lucro como imoral, onde se considera exploração dar emprego para 100 pessoas”. (6)

Expressando seu individualismo

metodológico e sua visão elitista o autor considera que são os piores homens que chegam ao poder, entre outras razões porque “as camadas em que os padrões morais e intelectuais são inferiores e prevalecem os instintos mais primitivos e ‘comuns’ é onde se encontra um alto grau de uniformidade e semelhança de pontos de vistas”. É, no dizer dele, “o mínimo denominador comum que une o maior número de homens”. (7) Com esta formulação o autor evidencia seu profundo elitismo e seu desprezo para com o povo.

Criticando aquelas correntes que defendem o ponto de vista de que não há uma separação entre o poder econômico e político e que o Estado deve ser um instrumento na construção de um desenvolvimento mais justo e mais harmônico, Hayek considera que esta divisão é a garantia da liberdade individual. Na realidade, é a garantia da preservação da propriedade privada sem qualquer tipo de restrição. Ele argumenta que a “substituição do poder econômico pelo político” é a substituição de um poder limitado por outro de que ninguém escapa.

Falando na questão dos monopólios, considera que estes crescem com o apoio do Estado e dos trabalhadores:

“O recente crescimento do monopólio resulta em grande parte de uma colaboração internacional entre o capital organizado e o trabalho organizado, em que os grupos privilegiados de trabalhadores compartilham dos lucros do monopólio em detrimento da comunidade e, em especial, das camadas mais pobres”. (*Op. Cit.* p. 181)

No final do livro, numa evidência de que suas ideias representam um

retorno às velhas concepções liberais, afirma: “O princípio orientador – o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso – permanece tão verdadeiro hoje como o foi no século XIX”. (8)

Milton Friedman e *Capitalismo e liberdade*

Filho de uma família de imigrantes do império austro-húngaro, Milton Friedman nasceu nos Estados Unidos em 1912. Em 1932, no auge da Grande Depressão, concluiu seus estudos na Universidade de Rutgers, em New Brunswick, tendo se destacado em matemática e economia. Em seguida foi para a Universidade de Chicago onde terminou seu mestrado em 1933. Ali se destacava Frank Knight que, no Departamento de Economia, defendia teses conservadoras.

Em trabalho realizado no Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas, em 1948, Friedman desenvolve suas idéias sobre a importância da política monetária. Manifesta-se contra qualquer medida governamental de natureza fiscal ou monetária para contrabalançar os ciclos econômicos. Em 1950, “uma versão modificada da teoria quantitativa é apresentada pela Escola de Chicago, em oposição às teses keynesianas. Na verdade, essa reformulação teórica, além dos aspectos técnicos, foi basicamente devido ao espírito prevalecente de defesa do *laissez-faire* da Universidade de Chicago”. (9)

Em 1964 participou, como consultor econômico da campanha do candidato ultradireitista Barry Goldwater à Presidência da República. Entre 1969 e 1970 exerceu influência no governo Nixon.

Foi sob a orientação de Milton Friedman que a experiência neoliberal teve início, no Chile, dez anos

antes de sua implantação na Inglaterra, sob o governo de Margareth Thatcher. O conflito entre a liberdade para o mercado e a democracia ficou patente na experiência chilena, onde a democracia foi sacrificada a pretexto de se assegurar a recuperação econômica do país.

Milton Friedman tornou-se o mais importante representante do monetarismo e suas concepções ganharam a hegemonia do pensamento econômico nos dias atuais. É um fiel seguidor de F. A Hayek. Em 1976 ganha o Prêmio Nobel de Economia.

Um dos mais importantes livros de Milton Friedman é *Capitalismo e liberdade*, publicado pela primeira vez em 1962. No prefácio da edição de 1982, o autor fala das dificuldades de aceitação de suas idéias em virtude da hegemonia conquistada pelas concepções keynesianas. Todavia, destaca uma “mudança no quadro intelectual no último quarto de século”, em decorrência da aceitação do seu livro, *Free to Choose*, publicado em 1980, e que seguia as linhas mestras de *Capitalismo e liberdade*. A mudança do clima intelectual se deu “pela experiência e não pela teoria ou pela filosofia”, destacando que haviam fracassado as experiências da Rússia e da China, que eram a “esperança das classes intelectuais”.

Ele acentua, também, que nos Estados Unidos os programas de reformas visando o bem-estar, que incluíam programas de habitações populares, apoio aos sindicatos, ajuda federal à educação, atividade produtiva, “estavam indo por água abaixo”. Como expressão desta mudança, no campo político, o autor ressaltou que a derrota fragorosa de Barry Goldwater em 1964 foi seguida de uma virada com a vitória de Ronald Reagan em 1980, sendo que os dois tinham as mesmas idéias.

Na introdução do livro, ele sintetiza seu conteúdo da seguinte forma:

“Seu tema principal [do livro] é o papel do capitalismo competitivo – a organização da maior parte da atividade econômica por meio da empresa privada operando num mercado livre – como um sistema de liberdade econômica é condição necessária à liberdade política. Seu tema secundário é o papel que o governo deve desempenhar numa sociedade dedicada à liberdade e contando principalmente com o mercado para organizar a sua atividade econômica”. (FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 2ª ed., p. 5. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1985)

O autor procura resgatar o sentido original das concepções liberais como “doutrinas que dizem respeito ao homem livre”. Para ele o liberal do século XIX considerava a “extensão da liberdade como meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade”, enquanto o liberal do século XX considera “o bem-estar e a igualdade ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade” e, com tais objetivos, fizeram renascer as políticas de intervenção do Estado combatidas pelo liberalismo clássico. O sentido geral da obra de Friedman é um retorno ao liberalismo do “laissez-faire”, da mesma forma que a de Hayek.

Ele afirma que a liberdade econômica existente no capitalismo é um importante meio para assegurar a liberdade política, já que “separa o poder econômico do poder político”. Friedman estabelece, portanto uma clara relação entre a liberdade econômica (livre concorrência) e a liberdade política. E mais, considera que o único sistema que compatibiliza li-

berdade com democracia é o sistema capitalista, e que “uma sociedade socialista não pode ser também democrática”.

Para o autor só há dois meios de coordenar a atividade econômica: ou através da coerção, “a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno”, ou a técnica da cooperação voluntária dos indivíduos, “a técnica do mercado”. Ele parte do princípio de que a troca permite a coordenação sem coerção, pois ambas as partes se beneficiam dela. Falando sobre o papel do Estado afirma:

“A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das ‘regras do jogo’ e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos – e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem de participar diretamente do jogo”. (*Op. cit.* p. 23)

Para Friedman o mercado garante a liberdade econômica, mas tem outras implicações já que a preservação da liberdade implica na dispersão do poder assegurada pelo sistema da propriedade privada. Para ele o poder de coagir é a ameaça fundamental à liberdade. Enquanto o poder econômico pode ser dispersado, o poder político “é mais difícil de descentralizar”.

Ele reafirma o ponto de vista de que a separação entre poder econômico e político permite ao primeiro controlar o segundo. Diz que numa sociedade de mercado livre é suficiente ter fundos para propor mudanças radicais na estrutura da sociedade, o que não poderia ser feito numa

sociedade socialista. Para isto seria necessário “apenas” convencer algumas pessoas ricas a lançarem qualquer campanha.

Discutindo o papel do governo numa sociedade livre, ele afirma que o liberal defende a discussão e a cooperação voluntária para se chegar a um objetivo comum, considerando inadequado o uso da coerção. Afirma que existem alguns problemas indivisíveis, como a proteção do indivíduo e da nação contra a coerção, onde a ação individual através do mercado não consegue dar respostas a tais problemas, exigindo a “utilização de canais políticos para reconciliar as diferenças”.

Há, portanto, segundo o autor, áreas onde as questões não podem ser tratadas em termos de mercado. Nesse sentido o governo deve exercer o papel de legislador e árbitro, garantindo o cumprimento das “regras do jogo”, regulando as diferenças sobre o seu significado e modificando-as quando necessário. Trata-se do respeito às “regras do jogo” capitalista, da defesa da propriedade privada e da economia de mercado.

Discutindo a questão do monopólio técnico, o autor admite que, nestes casos, justifica-se “um monopólio público de fato”, como no caso do serviço postal. Todavia, mesmo neste caso não se deve impedir que outros atuem nesta área até porque se o monopólio é técnico ninguém será capaz de competir com o governo. Identificando os limites do papel do governo, afirma:

“Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico, julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos, promo-

O sentido geral da obra de Hayek e de Friedman é um retorno ao liberalismo do “laissez-faire”

va a competição, forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para impedir monopólio técnico e evitar os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança”. (*Op. cit.* p. 39)

A estas atividades reduz o autor o papel do governo, listando uma série de atividades nos Estados Unidos que não deveriam estar na esfera governamental. Entre elas destaca o controle dos aluguéis, a fixação de salários mínimos ou preços máximos legais, programas de habitação, serviço militar em tempo de paz e proibição legal de transporte de correspondência com fins lucrativos.

Desenvolvendo sua concepção monetarista, o autor afirma que a “Grande Depressão, de modo semelhante a outros períodos de grande desemprego, foi causada pela incompetência do governo – e não pela instabilidade inerente à economia privada”. (10) Coerente com sua defesa intransigente do mercado, o autor imputa ao governo os problemas relacionados à economia norte-americana no período da Grande Depressão. E, por isso mesmo, defende uma redução do papel do governo na atividade econômica. Considera que as áreas mais importantes da política governamental para a estabilidade econômica são a política monetária e a política fiscal. Todavia foi exatamente a política keynesiana, com a

intervenção do Estado na economia que permitiu a reativação da economia e o controle da crise capitalista.

Perguntando-se como poderia se estabelecer um sistema monetário estável “livre da influência do governo” o autor responde dizendo ser necessário um governo de leis e não de homens, com a fixação de normas para a direção da política monetária. Falando da norma legislativa o autor ressalta a necessidade de “uma diretiva legislativa às autoridades monetárias para manterem um nível de preços estável”. (11) Sobre as dificuldades decorrentes de desequilíbrios na balança de pagamentos dos Estados Unidos, afirma que a ameaça mais séria para a liberdade econômica do país se relaciona com a adoção de controles econômicos cada vez mais extensos para revolver aquele problema.

O autor defende o ponto de vista de que a taxa de câmbio flutuante permite um comércio de mercadorias e serviços (internacional) livre. A taxa de câmbio fixa, ao contrário, não permite. Falando da política fiscal destaca que o aumento das despesas governamentais deu-se em decorrência da aceitação da idéia de que o governo deveria ter um papel mais importante em assuntos “privados e econômicos”, triunfo da filosofia do Estado do bem-estar social. Argumenta que desde o New Deal procura-se justificar a expansão da atividade do governo para, através dos investimentos governamentais, ativar a economia e gerar mais empregos.

Friedman destaca que uma política fiscal adequada deveria assegurar um programa de investimentos com base em taxas e impostos que garantam as despesas programadas. Aí a crítica essencial se relaciona com gastos públicos maiores do que os recursos disponíveis.

Friedman diz que o capitalismo conduz à redução da discriminação de cor e religiosa ao afirmar:

“A manutenção das regras gerais da propriedade privada e do capitalismo constituíram a principal fonte de oportunidades para os negros e lhes permitiu fazer maiores progressos do que fariam em outras circunstâncias. Para dar um exemplo mais geral, os preservadores da discriminação em qualquer sociedade são as áreas de características mais monopolísticas, enquanto a discriminação contra grupos em termos de cor ou religião é menor nas áreas onde existe maior liberdade de competição”. (*Op. cit.* p. 101)

Com isso ele pretende justificar sua opinião de que a autonomia da esfera econômica conduz à liberdade, pois a eficiência econômica, a busca do lucro, superaria aspectos discriminatórios. Assim “o comprador de pão não sabe se ele foi feito de trigo cultivado por um homem branco ou negro, por um cristão ou judeu”. (12)

Falando das comissões criadas para estudar a discriminação nos em-

pregos por motivos de raça, cor ou religião, o autor faz uma crítica afirmando tratar-se de uma interferência na liberdade individual de estabelecer contratos de trabalho. Na verdade, sob a alegação de respeito à liberdade individual e de que o mercado supera as discriminações, ele de fato se coloca contra medidas antidiscriminatórias. E evidencia sua posição contrária a qualquer tipo de intervenção estatal não somente na atividade econômica, mas também nas relações sociais.

Friedman critica as leis do direito do trabalho que exigem o registro do trabalhador num sindicato como condição para que ele possa ser contratado. Criticando o que chama de monopólio do trabalho, propõe uma “ação anti-truste mais efetiva e mais ampla no campo do trabalho”. (13) Enquanto procura minimizar o significado do monopólio dos grupos econômicos, propõe medidas radicais contra os trabalhadores. Reconhecendo a existência dos monopólios diz, no entanto, que:

“O monopólio dá origem a duas classes de problemas para a sociedade livre. Primeiro, a existência do monopólio significa uma limitação nas trocas voluntárias através da redução das alternativas disponíveis aos indivíduos. Segundo, a existência do monopólio levanta a questão da ‘responsabilidade social’, como é

em geral denominada, do monopolista”. (*Op. cit.* p. 111)

Todavia a limitação do poder do monopólio é entendida pelo autor como uma doutrina que “destruiria uma sociedade livre”. Ele reconhece que a competição é um “tipo ideal”, mas que de fato não existe a competição pura. Procurando minimizar a importância dos monopólios, afirma:

“Tenho a impressão de que existe convicção bastante geral de que o monopólio é bem mais importante do que sugerem os estudos feitos, e que tem crescido consistentemente nas últimas décadas. Uma das razões para essa crença errada é a tendência a confundir volume absoluto com volume relativo. À medida que a economia foi crescendo as empresas tornaram-se maiores em tamanho absoluto. Tal fato foi tomado como indicando que possuem agora fatia maior do mercado, quando o mercado pode também ter crescido de modo ainda mais rápido” (*Op. cit.* p. 113)

Ele afirma que existem três tipos de monopólios, destacando o monopólio da indústria, o monopólio do trabalho e o monopólio produzido pelo governo. Com isto confunde questões de natureza diferente para justificar a liberdade completa do capitalista para explorar o trabalhador. Procura minimizar o significado do monopólio na indústria afirmando que ele é relativamente pouco importante “do ponto de vista da economia como um todo”. E, ao mesmo tempo, procura ressaltar a importância do que de chama monopólio do trabalho afirmando: “Enquanto não parece ter havido nenhum aumento significativo na importância do monopólio empresarial nos últimos cinquenta anos, houve certamente au-

Friedman diz que a igualdade é um produto secundário numa “sociedade livre” e que ela entra em conflito com a liberdade quando se pretende “tirar de uns para dar a outros”

mento da importância do monopólio do trabalho” (14).

Como causas geradoras do monopólio o autor destaca o aspecto técnico, o papel do governo e o conluio privado. Sobre este último aspecto cita Adam Smith quando diz: “As pessoas do mesmo ramo de negócios raramente se encontram, mesmo para festas ou diversões, mas a conversação termina numa conspiração contra o público ou em algum acordo para aumentar os preços”. (*Op. cit.* p. 121)

Todavia termina por afirmar que tais arranjos “são instáveis e de breve duração” a não ser que tenham assistência do governo. Ou seja, em seu ponto de vista os monopólios não decorrem essencialmente do próprio sistema capitalista, mas, sobretudo da ação governamental.

Discutindo a questão da distribuição de renda, considera que se consolidou neste século uma opinião sobre a necessidade do Estado promovê-la como um objetivo social. Friedman questiona, todavia, a razão ética para justificar esta intervenção para promover a igualdade, afirmando:

“O princípio ético que justificaria diretamente a distribuição da renda numa sociedade de mercado livre seria ‘a cada um de acordo com o que ele e seus instrumentos de trabalho produzem’. Mesmo a operação deste princípio exigiria a intervenção do Estado. Os direitos de propriedade são questões de lei e de convenções sociais”. (*Op. cit.* p. 147)

Procurando justificar as desigualdades em função de capacidades naturais ou da herança, o autor reconhece que a ética capitalista não é aceitável, mas revela ser difícil para ele “justificar qualquer princípio alternativo”. Fugindo do princípio ético,

ele diz preferir outro como “corolário da liberdade”. (15) Falando sobre a desigualdade afirma:

“A alocação de recursos sem compulsão é o papel mais importante, no mercado da distribuição de acordo com o produto. Mas não é o único papel instrumental da desigualdade resultante. Já vimos no capítulo 1 o papel que a desigualdade desempenha no fornecimento de focos independentes de poder para contrabalançar a centralização do poder político, bem como o seu papel na promoção da liberdade civil, por meio de ‘patronos’ para financiar a divulgação de causas impopulares ou simplesmente de idéias novas (...) permite que a distribuição ocorra de modo impessoal, sem necessidade de uma ‘autoridade’ – uma faceta especial do papel geral do mercado de permitir co-opeção e coordenação sem coerção”. (*Op. cit.* p. 153)

Após criticar o chamado “seguro social”, o autor critica também as leis de salário mínimo, os subsídios à agricultura, a assistência médica para grupos particulares, programas de ajuda. Friedman procura analisar a questão da pobreza afirmando que a empresa privada reduziu-a. Prega o caminho da “caridade privada” para combatê-la, como sendo, em muitos aspectos, o mais desejável. (16) Afirmando que alguns podem argumentar que a caridade privada seria insuficiente para solucionar o problema, ele considera que o caminho seria a adoção de medidas que não distorcessem o mercado, como a adoção do imposto de renda negativo. Se uma pessoa receber abaixo de um limite fixado, ele terá um subsídio até atingir aquele nível.

Falando da relação entre liberdade e igualdade o autor afirma que a

igualdade é um produto secundário numa “sociedade livre” e que a igualdade entra em conflito com a liberdade quando se pretende “tirar de uns para dar para outros”.

Milton Friedman termina seu livro falando da necessidade de “persuadirmos nossos concidadãos de que as instituições livres oferecem uma via mais segura, embora às vezes mais lenta, para a obtenção dos fins que perseguem, em comparação com a coerção do Estado”. (17)

Aldo Arantes é deputado federal pelo PCdoB/GO, advogado e mestrando em Ciência Política pela UnB.

Notas (*)

(1) ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”, p. 9, in Boron, Atilio e Sader, Emir (orgs.) – *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

(2) HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*, 5ª. ed., p. 40. Editora Instituto Liberal.

(3) *Ibid.*; p. 45.

(4) *Ibid.*; p. 51.

(5) *Ibid.*; p. 77.

(6) *Ibid.*; p. 131.

(7) *Ibid.*; p. 137.

(8) *Ibid.*; p. 214.

(9) COLASUONNO, Miguel. “Introdução”, p. XII. FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1985.

(10) FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*, 2ª. ed. p. 43. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1985.

(11) *Ibid.*; p. 56.

(12) *Ibid.*; p. 102.

(13) *Ibid.*; p. 106.

(14) *Ibid.*; p. 115.

(15) *Ibid.*; p. 150.

(16) *Ibid.*; p. 173.

(17) *Ibid.*; p. 185.

(*) A bibliografia utilizada neste trabalho será publicada juntamente com a parte final desta série.



A procura por uma vaga...

Desemprego em Marx, Keynes e nos neoclássicos: descaminhos de um debate atual

CESAR BENJAMIN

Se é tão difícil obter algum grau de consenso sobre o que provoca o desemprego, qual debate teórico está por trás das diversas abordagens?

Na década de 1990, o desemprego atinge patamares inéditos no Brasil. Pela metodologia empregada pelo Dieese e a Fundação Seade, nas Regiões Metropolitanas pesquisadas (São Paulo, Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), ele passa de cerca de 8% em 1989 para 20% em meados de 1999, estacionando desde então em valores próximos a este (com um mínimo de 16% em Porto Alegre e um máximo de 25% em Salvador). Junto com esse impressionante salto do desemprego aberto, outra tendência se afirma: a informalização das relações de trabalho.

As conseqüências desses processos são evidentes. Em todo o mundo, a taxa de desemprego aberto é acompanhada com atenção por governos e sociedades, especialmente quando atinge chefes de família, homens ou mulheres, dado o seu potencial desestruturante sobre o tecido social. Com efeito, níveis crescentes de desemprego e de subemprego, principalmente quando associados a situações de pobreza, significam a multiplicação do número de pessoas que deixam de manter qualquer "contrato" de direitos e deveres para com a sociedade. Ambos os fenômenos se associam à queda da auto-estima, a desagregações familiares, à menor renda disponível, à busca precoce de trabalho por parte de jovens (quase sempre no mercado informal) em prejuízo de sua formação escolar, etc. Por isso, alterações nas políticas macroeconômicas e adoção de medidas específicas por parte dos governos são ações esperadas, quando as sociedades se confrontam com essas tendências.

No Brasil, no entanto, não se tem verificado uma reação à altura. Ora o problema é minimizado, alegando-se que a taxa de desemprego aberto, tal como medida pelo IBGE, permanece relativamente baixa (em torno de 7%), indicando a ausência de desemprego estrutural; ora buscam-se enfoques que enfatizam questões correlatas, como a qualidade supostamente baixa e o custo supostamente alto da mão-de-obra, por causa do também suposto excesso de encargos sociais; ora esvazia-se o conteúdo social do problema (a oferta de emprego) para remetê-lo ao universo individual das pessoas afetadas (sua condição de "empregabilidade"). Além disso, freqüentemente o desemprego é apresentado como um subproduto do aumento de produtividade da economia brasileira, o que permite considerá-lo, implícita ou explicitamente, como sendo um aspecto pro-

blemático de um processo essencialmente desejável e virtuoso. Daí a idéia de sua inevitabilidade.

Essas interpretações ajudam a perpetuar o descompasso entre a gravidade do drama social em curso e o relativo conformismo, diante dele, por parte de muitos economistas. Não pretendemos debatê-las aqui em detalhes. Tampouco pretendemos recusá-las liminarmente. Embora sejam insuficientes, várias delas contêm elementos verdadeiros, como sempre ocorre com qualquer construção ideológica minimamente viável. Por exemplo, sem dúvida há relação entre abertura comercial, acirramento da concorrência externa e reestruturação tecnológica. Em certos contextos, este último processo produz aumentos simultâneos da produtividade e do desemprego, aliás percebidos há muito. Em 1820, David Ricardo já se referia a isso: "Se é verdade que a inovação tecnológica é a forma mais eficaz de enfrentar a concorrência externa, o aumento de produtividade resultará em prejuízo para os trabalhadores, cuja participação no produto tende a cair em favor dos ganhos de capital. Para que isso não aconteça, é preciso que a produção cresça mais do que a produtividade", o que, para Ricardo, parecia ser "algo bastante difícil de ocorrer de forma sustentada."

Temos aí uma primeira pista importante: no Brasil contemporâneo, a produtividade tem crescido, mas o PIB *per capita* está a caminho de completar vinte anos de estagnação. Isso contrasta, por exemplo, com o que ocorreu no Japão no segundo após-guerra, onde as elevadas taxas de crescimento do PIB permitiram compatibilizar, por décadas, significativos ganhos de produtividade e baixos níveis de desemprego. Modernização técnica e emprego não são necessariamente antagônicos.

As interpretações referidas acima deveriam, pois, ser melhor ponderadas. A metodologia usada pelo IBGE para



*Marx conduz à idéia
de que o sistema
tende a recriar
dinamicamente
um exército
industrial de reserva,
pela atração e
repulsão simultânea
de massas humanas,
cuja vida passa a
gravitar em torno
do capital, que não
as pode absorver
de forma estável
e crescente*

estimar o desemprego aberto é extremamente restritiva; os aumentos de produtividade nem sempre são corretamente estimados (a produção se mantém ou aumenta, com menos trabalhadores, mas freqüentemente o valor agregado decresce ou se deixam de levar em conta as terceirizações); os encargos sociais são muito menores do que os divulgados pelas associações empresariais; a legislação trabalhista nunca impediu

que nosso mercado de trabalho fosse flexível (o que pode ser visto pelas elevadas taxas de rotatividade); não é claro que a mão-de-obra brasileira seja de pior qualidade do que os postos de trabalho que vêm sendo abertos, concentrados no setor de serviços – e assim por diante. Outros fatores precisariam ser levados em conta, como os processos de privatização e de enxugamento da máquina do Estado (que, até os anos 80, desempenhava tradicionalmente um papel anticíclico), crises setoriais importantes na agricultura e na indústria e a própria ausência de programas específicos, suficientemente ousados, para combater o problema.

Trata-se, como se vê, de um tema complexo. Não o desenvolveremos aqui. Nossa questão será outra: se é tão difícil obter algum grau de consenso sobre o que provoca o desemprego, que debate teórico está por trás das diversas abordagens possíveis?

Se formos buscar inspiração muito atrás, em obra hoje quase esquecida, encontraremos nos *Grundrisse*, de Marx, uma formulação genérica do problema, relacionada com sua reinterpretação da lei de população no modo de produção capitalista, no contexto da crítica a Malthus:

“Em diferentes modos de produção sociais, diferentes leis regem o aumento da população e a existência de uma superpopulação relativa (...). Essas leis estão ligadas às diferentes maneiras pelas quais o indivíduo se relaciona com as condições de produção ou de reprodução de si mesmo como membro da sociedade, já que só em sociedade o homem trabalha e se apropria do meio.”

Depois de descrever outros modos de produção, Marx trata do capitalismo, apontando a existência, nesse sistema, de duas tendências contraditórias entre si. A primeira resulta da luta

do capital para controlar a maior quantidade possível de trabalho vivo, de modo a aumentar a massa de mais valia potencialmente disponível. Ou seja, o capital tende a subordinar a si a maior parte do trabalho social, o que exige a expropriação das condições independentes de vida de parcelas crescentes da população, que passam a se apresentar no mercado como vendedores de força de trabalho. “Por outro lado”, diz Marx referindo-se à outra tendência, “o impulso em direção à mais valia relativa [que se expressa no aumento do capital constante em detrimento do capital variável] induz o capital a colocar como não necessários muitos desses trabalhadores.”

A busca da mais valia absoluta faz o capital desejar a “máxima extensão da jornada de trabalho, com a máxima quantidade de jornadas simultâneas”; ao mesmo tempo, a busca da mais valia relativa “reduz ao mínimo o tempo de trabalho e o número de trabalhadores necessários”. A primeira tendência incorpora trabalhadores à esfera especificamente capitalista da sociedade; a segunda, lança trabalhadores na rua.

Atraindo e repelindo trabalhadores, o capitalismo, segundo Marx, desenvolve uma lei de população igualmente ambígua: a maior parte da população se transforma em assalariada e é, em seguida, parcialmente transformada em superpopulação relativa, momentaneamente inútil, excedente, à espera de ser utilizada pelo capital em algum ciclo expansivo futuro. Dentro da melhor tradição da economia política clássica, Marx chega, assim, ao conceito de exército industrial de reserva – mais geral que o de desemprego –, que seria um fenômeno estrutural, decorrente das leis de tendência inerentes ao desenvolvimento do capital.

As abordagens predominantes no sé-

culo XX, nesta e nas outras questões, se afastaram porém dessa tradição. Desde, pelo menos, os trabalhos de Keynes e do surgimento da macroeconomia contemporânea, os economistas se dividiram, *grosso modo*, em dois grupos. Para os neoclássicos, a plena utilização dos fatores de produção disponíveis – entre eles, o trabalho – ocorre quando sua remuneração corresponde à sua produtividade marginal. Assim, há desemprego quando os trabalhadores insistem em exigir salários superiores à produtividade marginal do trabalho. Em primeira aproximação, trata-se de um fenômeno basicamente “voluntário”, que se corrige pela redução dos salários. Em um mercado de trabalho competitivo no ponto de equilíbrio, todos os que aceitam a taxa de salário real vigente encontram emprego.

Só no curto prazo ou em mercados regulamentados a taxa de salário real pode sustentar-se em níveis elevados demais. A principal consequência política dessa visão é a adoção de medidas que visam a desregular o mercado de trabalho, com enfraquecimento do poder dos sindicatos, considerados os principais responsáveis pela manutenção de altas taxas de salário real em períodos em que as taxas de desemprego também tendem a aumentar.

Embora Keynes aceite a associação entre salário e produtividade marginal do trabalho, ele considera que o desemprego decorre de uma demanda insuficiente para absorver todos os produtos que seriam produzidos em uma situação de pleno emprego das forças produtivas. Logo, não pode ser reduzido através da redução de salários. Ao contrário dos neoclássicos, que enxergam uma sucessão de pontos de equilíbrio em que oferta e demanda agregada coincidem, tendendo ao pleno emprego (a menos que haja a citada resistência ao trabalho), Keynes sustenta que só há um nível de emprego que corresponde

ao equilíbrio. E afirma que esse nível, em geral, é inferior ao do pleno emprego. Para além dele, a demanda se torna menor que a oferta e, por conseguinte, o emprego não pode aumentar. O volume de emprego é determinado pelo ponto de intersecção da curva de demanda agregada com a curva de oferta agregada, pois nesse ponto se maximizam as expectativas de lucros dos empresários.

Em Keynes, portanto, o pleno emprego – que, na teoria marginalista, é uma tendência geral, se os mercados funcionarem – se transforma em um caso particular, ao qual raramente se chega, a menos que se adotem políticas específicas para incrementar a demanda.

O debate entre essas visões tornou-se agudo em dois momentos, com resultados diferentes. Na crise de 1930, o modelo neoclássico pareceu esgotar-se, e a visão keynesiana, que enfatiza a tendência a uma demanda agregada insuficiente, conferiu uma base teórica aos governos intervencionistas amplamente predominantes no segundo após-guerra.

A “estagflação” das décadas de 1970 e 1980, porém, reabriu a questão, colocando na berlinda as idéias de Keynes e suas políticas associadas. Os economistas neoclássicos retomaram então a ofensiva, primeiro com Friedman, com sua crítica à curva de Phillips, que introduziu a visão neoclássica do mercado de trabalho na discussão do *trade-off* e incluiu no debate a questão da formação de expectativas; depois, principalmente, com Lucas e Sargent, com a teoria das expectativas racionais. No nível acadêmico, esse debate permaneceu muito centrado nas interpretações da curva de Phillips, que, nas suas versões originais, supõe um *trade-off* entre inflação e desemprego, muito contestado a partir da década de 1970.

Como não se pode observar empiricamente a taxa de desemprego que

seria obtida em uma situação de livre funcionamento do mercado de trabalho, a teoria neoclássica teve de admitir mais um tipo de desemprego, além do voluntário, a que já nos referimos. Nessa abordagem teórica, pode ocorrer desemprego involuntário por diversos motivos, como a introdução do seguro-desemprego ou a fixação da taxa de salário acima da “taxa natural”, seja pelo poder dos sindicatos, seja pela definição de um salário mínimo superior a essa “taxa natural”. O salário pode estabelecer-se acima da taxa natural também por força de decisões tomadas pelos próprios empresários, desejosos, por exemplo, de evitar a rotatividade dos trabalhadores, atrair trabalhadores mais qualificados ou estimular aumentos de produtividade. Daí a idéia do “salário-eficiência”.

Outra explicação neoclássica para o desemprego involuntário está ligada à informação imperfeita no mercado de trabalho. A disponibilidade de empregos é bastante heterogênea, exigindo, por parte do trabalhador, um custoso processo de busca e seleção. As informações sobre cada posto de trabalho não estão disponíveis para todos, de forma igual e de graça, de modo que o desemprego pode decorrer do processo de compilar informações. Mesmo em um modelo simples, no qual a distinção esteja apenas no salário oferecido, é possível analisar os efeitos desse fator sobre o mercado de trabalho. Uma das conclusões do modelo, não totalmente aceita, é de que, quanto maiores os custos para o trabalhador obter informações, menor a expectativa de salário e, portanto, o tempo de desemprego.

O elemento comum à abordagem neoclássica do emprego e do desemprego é que ela centraliza o debate no mercado de trabalho, o qual, se não apresentar imperfeições, funciona como um mercado de bens. Além disso, implícita ou explicitamente, os modelos neoclás-



Keynes aponta

imperfeições

no ajuste entre

oferta e demanda

agregadas,

o que exige

uma intervenção

consciente

no sentido de

sustentar esta última,

se quisermos atingir

e manter algo

próximo ao pleno

emprego

sicos sempre admitem a validade da Lei de Say, de que a oferta cria a sua própria demanda. Nesse caso, evidentemente, inexistente o problema da insuficiência de demanda agregada. Nos modelos, a Lei aparece simplificada, na forma de uma plena flexibilidade de preços e salários, cujo ajuste evita a insuficiência de demanda. Em contraposição, surgiram modelos de *fix-price* que, apesar da simplificação, ficaram conhecidos como modelos keynesianos.

Deixando de lado a diferença entre *fix e flex-price*, o importante é que, se os preços não se ajustam, a demanda passa a determinar a oferta, conferindo consistência ao princípio da demanda efetiva (esse princípio, apresentado por Keynes no terceiro capítulo da *Teoria Geral*, foi definido por alguns autores como estando em oposição direta à Lei de Say: se a demanda determina a oferta, a decisão autônoma é a compra, não a venda). O ponto-chave da teoria keynesiana é que o nível de emprego deixa de ser fixado no cruzamento de oferta e demanda de trabalho, passando a depender do que ocorre no mercado de produtos.

Nesse novo *corpus* teórico, os determinantes da demanda efetiva, a eficiência marginal do capital, a preferência pela liquidez e a propensão a consumir (que define o multiplicador), determinam também o nível de emprego. Ora, se o nível de emprego/desemprego na economia é dado pela demanda agregada, independentemente da existência ou não de equilíbrio no mercado de trabalho, torna-se possível haver desemprego involuntário em uma situação de equilíbrio entre oferta e demanda. Assim, deixa de fazer sentido a idéia, implícita na teoria neoclássica, de que o desemprego (voluntário) é alto porque os trabalhadores não aceitam trabalhar por uma remuneração inferior à sua desutilidade marginal.

Carlos I. S. Leal e Sérgio Werlang defendem uma versão extremada – poder-se-ia dizer, caricata – da proposta neoclássica, enfatizando dentro dela a questão da educação. Parece válido analisá-la porque, ao fim e ao cabo, ela acaba por desnudar certos fundamentos ideológicos dessa visão mais geral. Vejamos o que dizem: “É a escolha do indivíduo que determina seu grau de instrução. E o grau de instrução é um dos principais fatores determinantes de sua renda.” A primeira

conclusão desse raciocínio salta à vista: a renda de cada indivíduo é determinada, em larga medida, por suas próprias escolhas.

Em seguida, os autores explicam como esse processo funciona:

“A decisão que um indivíduo faz de estudar um ano a mais, ou de começar a trabalhar imediatamente, tem muita relação com a decisão que um empresário toma ao investir em um projeto. Quando um empresário investe em algum projeto, geralmente leva em consideração três aspectos fundamentais: o fluxo esperado de seus desembolsos, o fluxo esperado de suas receitas e o risco associado à execução do projeto. (...) A decisão do indivíduo, de estudar um ano a mais ou não, é feita nos mesmos moldes. O indivíduo leva em consideração a taxa de retorno pessoal da decisão de estudar um ano a mais. Do lado dos custos, o componente mais importante é o salário que seria ganho caso entrasse imediatamente no mercado de trabalho. (...) Do lado dos benefícios, está a renda que o indivíduo auferir após um ano adicional de estudo. Ele decide então parar de estudar, ou continuar, dependendo da taxa de retorno do fluxo de pagamentos e recebimentos acima descrito. É fácil calcular a taxa de retorno. Basta que se olhe para o acréscimo percentual de renda que um ano a mais de estudo propicia. O indivíduo compara essa taxa com sua taxa alternativa e toma a decisão: para de estudar se a taxa de retorno pessoal for inferior à taxa alternativa.”

Chegamos assim a uma construção, no mínimo, inusitada: a renda de cada um é determinada, em larga medida, pela educação, que pode ser maior ou menor, dependendo do cálculo de desembolsos e receitas futuras feito por cada indivíduo. Todos somos empresários, imersos numa espécie de

“microeconomia pessoal”. Os mais competentes, ou mais prudentes, prosperam. Os demais, nem tanto. No fundo, é uma questão de opção. Estamos no reino da liberdade abstrata; não há relações sociais “coaguladas”, a sociedade não tem estruturas de poder e dominação. Nada resta da visão de conjunto tão cara à economia política clássica. A ênfase no indivíduo conduz à ênfase na educação, tratada como elemento formador das subjetividades individuais. Estas, por sua vez, vão determinar as diferenças sociais observáveis. Metaforicamente, o nível de educação funciona como um “capital subjetivo” ao qual, em princípio, todos podem ter acesso – o que, evidentemente, não ocorre com o estoque de riqueza real –, confirmando o caráter democrático da sociedade, velha aspiração ideológica do modelo neoclássico.

Nesse contexto, torna-se lícito supor, como fazem os autores em outras passagens de seu texto, que a melhor educação é a oferecida pelo setor privado, mais apto a criar pessoas empregáveis. Valoriza-se cada vez menos o próprio conceito de emprego, que remete ao universo social, e cada vez mais o de empregabilidade, que remete ao indivíduo. É o próprio indivíduo aparece alienado e mutilado, já que sua educação não corresponde mais a um direito subjetivo, ligado às suas potencialidades humanas, mas à adequação a um determinado ambiente econômico.

É verdade que, em nossa sociedade, empresários e demais pessoas perseguem interesses individuais, de forma competitiva, mas sua atividade se dá nos marcos de possibilidades socialmente determinadas. Voltemos a Marx: “O próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, que só pode ser alcançado no interior de condições fixadas pela sociedade e com os meios que ela oferece. Está ligado, portanto, à reprodução dessas condições e desses

meios.” (Mesmo levando em conta apenas a ação dos empresários capitalistas, *stricto sensu*, é fácil ver que o êxito é apenas parcialmente determinado pelos esforços individuais de cada um em tocar seu negócio com eficiência acima da média; sucesso e fracasso estão sempre co-determinados pelos esforços correlatos de todos os demais capitalistas, e a rentabilidade de cada capital está subordinada à rentabilidade do capital como um todo, numa certa configuração do conjunto do sistema).

O raciocínio de Leal e Werlang, incriivelmente reducionista, não faz jus sequer à melhor tradição neoclássica. Marshall também defendia o papel econômico da educação, debatendo de outra forma, no entanto, o tipo de educação necessária:

“O progresso econômico acarreta, de um lado, uma constante e crescente mutabilidade nos métodos da indústria, e portanto uma dificuldade cada vez maior em prever a procura de trabalho de qualquer espécie uma geração adiante. (...) Uma boa educação proporciona grandes benefícios indiretos, inclusive ao trabalhador comum, estimulando sua atividade mental e sua curiosidade científica, tornando-o mais inteligente e mais capaz, aumentando o teor da vida em horas de trabalho e de lazer, sendo assim um meio importante de produzir riqueza material.”

O ponto de vista de Marx também permite uma crítica a Keynes. A insuficiência de demanda efetiva indica que o mercado não é capaz de absorver os produtos ofertados. Do ponto de vista do empresário individual, essa constatação está correta: suas mercadorias não se vendem, e por isso ele decide diminuir ou interromper a produção, dispensando mão-de-obra ou cessando sua contratação. Daí a impressão, tão clara, de que a demanda

comanda a dinâmica do sistema.

Marx, porém, vê o problema de outro ângulo: para ele, tudo o que se passa na esfera do mercado está submetido a limites definidos pelos acontecimentos que ocorrem na esfera da produção e da distribuição do produto social, que são dominadas pela problemática da acumulação, ou reprodução ampliada, de capital. O controle que o mercado exerce sobre os produtores individuais se inscreve em um espaço de análise mais abrangente, em que predomina *o controle do processo de acumulação sobre os produtores e o mercado*. Pois, sem acumulação, pode haver produção, mas não produção capitalista. Assim, para Marx, a taxa de acumulação é o elemento ordenador das funções reguladoras do mercado. O equilíbrio ou desequilíbrio entre oferta e demanda só se formam em contextos dominados pelo processo de acumulação, e a tendência à superprodução – que em Keynes aparece como tendência à insuficiência de demanda – só é superada de forma consistente (embora provisória) quando o capital consegue um aumento, relativo ou absoluto, no grau de exploração da força de trabalho. A crise aparece quando o capital acumulado mostra-se grande demais em relação à taxa de lucro que ele é capaz de obter; e o que o sistema precisa restaurar não é, essencialmente, um equilíbrio entre demanda e oferta, mas um equilíbrio entre o processo de produção material e o processo de expansão do valor.

Estamos diante de três teorias fundamentais – Marx, Keynes e os neoclássicos –, cujo grau de abordagem sistêmica é decrescente. A primeira conduz à idéia de que o sistema tende a recriar dinamicamente um exército industrial de reserva, pela atração e repulsão simultânea de massas humanas, cuja vida passa a gravitar em torno do capital, que não as pode absor-

*Os neoclássicos
pretendem
que os mercados
se auto-regulem e,
deixados em
liberdade, tendam
a um ponto de
equilíbrio em que
a alocação dos
recursos, inclusive
do trabalho,
se torne ótima*

ver de forma estável e crescente. A segunda aponta imperfeições no ajuste entre oferta e demanda agregadas, o que exige uma intervenção consciente no sentido de sustentar esta última, se quisermos atingir e manter algo próximo ao pleno emprego. A terceira pretende que os mercados se auto-regulam e, deixados em liberdade, tendem a um ponto de equilíbrio em que a alocação dos recursos, inclusive do trabalho, se torna ótima.

Nas reviravoltas da história, a verossimilhança de cada teoria se torna ora maior ora menor, como se viu nas últimas décadas, com o ressurgimento dos neoclássicos, por muito tempo marginalizados. No longo prazo, apesar de tudo, creio que Marx ainda nos oferece a teoria que captou com maior fidelidade os fundamentos do capitalismo, inclusive no que diz respeito à dinâmica do mercado de trabalho. 

Cesar Benjamin é editor e escritor.



Os comunistas na Rússia, hoje

HAROLDO LIMA

Em seu VII Congresso, o Partido Comunista da Federação Russa debateu caminhos para atuar sob o governo Putin e estender a influência de massa

Os ideólogos do capitalismo bem que cantaram loas à grande vitória que efetivamente tiveram com o colapso, há dez anos, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Preliminar importante já tinham ganho, quando outros países do Leste europeu também arriaram a bandeira do socialismo, naqueles momentos tormentosos do final da década de oitenta. Talvez o que os senhores do capital não esperassem fosse que, precisamente uma década depois de terem tocado suas trombetas no assalto final às mais antigas trincheiras socialistas, e na esteira de monumental devastação que provocaram naqueles países outrora desenvolvidos, os comunistas de novo estivessem de pé, organizados no maior partido político do país, elaborando planos, perseverando na grandiosa história de seus antepassados, conscientes de que “Assim se tempera o aço”. (1) De fato, o Partido Comunista da Federação Russa, herdeiro do antigo Partido Comunista da União Soviética realizou, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro do ano passado, em Moscou, seu VII Congresso. O partido comemorava seus dez anos de fundação – os mesmos dez anos da dissolução da União Soviética e da incorporação aberta da Rússia ao capitalismo mundial. Participaram do evento 401 delegados e 117 representantes estrangeiros, de 82 partidos, de 59 países. O Partido Comunista do Brasil foi a única organização brasileira presente neste memorável evento.

Amplitude da representação estrangeira lembrava os velhos tempos do extinto PCUS, onde eventos dessa natureza atraíam numerosas delegações. Com os convidados da própria Rússia, presenciaram o Congresso cerca de 1.500 pessoas. No salão das sessões, no lugar de maior destaque, um grande busto de Lênin dominava o ambiente.

Desde o início, perpassando as lembranças rememoradas de glórias e derrotas, e subjacente às preocupações afloradas de incertezas futuras, sentia-se o contágio da emoção. Para todo aquele pessoal, Moscou fora o ponto de partida do tão decantado “sonho” do século XX de construção

de uma sociedade fraterna e também o local onde o revés inaudito atingiu esse sonho. O “sonho”, contudo, de forma alguma estava sepultado, mas as formas de concretizá-lo ficaram em questão, e todos procuravam desvendar caminhos novos, na exata medida em que sentiam a superação das veredas batidas.

De repente, a um sinal, todos se levantaram e o recinto se encheu com os acordes do hino da antiga União Soviética socialista, entusiasticamente cantado pelos presentes e pranteado pelos muitos que choravam. Era o começo do Congresso.

Essa execução do hino da ex-URSS na abertura do Congresso teve reper-

cussão e desdobramentos, posto que o hino também tem uma história carregada de drama. Tinha sido escolhido como hino oficial da antiga URSS em 1943, em processo dirigido por Stálin. Fora banido do seu posto de canto oficial em 1994, por decisão de Boris Yeltsin. E nem bem o Congresso terminara, o presidente Vladimir Putin encaminhou à Duma, o Parlamento russo, projeto de lei recolocando-o, com mudanças na letra, como o novo hino da Rússia. Por ampla maioria, a Duma aprovou o projeto e, embora essa adoção já estivesse sendo discutida há mais tempo, percebeu-se que Putin escolheu bem o momento de definir a questão, com o que marcou um tento com os comunistas.

O documento central do Congresso, o Informe Político do Comitê Central, apresentado por Guenady Ziuganov, o presidente do partido, começa tecendo considerações sobre a situação do mundo. Vivemos, diz o documento, um início de século e de milênio marcados pela “globalização imperialista”. O mundo encontra-se submetido a políticas de espoliação coordenadas pelo FMI, Banco Mundial e OMC. Um “novo tipo de guerra mundial” está em curso, onde, “na última década, 6 milhões de pessoas morreram em diferentes conflitos, em 80 países”. O fim da bipolarização, com a extinção da União Soviética, deixou o mundo à mercê de uma única superpotência, os Estados Unidos, que quer a ONU como gendarme, controla e tenta fazer da OTAN a polícia do mundo, e que, “com 5% da população mundial, consome mais de 40% de suas matérias primas e é responsável por mais de 50% da poluição ambiental do Planeta”. Surge, assim, a necessidade de se lutar por “um mundo multipolar e democrático”, com a ONU revitalizada e com autoridade supranacional.

O centro do Congresso foi a análise da situação do país. O colapso do socialismo soviético não era um ponto específico de pauta, embora tenha sido tema recorrente em documentos e discursos. Ziuganov observou

ter havido “ilusões” quanto ao socialismo na Rússia. “Achávamos que o socialismo era eterno e que o comunismo estava próximo, nos acomodamos e perdemos o apoio do povo”. Olhando o passado, disse, verificamos que “há mais de 50 anos deflagrou-se uma guerra contra o socialismo, guerra que tinha comando unificado internacionalmente, e que usou ‘quintas colunas’ e vários outros métodos para destruir nossa sociedade”. Ainda hoje esse comando “mantém aqui, às centenas, *quintas colunas*, usando o narcotráfico, o sexo e a idolatria ao lucro para destruir nossa resistência e perverter nossa juventude”. Após a dissolução da URSS e o completo fim do socialismo soviético, disse Ziuganov, “os comunistas achavam que, mais ou menos rapidamente, voltaríamos ao poder”. “Pensávamos que nossa vitória seria mais fácil. Agora, passados dez anos, vemos que está tudo muito difícil. O retorno do socialismo à Rússia seria uma virada na situação internacional. E os Estados Unidos, frente a isso, estão de prontidão.” Um delegado observou que “as causas das derrotas do socialismo ainda não estão de todo esclarecidas”, ao que outro, manifestando-se impressionado com a “ausência de defesa do patrimônio público por parte dos trabalhadores”, tocou

em um problema de fundo: “no tempo socialista não conseguimos transmitir aos trabalhadores que eles eram os donos das fábricas”.

Severas críticas foram feitas no Informe ao governo do presidente Vladimir Putin. E mais contundentes ainda lhe foram feitas nas discussões. O Informe chega a dizer que “Putin dança ao som do FMI mais zelosamente que seus predecessores”. Denuncia que hoje já se fala “não apenas na compra e venda de áreas agrícolas, mas de florestas inteiras”. Entretanto, considera e toma posição ante o fato de o povo estar alimentando certa esperança face a Putin.

Vladimir Putin herdou, como presidente da Rússia, do período de Boris Yeltsin, um país atônito por ser dirigido por um beerrão; inseguro por saber da intimidade e dependência de seu presidente dos mafiosos; dilacerado por retrocesso profundo e continuado; tenso por ver a OTAN crescer na Europa e se aproximar de suas fronteiras sem que o governo central demonstrasse qualquer preocupação; e descrente de uma estrutura governamental que atomizou o comando político do país subdividindo-o em 49 unidades federativas dirigidas por mandatários eleitos localmente sem compromissos com o poder central. Putin, na verdade, se encaminhou e se encaminha no sentido de alterar todos esses pontos. Seu estilo enérgico e firme de lutador de karatê que é, alivia o povo que não se tranquilizava com o do seu cambaleante antecessor; nomeações recentemente feitas de altos funcionários sinalizam distanciamento dos “oligarcas”; o retrocesso econômico parece que parou, beneficiando-se até da alta dos preços do petróleo, estando a Rússia começando uma fase, que não é de desenvolvimento, mas pelo

“Foi um desastre para a Rússia” –

comentário de Stiglitz, do Banco Mundial,

sobre a aplicação do receituário

neoliberal na Rússia, e comparando

suas condições econômicas com

o desempenho da China

menos de recuperação; segundo depoimentos aceitos, o presidente, depois da guerra de Kosovo, passou a ver a OTAN e os Estados Unidos como potentados ameaçadores; e, finalmente, o presidente rompeu com a atomização imobilizadora da estrutura governamental, criando, por decreto, sete dirigentes regionais por ele nomeados, e a quem os 49 mandatários locais devem se reportar. Por essas e outras, o certo é que o povo passou a alimentar certa esperança em Putin. O Congresso refletiu esse estado de espírito, aprovando, ao lado de uma "irreconciliável oposição ao caminho capitalista destrutivo em curso", uma atitude de "expectativa" frente ao governo de Putin. Como o PC da Rússia é de longe o maior partido da Duma, com 101 deputados federais, a oficialização do hino soviético como hino da Rússia foi vista como uma imediata retribuição de Putin à posição de "expectativa" frente a seu governo, aprovada pelo Congresso dos comunistas.

Os congressistas relacionam a grave crise por que passa a Rússia a duas datas de referência: 1991, marco do fim da URSS e da etapa socialista; e 1998, ano em que o país "quebrou", já dentro do capitalismo. A economia hoje se encontra em recuperação, mas os retrocessos ocorridos foram tão profundos que ficaram como traumas. Para os comunistas, o desastre mais grave foi, de longe, o de 1991.

A URSS era uma das duas superpotências mundiais, com a respeitabilidade e o poder de dissuasão que isto encerra, com um parque industrial diversificado e moderno e um quadro social estabilizado em patamar superior. Problemas em sua base econômica, decorrentes do imobilismo frente a estruturas que se iam tornando arcaicas, que davam suporte e eram alimentados por acomodação

social e estagnação política, e ainda a guerra internacional anti-socialista de 50 anos de que falou Ziuganov, levaram ao conhecido colapso da economia e do poder do país. A regressão foi espantosa.

A Rússia passou a ser rigidamente monitorada pelo FMI e pôs-se célere no caminho do neoliberalismo. A situação caótica a que chegou é vista por muitos como demonstração cabal da não serventia do monitor e do caminho. "Foi um desastre para a Rússia", disse Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial, fazendo um paralelo entre as condições econômicas a que chegaram a China e a Rússia, que trilharam caminhos diametralmente opostos. "No início do processo de abertura na Rússia, observa Stiglitz, o PIB (total das riquezas produzidas no país) chinês era quase metade do russo. Uma década depois, o PIB chinês é quase o dobro do da Rússia". "A Rússia, segundo ele, seguiu rigidamente o Consenso de Washington. A China preferiu seguir uma política própria...". "No início dos anos 90, apenas 2% da população russa vivia na pobreza. Hoje, mais de uma criança em cada duas vive numa família pobre." (2)

O custo econômico e social pago pelos países da ex-URSS nos últimos dez anos, quando foram entregues às leis capitalistas dos grandes monopólios estrangeiros, é tão assustador quanto criminosamente omitido pelo noticiário predominante. O Relatório de 1999 sobre o Desenvolvimento Humano para a Europa Central, Leste e Comunidade de Estados Independentes (ex-URSS), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), que examina a "transição" da maioria dos países do antigo bloco soviético ao capitalismo, apresenta dados estarrecedores. O

destaque negativo é para a Rússia. Entre 1990 e 1997, ao tempo em que o PIB caía 41%, a produção industrial caiu 38%. Na totalidade dos países da CEI o PIB decresceu 45% de 1990 a 1997. (3) "Milhões de pessoas teriam sobrevivido à década de 90 se a esperança de vida existente em 1990 tivesse sido mantida" (4) "A pobreza, que em 1988 era de 4% da população na Europa do Leste e CEI passou a 32% em 1994, ou seja, atingia 13,6 milhões de pessoas e passou a alcançar 119,2 milhões". (5) "Entre 1980 e 1995, na Rússia, a taxa de natalidade caiu de 16 por 1000 para 9 por 1000, enquanto a taxa de mortalidade subiu 4 pontos, passando de 11 para 15, lançando o país em uma depressão populacional e demográfica tal que se torna difícil imaginar que algo similar pudesse alguma vez acontecer em tempo de paz e em região tão vasta." (6)

Período tão tenebroso, tributo tão cruel que gerações tiveram que pagar ao avanço do capital, é descrito pelos congressistas, como "os dez anos do desmantelamento", "da destruição da potência soviética", da "catástrofe". "Um reformador de plantão destruiu um tempo sem construir outro", disse Ziuganov, numa alusão a Gorbachev, o artífice do fim da União Soviética, e que na última eleição para presidente da República teve menos de 1% dos votos. (7) No período em que o PIB despencou mais de 40%, os direitos sociais foram praticamente liquidados e em que cresceu desmesuradamente o fosso entre os novos ricos e a maioria da população, o país passou, de superpotência a um país de Terceiro Mundo, que convive com as mazelas do desemprego e da fome.

Tudo isso repercutia no Congresso de forma peculiar, levando o grande orgulho nacional russo a mostrar-se

agudamente ferido, quando se registava o “desmantelamento de modernas plantas industriais”; quando se citava a “desativação do MIR”, “símbolo maior do domínio russo na tecnologia espacial”; quando se constatava estar a população do país diminuindo há dez anos, sendo hoje de 146 milhões de habitantes, menor que a do Brasil, e que pode chegar a 133 milhões no ano 2010; quando se considerava a redução brutal na expectativa de vida do povo, que chegou a 58 anos para os homens; e quando se denunciava o aumento do número de suicídios, inclusive entre militares. “O corpo da Rússia sangra” observou a certa altura Ziuganov.

Distinguem-se dois aspectos nos fenômenos em curso: a instauração, com o fim do socialismo, de um capitalismo selvagem no país, e o surgimento, na nova estrutura de classes, de classe dominante com características mafiosas. Essa situação se desenvolveu na esteira da privatização “largamente predatória”, realizada sobretudo nos tempos de Yeltsin, onde setores, hoje conhecidos como “oligarcas”, usando os métodos mais espúrios, abocanharam ramos inteiros da então economia estatal. Fala-se que 80% do patrimônio público passaram para mãos privadas. Yeltsin, responsabilizado com sua família por esse sistema, só renunciou em favor de Putin depois que este assinou decreto tornando-o inimputável. Vem daí a opinião de ser Putin “gente de Yeltsin”, que no governo manteria estreitas ligações com os “oligarcas”, opinião hoje controversa, face a indícios já referidos de que o presidente estaria deles se afastando.

A ação criminosa dos “oligarcas” não só desagregou a economia do país mas, foi ponto de partida “do declínio da cultura e da moralidade russa”. Os

depoimentos a propósito são pungentes. Conta-se que a ofensiva capitalista no terreno da cultura foi e está avassaladora. A língua russa foi praticamente substituída nos grandes cartazes de Moscou, nos anúncios luminosos dos produtos, nos nomes das lojas e dos edifícios. Em seu lugar, generalizou-se o inglês. A americanização, sob essa forma, foi tão chocante e o sentimento nacional sentiu-se tão vilipendiado que aprovou-se, há cerca de cinco anos, uma legislação proibindo que em Moscou fosse usada qualquer propaganda ou anúncio ou letreiro de qualquer coisa que não fosse em língua russa, que é o que lá está em vigor. Protestos são feitos também contra a moral que flui através dos meios de comunicação, dos filmes, dos programas televisivos ocidentais. “A forma com que a mulher é tratada nas propagandas de televisão nos humilha”, disse uma camarada. Não apenas os costumes permissivos causam espanto, mas sobretudo repugna a cultura da violência pela violência, da brutalidade como gesto épico. Um depoente diz ter visto o personagem principal de um filme matar em duas horas 47 pessoas. E exclama abismado: “era o herói do filme!”. Um representante de Lenigrado – e, de passagem, registro que não se toma conhecimento da mudança do nome da cidade – ensina que “um socialismo que não recolhe as tradições culturais de seu povo cai na abstração”, que “movimentos tendentes a desagregar o povo russo devem ser energeticamente combatidos”, que, “entre os fatores que dão unidade histórica ao país estão a Igreja Ortodoxa Russa e o Islamismo, a primeira com cerca de mil anos no país, o segundo unindo 12 milhões de muçulmanos, daí porque é importante conhecer a Bíblia e o Alcorão para se compreender melhor alguns valores que agre-

gam o povo russo”! A juízo desse leningradense, “a criação de diversas seitas religiosas voltadas contra a Igreja Ortodoxa e contra os muçulmanos, todas vindas do Ocidente, é parte integrante da ofensiva cultural desagregadora feita contra a Rússia, para dividir e enfraquecer seu povo”. Na linha desse resgate das tradições culturais positivas o leningradense conclui: “a Rússia nunca será como o Ocidente, nem nunca como o Oriente: tem seus traços próprios e sua história de vida. A Rússia não existirá sem um Estado centralizado, um Executivo forte, um Exército poderoso, um serviço secreto eficaz, um modo de vida coletivo e uma base material estatal poderosa.”

É sobre esse quadro complexo que os comunistas debruçam-se, à procura de saídas. O segundo documento mais importante do Congresso, “As tarefas imediatas do PCFR”, fixa como “objetivo estratégico e único futuro digno para a Rússia o socialismo recriado, apoiado nas realizações e nas lições do passado.” Esse socialismo deve se apoiar na experiência histórica não apenas do período socialista na Rússia. “A teoria comunista não é uma abstração, reflete os anseios do povo por direitos e por justiça”, disse Ziuganov, acrescentando que, “por estes objetivos lutaram alguns dos maiores homens da Rússia, Dostoievsky e Tolstói”, razão pela qual “nós, comunistas, queremos ser seus continuadores”.

Temas candentes atuais foram revolidos, como a relação entre o mercado e o planejamento, e a coexistência entre diferentes formas de propriedade sob a direção da propriedade social, tendo Ziuganov feito referência ao “mercado planificado no século XXI” e realçado a necessidade de se “conhecer o socialismo da China, de Cuba e de outros países.” A delegação chinesa foi aplaudida de pé e seu chefe ovacionado quan-

do disse que “o PC da China tem orgulho da amizade que tem com o PC da Federação Russa e declara sua disposição de aumentar essa amizade”.

O congresso aprovou ainda tarefas imediatas dos comunistas, algumas expressando o vínculo entre a luta pelo socialismo e a luta patriótica, outras o “fim e uma revisão da privatização”.

Destaque especial é dado à luta pela manutenção da propriedade social no campo, base de importante aliança atual com os camponeses, temerosos do aparecimento na área rural do fenômeno dos “oligarcas”. Uma relação de “dez ações concretas para o Partido” enfeixou um elenco de medidas sociais ligadas à defesa dos direitos do povo.

O problema da construção do Partido Comunista parte do registro de que na Rússia existem sete partidos comunistas. Contudo, destes, só o PCFR é um grande e nacional partido, com 550.000 membros, 101 deputados à Duma e detentor de 30% dos votos do país dados a seu candidato a presidente da República na eleição passada, o próprio Guennady Ziuganov. O segundo partido tem cerca de 30.000 membros e os demais são menores ainda. Reiterou-se decisão anterior de buscar a unidade de todos, cujos dirigentes, como convidados, encontravam-se presentes.

Problema importante é o da incorporação da juventude. Como refle-

xo da história de Partido herdeiro direto do primeiro partido comunista do mundo – que esteve longos anos no poder e que nem sempre sustentou bandeiras nem usou métodos que atraíram jovens – o certo é que é preocupante a pequena base juvenil visível do partido. Embora na preparação do Congresso tenham entrado 48.000 membros no Partido, muitos dos quais jovens, e a despeito de alguns moços terem sido eleitos para o Comitê Central, é aguda a percepção da direção sobre o problema da renovação etária do Partido. O assunto foi dramatizado e chamado de “a nova batalha de Stalingrado” – ganhar jovens para o Partido. Problemas enfrentados hoje pela juventude foram arrolados, como desemprego, falta de perspectiva, drogas, “ideologia da competição e da ascensão social”. Já se criara, por iniciativa dos comunistas, um programa de bolsa-de-trabalho para a juventude, e um jovem (não tão jovem assim, trinta anos), ao tempo em que dizia que “a juventude tem ideais comunistas” disse da perplexidade de que os jovens ficam possuídos ao verem que “os mais intransigentes anticomunistas e antisoviéticos são ex-membros do Partido Comunista”. E deixou no ar, junto com o primeiro secretário da União da Juventude Comunista, a pergunta que dissêram

ouvir de jovens: “por que?”. A atual “batalha de Stalingrado”, ainda que difícil, está sendo travada, na teoria, para responder perguntas como essa, e na prática, para dar consequência aos planos aprovados. 

Haroldo Lima é deputado federal pelo PCdoB/BA e exerce seu quinto mandato na Câmara dos Deputados. Membro do Comitê Central e da Comissão Política do Partido Comunista do Brasil, participou, como representante do Partido, do VII Congresso do PCFR, realizado em Moscou, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2000.

Notas

- (1) Assim se tempera o aço é o título de famoso romance da época socialista, onde o revolucionário torna-se um bravo quando é formado nas duras e prolongadas lutas de classe.
- (2) “China e Rússia, exemplos da ineficiência do FMI”, Joseph Stiglitz, Folha de S. Paulo 11/8/00.
- (3) Relatório do Desenvolvimento Humano para a Europa Central, Leste e Comunidade de Estados Independentes, PNUD, p. 16, ed. em inglês do PNUD.
- (4) *Idem.* p. 5.
- (5) *Idem.* p. 21.
- (6) *Idem.* p. 42.
- (7) Vale lembrar que, quando do apogeu de Gorbachev à frente da então URSS, no Brasil, o PC do Brasil ficou isolado quando o denunciou como traidor e liquidacionista, enquanto houve pessoas de esquerda, desavisadas, que o saudaram como “grande estadista”.

* * Novo lançamento da Editora Anita Garibaldi * *



A lei trabalhista da República Popular da China: texto integral e comentários

Textos comentados por Antônia Mara Vieira Loguercio (org.), Augusto Madeira, Fábio A. Magalhães Nóvoa, Francisco Rossal Araújo, Francisco Sérgio Silva Rocha, Helena Amazonas e Jeferson Braga, entre outros.

Pedidos (R\$ 20,00)
Telefax: (11) 289-1331
Correio eletrônico:
livraria@anitagaribaldi.com.br



Apoio: *Opinio Iuris*



Duas décadas em defesa do Brasil e do socialismo

EDVAR LUIZ BONOTTO

Em março deste ano a revista *Princípios* completa duas décadas de circulação. Surgiu em 1981, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, e, em especial, pelo esforço de seu presidente, e ex-constituente de 1946, João Amazonas.

A REVISTA MARXISTA, que desde o primeiro momento se apresentou como “teórica, política e de informação”, tomou a posição da defesa e aperfeiçoamento da democracia, dos direitos do povo e dos trabalhadores, e do socialismo. Vivenciou e refletiu, nestas suas 60 edições, importantes momentos de nossa história recente, como o fim do regime militar no Brasil, o colapso da União Soviética e a ascensão das políticas neoliberais na esfera internacional – que têm gerado tanto impacto sobre a vida dos brasileiros, sob os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

A revista afirmava em seu primeiro editorial, de março de 1981: “*Princípios edita seu primeiro número. Revista teórica, política e de informações variadas, aparece para satisfazer uma necessidade premente das forças sociais progressistas da nossa sociedade, tendo em vista elucidar problemas, aprofundar o conhecimento das causas e efeitos dos males que afetam a vida do povo e do país. (...)*”

Surgiu como um dos órgãos centrais do Partido Comunista do Brasil (o outro é o jornal *A Classe Operária*, que por sua vez é também o órgão oficial do Partido), mas logo ficou claro que os comunistas e marxistas brasileiros se esforçavam por colocar um novo e ímpar veículo de imprensa à disposição dos setores progressistas, patrióticos e democráticos – com o intuito de fomentar o debate necessário à formação e consolidação de uma ampla corrente para descortinar novos rumos para a sociedade brasileira. Com a legalidade conquistada a partir de 1985 o Partido Comunista do Brasil cresceu e a revista acompanhou esse movimento, expandindo sua abordagem e circulação para setores mais amplos e firmando-se como um instrumento que adquiriu respeitabilidade em importantes segmentos de formação de opinião pela qualidade e

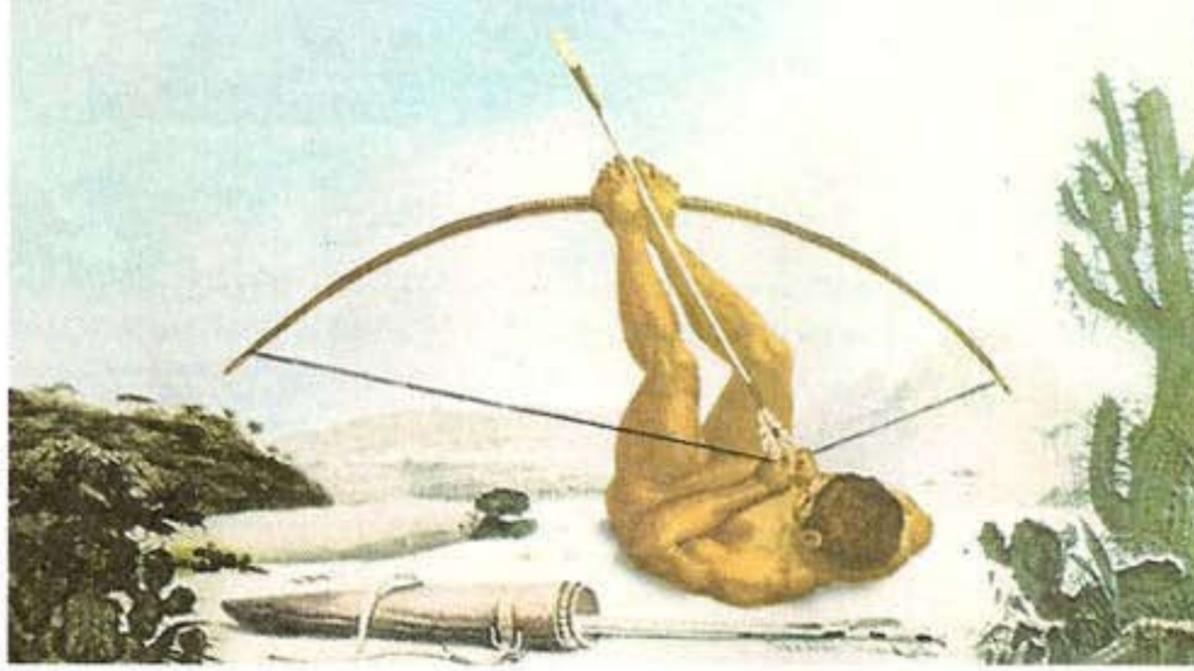
A TEORIA REVOLUCIONÁRIA

Princípios abordou sistematicamente as grandes questões do marxismo-leninismo e da luta pela construção de uma sociedade mais avançada

Lênin fala ao II Congresso dos sovietes de toda a Rússia, de V. Serov



Cuboclo, de Debret



BRASIL

Sua história, seu povo e suas lutas estão descritos nas páginas da revista

profundidade de suas abordagens e pela integridade de seu respeitável rol de colaboradores. Assim, os textos de *Princípios* adentraram – além dos meios partidários, parlamentares, estudantis, operário-sindicais, sociais, populares e outros centros irradiadores de pensamento político e teórico – até mesmo na academia, onde seus artigos têm se tornado componentes da bibliografia básica de cursos na graduação e pós-graduação. Além de seu conteúdo, a credibilidade do veículo tem crescido pela regularidade de sua circulação – garantida trimestralmente pela Editora Anita Garibaldi. Constitui, assim, uma experiência rica e sem igual na história da imprensa progressista e revolucionária de nosso país, pois nenhum outro órgão com essas características circulou por tanto tempo.

Atualmente pesquisa soluções para valorizar o que tem de mais importante: o texto dos colaboradores. E estes não são poucos. São lideranças políticas de expressão, dirigentes de instituições e entidades, cientistas e pesquisadores renomados, especialistas nas principais áreas do conhecimento, jornalistas e escritores, artistas, professores; enfim grandes personalidades do Brasil e do Exterior. Desde seu surgimento, há 60 edições, a revista já publicou quase mil artigos e envolveu cerca de 500 colaboradores diretos, tornando-se difícil relacionar todos aqui: João Amazonas, Jiang Zemin, Renato Rabelo, Luis Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes, Miguel Urbano Rodrigues, Aziz Ab'Saber, Luis Fernandes, Manuel Correia de Andrade, Olival Freire Jr., Rogério Cezar de Cerqueira Leite, José Carlos Ruy, Candido Mendes, Oscar Niemeyer, Luis Werneck Vianna, Haroldo Lima, Wanderley Guilherme dos Santos, Sérgio Miranda, Celso Furtado, Aldo Rebelo, Paulo Nogueira Batista Jr., Aldo Arantes, José Leite Lopes, Michel Paty, Ariano Suassuna, Dias Gomes, Biplab Dasgupta, José Reinaldo Carvalho, Guenadi Ziuganov, Ricardo Ferreira, Irwin Marquit, José Saramago; e tantos importantes pensadores que contribuíram e contribuem para elevar a qualidade e credibilidade da revista.

Apesar de ter dado passos importantes, este veículo da imprensa revolucionária, porém, não se move isolado; ao contrário, depende do movimento real da sociedade, das forças políticas envolvidas na luta em que está inserido, e da vida do país e seu povo.



Habitantes de canudos, prisioneiros da quarta expedição militar em 1897

P *Princípios* sempre se esforçou para estar em dia com os grandes temas e debates em curso, no cenário nacional e no mundo. O Brasil em seus aspectos multifacéticos, a conjuntura e as questões internacionais, a economia, o marxismo e socialismo, o movimento operário, a história, a filosofia, a política, a ciência e tecnologia, a educação, a cultura e arte, a mulher – enfim, os mais importantes e candentes temas que envolvem a vida social apareceram de forma plena ou parcial em suas páginas nesses vinte anos.

Em pesquisa realizada em meados de 1997, constatou que um dos temas de maior interesse para seus leitores era a questão internacional. Em meio à falta de credibilidade dos órgãos da grande imprensa, envolvidos no “partido único” do pensamento neoliberal de interesses estratégicos dos Estados Unidos; à heterogeneidade das fontes de outros setores da esquerda brasileira; e ao fato de muitos leitores identificarem no Partido Comunista do Brasil o herdeiro do internacionalismo proletário, há um público ávido por encontrar nas páginas da revista matérias de informações e análises sobre os principais acontecimentos da conjuntura internacional. Assim, as questões que envolvem os países socialistas (China, Cuba, Vietnã e Coréia do Norte) e o movimento comunista internacional (lutas, eleições, mobiliza-

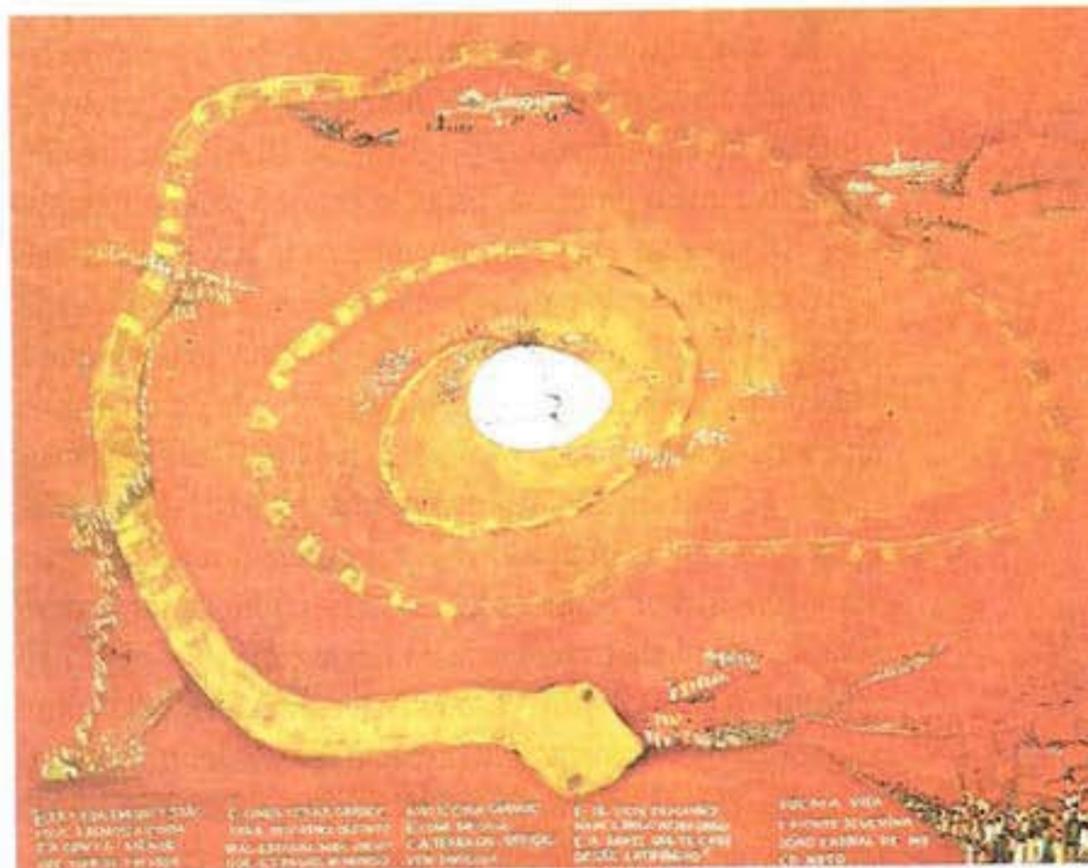
ções), ao serem enfocadas pela revista, não raro, constituem a principal fonte de informação e análise para esse público de leitores brasileiros. Durante o período da contra-revolução na URSS e Leste europeu, a revista abordou sistematicamente, com matérias teóricas e político-informativas os principais eventos e suas conseqüências políticas e ideológicas; desde seus primórdios com a perestroika, de Gorbachev – a edição 17 teve capa e todos os textos dedicados a esse tema – à análise objetiva dos fatos e polêmicas com o intuito de contribuir para o necessário salto na elaboração teórica marxista a fim de que esta, ao contrário de sucumbir com os acontecimentos contra-revolucionários que se sucederam, continue justificando sua atualidade e se capacitando para nortear as transformações históricas necessárias à libertação do proletariado e de toda a sociedade da exploração capitalista.

Além das questões internacionais, outro tema crucial para a pauta da revista é o da economia política, em especial, nos últimos tempos, a cobertura do Plano Real e os desdobramentos da situação econômica brasileira. Em seu primeiro editorial – durante o governo do general João Figueiredo, no período do início da crise da dívida (aurora do que mais tarde passou a ser chamada a “década perdida”, os anos 80) – afirmava ter um grande programa a realizar nesse campo: “(...) O presente número dedica algum espaço às questões



O Café (detalhe), de Candido Portinari

econômicas. Seu objetivo, porém, é tratar permanentemente do assunto, ligado em especial com a crise que se alastra em todos os países capitalistas e revisionistas, provocando gigantescos transtornos na sociedade e enormes sacrifícios aos trabalhadores das cidades e do campo. A propaganda oficial, os economistas e os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses falam da crise como algo acidental, passageiro, cujos motivos devem ser encontrados em fatores transitórios, controláveis, irrelevantes. Mas a crise é o processo natural do desenvolvimento capitalista, polarizando sempre mais a riqueza e a miséria. Cada crise de maior envergadura estimula o avanço tecnológico desse sistema, reforça o poderio dos monopólios, bem como o do capitalismo monopolista de Estado, que se caracteriza por uma vasta socialização capitalista da produção, pelo entrelaçamento dos monopólios com o Estado e pela subordinação do aparelho do Estado burguês aos grandes monopólios. Durante a crise substituem-se as estruturas fundamentais das empresas, o que exige vultuosos recursos somente disponíveis entre os mais poderosos. Assim, são liquidados os menos fortes e a concentração e a centralização do capital agigantam-se. Tal renovação, grosso modo, não proporciona aumento de empregos; ao contrário, utilizando métodos sofisticados, reduz a quantidade de trabalhadores enquanto cresce a produção. O exército de reserva (os desempregados) ganha novas dimensões. Por isso, é falso pensar que, passada a crise – se acaso chegar a esse momento – tudo volte à antiga situação, como apregoam os mistificadores.



Sete luas de sangue, de Tereza Costa Rego

CULTURA E ARTE

Debateu multilateralmente temas da arte e da cultura

DEFESA DA UNIDADE DO POVO E DAS FORÇAS PROGRESSISTAS

Seus textos têm a marca da união dos brasileiros para descortinar um novo rumo para a pátria



Lançamento do manifesto *Em defesa do Brasil da democracia e do trabalho*, Brasília, dezembro de 1999

Não. Os povos terão de conviver com índices elevados de desemprego permanente, com alto custo de vida, com impostos ainda mais pesados, com a criminalidade em ascensão, com parcelas ponderáveis de menores abandonados. Porque esses males acompanham o capitalismo, como a sombra segue o corpo. Quanto mais ele se desenvolve, maiores mazelas arrasta consigo. Precisamente por essa razão, sua existência é posta em causa. (...)

Ao surgir, a revista já inaugurava sua abordagem da temática econômica com o artigo “Transformações operadas na sociedade brasileira” que procurava fazer uma análise das principais indicações sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Dentre elas destacava que o processo, naquele período analisado (anos 60 e 70), apontava para uma maior e mais grave subordinação da economia do país ao capital estrangeiro e para o aumento da influência dos monopólios internacionais sobre a vida do país. Nos números seguintes o tema da economia apareceu de maneira parcial, ou seja sem expor análises mais teóricas e globais. A partir de seu número 15, aproximadamente, os textos publicados já apresentam análises mais abrangentes. Por aquele período, *Princípios* dá um passo adiante, em plena turbulência do Leste europeu. Seu n.º 16 (dezembro de 1988) traz um enfoque mais alentado sobre as questões econômicas. Na fase que se sucede, em conjunto com os demais temas, desenvolve-se uma abordagem mais permanente de questões da teoria econômica, com colaboradores mais regulares. A edição 23 apresenta, no final de 1991, o texto de João Amazonas “Etapas econômicas do sistema socialista”, que defende as idéias de Lênin sobre a

economia política no socialismo. A 29 publica o texto “Capitalismo de Estado na transição ao socialismo”, do mesmo autor, e dá continuidade aos estudos da economia política leninista, procura entender o processo objetivo da transição socialista e as causas do retrocesso no Leste europeu. Nesse período vários temas conexos com a conjuntura econômica do nosso país são abordados como a Lei de Patentes e as privatizações das empresas estatais.

A partir de 1994 se faz um esforço para que a revista passe a cobrir mais a realidade concreta brasileira e seu movimento, acompanhando especialmente a implementação do Plano Real. Demonstra em vários artigos o caráter dos objetivos da equipe econômica do governo: a dependência do capital especulativo externo; a submissão ao Fundo Monetário Internacional; a paridade artificial da moeda; a tendência à vulnerabilidade e à instabilidade econômica; o desequilíbrio nas contas externas; a desnacionalização da economia e o desmonte do Estado nacional; a privatização do patrimônio construído pelo povo brasileiro; o ataque sistemático à organização e aos direitos dos trabalhadores. No conjunto, mas em especial após acompanhar analiticamente a política neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, pode se dizer que o veículo contribuiu para fundamentar e fomentar uma corrente de opinião que defende a necessidade da mudança no rumo da política econômica brasileira. Os textos das edições mais recentes têm demonstrado que as bases da Nação estão sendo desmontadas e que o país necessita de uma política econômica soberana, a exemplo do artigo de Celso Furtado “A reconstrução do Brasil” (*Princípios*, n.º 54).

Além desses, *Princípios* procurou cobrir temas de relevân-

cia conjuntural, desde o fim do regime militar no país – passando pela Constituinte, a campanha da Frente Brasil Popular em 1989, o plebiscito e demais lutas importantes nessas décadas – às eleições municipais em 2000, em que a esquerda teve expressiva vitória. As últimas edições da revista trataram o tema das questões urbanas e municipais numa seqüência de abordagem, estimulando o estudo das temáticas ligadas ao desenvolvimento urbano (segurança, transporte, saúde, educação, plano diretor, orçamento e orçamento participativo, democracia, participação e representação, e outros) para subsidiar a elaboração dos projetos eleitorais dos setores progressistas. Publicou textos sobre o entendimento das grandes demandas das populações das regiões metropolitanas, conseguindo desvendar por que os municípios e cidades se encontram em sérias dificuldades e o esboço de possíveis soluções. Esforçou-se para estar em sintonia com a atuação do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE) na Comissão de desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara Federal. Enfocou a luta pela terra urbana e o direito à moradia, defendendo tal direito como subjetivo – conforme leitura da Constituição atual – e, portanto, passível de ser exigido pelo povo. Coincidentemente o direito à moradia foi, no início de 2000, incluído na Constituição como um dos direitos fundamentais. A revista a seguir abriu suas páginas para explicar e defender o *Estatuto das Cidades* – um complexo de dispositivos legais destinado a congregar o conjunto dos problemas das cidades, municípios e regiões metropolitanas à luz dos artigos 182 e 183 da Constituição que dão diretrizes para uma regulamentação federal da matéria. A tese, corretamente levantada, versa sobre a necessidade urgente do Estado brasileiro desenvolver uma política para as regiões metropolitanas, pois estas congregam grande parte da população e da produção de riquezas do país, sendo impossível resolver sua problemática apenas em âmbito local. Adiante cobriu a I Conferência das Cidades, publicando a *Carta das Cidades* – documento histórico que condensa as reivindicações destas entidades públicas e suas populações. Publicou também diversos textos como os do professor Aziz Ab' Saber; um programa para a maior cidade do país, São Paulo; sobre as dificuldades enfrentadas para concepção e execução do planejamento nas cidades – assoladas pelas imposições irracionais das forças de mercado em tempos neoliberais, limitadas por planos diretores excessivamente genéricos que não

servem para políticas concretas e submetidas à pressão organizada do capital imobiliário.

Além de cobrir os principais temas conjunturais, as páginas de *Princípios* acolheram, em várias ocasiões, temas especiais, sendo que alguns tiveram tratamento sistemático e outros até encarte especial. Assim ocorreu com a Comuna de Paris (que neste ano completa 130 anos), a questão racial, a saúde, a história do movimento operário e, mais recentemente, os 500 anos do Brasil. Durante o ano 2000, foi editada uma seqüência de textos sobre o meio milênio do país, enfocando sua história econômica, política e cultural. Dentre eles teve destaque o documento *500 anos de luta – na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos*. Esse esforço, certamente, continuará, pois há muito o que se pesquisar e elaborar sobre o Brasil, a Nação seu povo. Ainda nesse bloco de abordagens especiais, aprofundou problemas relacionados à emancipação da mulher; a Universidade, ciência e tecnologia; aniversários de personalidades e acontecimentos históricos; para citar apenas alguns.

Os anos 90 do século XX iniciaram sob o impacto da derrota política das experiências da União Soviética e do Leste europeu, e a conseqüente derrota histórica do socialismo. A *intelligentsia* capitalista inundou os meios de formação de opinião e a mídia com teses que anunciavam, em definitivo, a vitória do sistema capitalista sobre o socialismo – dentre elas, uma anunciava o fim da própria história. Os textos de *Princípios* procuraram encarar de frente essa realidade ad-

versa. A partir da edição 24 (com o país sob o governo Collor) desenvolve uma abordagem sistemática do novo modelo que passava das experimentações – do Chile de Pinochet e da Inglaterra de Margareth Thatcher – para ser a receita oficial do imperialismo norte-americano e dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) para todo o mundo: o neoliberalismo. Seus artigos fizeram um esforço de vanguarda para fundamentar conceitos e categorias filosóficas para situar o que se passava no centro do capitalismo e seus reflexos na periferia. Artigos teórico-conceituais se complementam com outros de caráter informativo e de denúncia das conseqüências desastrosas do receituário oficial em curso no mundo capitalista sobre os povos e os



Capa da edição 51 de Princípios

NEOLIBERALISMO

Contribuiu para conceituar e desmascarar o modelo neoliberal e seus representantes

trabalhadores. A substituição do keynesianismo – corrente adotada desde a II Guerra – pelo pensamento da escola de Chicago; as novas formas de saque imperialista; o fluxo mundial de capitais; a globalização financeira; o desemprego; o plano de privatizações do governo brasileiro; e os principais aspectos da política neoliberal são tratadas pelos colaboradores nesse período. *Princípios* 36 (no início de 1986) já apresenta a primeira grande crise no período de domínio neoliberal na América Latina com capa e textos sobre o México e a crise do modelo neoliberal. Nesse período – e a empreitada ainda continua – a revista cumpriu um papel de vanguarda na aglutinação de colaboradores competentes e textos de qualidade que auxiliaram setores da esquerda e da oposição a compreender essa nova fase da exploração capitalista, o significado mais profundo dos governos de Collor e Fernando Henrique e da aplicação desse modelo no Brasil e a necessidade da denúncia desse projeto para a população. Assim, a revista contribuiu para reforçar a resistência da sociedade brasileira aos ditames dos arautos da globalização neoliberal e para desmascarar o governo de FHC, que no seu início deixara muitos setores sociais e políticos confusos. Mais recentemente cobriu satisfatoriamente a seqüência das crises financeiras globalizadas (como as da Ásia, Rússia e do próprio Brasil) e suas desastrosas conseqüências – que, juntamente com os indicadores comprovantes do aumento da miséria, levaram os organismos internacionais patrocinadores dos ajustes neoliberais a rever uma série de questões.

Em que pese todos os esforços, a elaboração marxista, e avançada, é ainda débil no Brasil – em quantidade e qualidade – e, por isso, o programa inicial da revista, expresso em seu primeiro editorial, continua válido: “(...) *Suas páginas agasalharão, com zelo particular, os trabalhos concernentes à teoria. Nas condições atuais do mundo e do nosso país, a frente teórica adquire importância sobressalente, de primeiro plano. (...)*”

Um dos sentidos maiores da revista existir é o estímulo ao desenvolvimento da elaboração da ciência social mais avançada. O pensamento marxista vive uma crise em meio a um momento defensivo do movimento revolucionário, ligado às recentes derrotas sofridas. Surgiram muitas incompreensões e dúvidas e se faz necessário, mais do que nunca, defender e desenvolver a teoria revolucionária e tratar conseqüentemente os novos fatores e elementos objetivos da sociedade. A revista continua dando destaque à luta teórica, em especial, precisa apresentar artigos sobre a defe-

sa do socialismo e sua vinculação com o projeto de um novo rumo para o Brasil. O trabalho de elaboração da concepção do socialismo com a feição e o espírito do povo brasileiro, ainda é um objetivo teórico permanente a seguir. Para auxiliar a explicitação de um projeto socialista atualizado e sintonizado com a vida do país, pode desdobrar questões presentes no *Programa Socialista*

do Partido Comunista do Brasil (como: Um projeto nacional para o Brasil; A crise mundial do capitalismo; Concentração da produção, da renda e da riqueza – no Brasil e no mundo; Os processos financeiros: reprodução do capital à margem do processo produtivo; O problema da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo; O capitalismo, em seu desenvolvimento, acentua o caráter social da produção, gerando, a partir de suas próprias contradições, as condições para a sociedade futura; As imposições do lucro, sob o modo de produção capitalista, impede a generalização para toda a sociedade dos benefícios adquiridos com o avanço da ciência, e a tecnologia longe de ser fator de libertação para a humanidade, torna-se uma ameaça ao emprego e à vida da maioria das pessoas; Apesar dos problemas, a acumulação capitalista se desenvolve e cresce, expressa na centralização das empresas, nas fusões que se generalizam pelo mundo capitalista; A crise do capitalismo aumenta a exploração e a opressão dos trabalhadores assalariados; As mudanças nos métodos de produção e o crescimento na cota de mais-valia; Terceirização e mercado informal; Ataques aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores; Luta de classe do proletariado e os desempregados e marginalizados; e muitos outros)

Princípios adentra ao novo milênio sabendo que o século XX “foi o período da história da humanidade que registrou o maior número de lutas e participação de grandes massas no processo de desenvolvimento da sociedade. Foi marcado por revoluções, dentre elas a revolução russa de 1917 – o maior acontecimento da história no que se refere ao desenvolvimento da sociedade – e a



Detalhe de manifestação do 1º de Maio, de Alexandre Machado



Petroleiros desempregados em frente à refinaria de Paulínia, de Otávio Dias Oliveira

TRABALHO

Acompanhou as mudanças no mundo do trabalho com a reestruturação neoliberal, suas conseqüências teóricas e práticas – como o desemprego

revolução chinesa de 1949 (outro gigante momento da luta dos povos). O século XX mostrou que o que Marx, Engels e Lênin conceberam ao criar e desenvolver a ciência social, o que examinaram, como as contradições que surgiam no próprio sistema capitalista, e sua contribuição ao desenvolvimento da Filosofia, está comprovado por essas lutas, e que tais enfrentamentos não se deram por acaso. A teoria marxista, por sua vez, não é algo pronto ou parado no tempo, porque reflete a realidade em desenvolvimento e justamente porque o capitalismo se desenvolve mais rapidamente é que crescem as contradições e surge a necessidade da sua superação – pela revolução proletária. Das experiências do século XX, extrai-se também o ensinamento de que a transição do capitalismo ao comunismo preenche toda uma etapa histórica, que registra avanços e recuos; vitórias e derrotas. A revolução socialista não é tarefa fácil e construir a nova sociedade – a experiência está mostrando – não é algo tão simples. As formas e relações capitalistas surgiram no seio da sociedade feudal, mas as relações de produção socialistas não podem nascer sob o capitalismo – elas têm de ser criadas com a revolução já implantada. Por isso é necessário atentar para dois problemas fundamentais que servem para acelerar – ou, em caso contrário, para enfraquecer – o avanço da sociedade. O primeiro problema envolve a difusão da consciência social, a ideologia revolucionária, em larga escala. É uma grande batalha; antes, durante e depois da re-

volução. O povo e os trabalhadores só terão condições de sustentar a luta revolucionária e levar adiante a construção do socialismo (e do comunismo) se tiverem consciência do processo que se desenvolve na sociedade, se tiverem pleno acesso à teoria, à consciência social revolucionária. O segundo grande problema envolve o fortalecimento do Partido Comunista. É ele o portador dessa consciência revolucionária, que não nasce espontaneamente do movimento do capitalismo. A consciência social vem de fora e o Partido é seu agente. Ele precisa ser reforçado para cumprir este papel histórico. Sem esse reforço, o processo não avança.” (1)

No presente, a necessidade de se forjar a ampla unidade do povo em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho é o desafio político mais importante (2), conformando o contexto do debate em que se move a revista – e

ao qual ela procura, hoje, inserir sua contribuição. Os desafios de *Princípios* são imensos: ampliar a circulação; garantir melhor inserção na luta de idéias; aperfeiçoar seu conteúdo e forma... – tudo isso no seio de uma luta política intensa, porém de grande significado histórico. E, ao se concluir, após uma análise dos vinte anos e sessenta edições, qual o papel desempenhado por este veículo no desenvolvimento do pensamento progressista brasileiro, é possível afirmar que a revista já conquistou um importante espaço na luta – a de maior significado histórico – em defesa do Brasil e pela vitória do socialismo em nossa pátria, para que nosso povo, liberto dos grilhões do atraso e da dependência, possa oferecer sua contribuição original ao desenvolvimento material e espiritual da humanidade. 

Edvar Luiz Bonotto é mestre em filosofia do direito pela PUC/SP, membro da equipe de redação da revista *Princípios* e da comissão nacional de propaganda do PCdoB.

Notas

(1) Citação de trecho do artigo de João Amazonas, “A perspectiva histórica do socialismo”, publicado na edição 56 de *Princípios*.

(2) O *Manifesto em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho* foi lançado no final de 1999 em Brasília – subscrito por mais de uma centena de personalidades do mundo político, jurídico-institucional, científico, artístico-cultural e desportivo de nosso país – e, além de propugnar novos rumos, conclama à formação de um amplo movimento com caráter de salvação nacional. Foi publicado por *Princípios*, n.º 55.



Situado a aproximadamente 360 km de Teresina, o Delta do Parnaíba, único das Américas a mar aberto, impressiona pela exuberância e riqueza da fauna e da flora. É um espetáculo da natureza que se mostra ao visitante, proporcionando uma visão inesquecível de formas e cores.

Os turistas encontram toda infraestrutura de que necessitam em transporte aéreo, terrestre e marítimo; bons hotéis e restaurantes, lojas de artesanato e contam ainda com o jeito piauiense de receber bem os seus visitantes.

A natureza, dádiva de Deus, é aqui tratada com todo respeito e amor para que a beleza e o equilíbrio se perpetuem.

Porque no Piauí é assim.



Fotos da série *O Homem da Amazônia*, de Pedro Martineli

Amazônia

uma região estratégica que a política oficial teima em desconhecer

ERON BEZERRA E VANESSA GRAZZIOTIN

A defesa da Amazônia e seu desenvolvimento só serão efetivos a partir de um desenvolvimento multilateral de suas potencialidades regionais com melhoria do nível de vida de seu povo

Do ponto de vista ambiental a Amazônia transcende fronteiras, tanto regionais quanto internacionais. Sobre o aspecto geopolítico, porém, é conveniente deixar bem patenteado essa distinção. Convém, entretanto, até por razões didáticas, fazer uma breve apresentação da **Amazônia Global** e da **Amazônia Brasileira**, pelo menos mencionando os seus múltiplos aspectos e as **visões básicas** que as distintas correntes de pensamento sustentam sobre a região. O debate sobre a Amazônia nunca foi desapaixonado. Muitas vezes foi mesmo irracional, mesclando visões de classe distintas com “conceitos” ambientais corretos ou de eficácia duvidosa e que, em última análise, servem apenas para “justificar” a visão de classe à qual se filia o autor em questão. Ou ainda para camuflar os reais interesses de grupos.

A Amazônia Global

A Amazônia Global abrange áreas do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa, perfazendo uma área de aproximadamente 7,8 milhões de km².

Em termos comparativos essa imensa área – quase equivalente ao território brasileiro – representa 44% da América do Sul ou 5% do globo terrestre. Concentra a maior floresta tropical úmida, 10% da biota universal, 25 mil km de vias navegáveis, 20% da água potável do Planeta e 350 milhões de hectares de florestas virgens. Tudo na Amazônia tem dimensões extraordinárias, incluindo as desigualdades sociais.

A Amazônia Brasileira

A Amazônia brasileira, igualmente, honra essas tradições. Sua área é da ordem de 5 milhões de km² (60% do Território Nacional) e abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a maior parte do Maranhão. Concentra a maior biodiversidade do Planeta, chegando, em

determinadas áreas, a se encontrar até 100 diferentes tipos de planta em apenas um hectare de floresta. A Amazônia detém, ainda, a maior reserva mineral da Terra (ferro, bauxita, salgema, manganês, calcário, cobre, cassiterita, estanho, chumbo, níquel, ouro, nióbio, petróleo, gás, etc).

Nessa região vivem em torno de 20 milhões de habitantes, dos quais, aproximadamente, 200 mil são índios, o que representa a maior população nativa do país. De maneira geral a maior parte dessa população está concentrada em áreas urbanas, o que significa dizer que a densidade demográfica na área rural é bastante rarefeita, situando-se em alguns casos abaixo de 0,5 hab/km².

No início da colonização amazônica (1541/42; 1560/61; 1637/39 ; 1669) havia na região em torno de 7 milhões de índios, os quais falavam mais de 700 idiomas, de acordo com as estimativas de demógrafos da Escola de Berkeley (USA). A teoria dos demógrafos de Berkeley é extraordinariamente reforçada quando se sabe que o museu Emílio Goeldi (Belém/PA), tem catalogado em torno de 350 sítios arqueológicos, sinalizando que a estimativa

dos pesquisadores norte-americanos pode até estar subestimada. A maior parte dessa rica diversidade lingüística foi destruída sem deixar nada escrito, perdendo-se por completo esse rico patrimônio genético e cultural. Estudos mais recentes, especialmente os de Aryon Dall’Igna Rodrigues, pesquisador da UnB, afirmam que na Amazônia ainda estão presentes 39 unidades genéticas, correspondendo a 250 línguas. O alcance dessa informação pode ser mensurado quando se sabe, por exemplo, que na Índia – o segundo país mais populoso do mundo – fala-se 300 línguas, agrupadas em 5 famílias.

Os povos que aqui habitavam quando do início da colonização portuguesa viviam em graus diferenciados de organização social e a origem desses nativos é incerta. A “teoria” mais recorrente é que são de origem asiática, aqui chegando pelo estreito de “Bering”. Essa teoria, recentemente, ganhou um importante reforço a partir de estudos coordenados pelo geneticista mineiro Fabrício Santos – publicados no *American Journal of Human Genetics* – no qual o pesquisador da UFMG conclui, com base no

estudo de cromossomos, que o rio Ienissei na Sibéria Central foi, provavelmente, o ponto de partida do chamado “Adão americano”

Essa população – cuja controvérsia sobre a sua origem não elimina o fato de que eram milhões quando do início da colonização – foi praticamente dizimada pelo colonizador português e, posteriormente, pelos governos locais através de expedições de extermínio – caravanas organizadas com o único propósito de matar indígenas.

No período que vai de 1.655 a 1.850 a região recebe as primeiras levas de migrantes nordestinos, os quais se fixaram às margens dos grandes rios e se dedicaram, do ponto de vista econômico, fundamentalmente, ao extrativismo (especiarias e castanha do Pará). A partir de 1870 se intensifica a migração nordestina e, em menor proporção, também de judeus e árabes. Com o advento da II Guerra Mundial, a presença nordestina é consolidada na região através do lendário “soldado da borracha”, dando início ao que se convencionou chamar de “ciclo da borracha”.

As visões básicas sobre a Amazônia

Em tese todos estão preocupados com o desenvolvimento da Amazônia e, conseqüentemente, com a proteção de sua extraordinária biodiversidade. Em tese, porque na prática as concepções mais difundidas acerca do “desenvolvimento” da região são francamente conflitantes. É possível sintetizar em três “visões” básicas o pensamento e a concepção de desenvolvimento que as variadas correntes de pensamento defendem para a Amazônia:

Teoria Desenvolvimentista. Com o fim do ciclo da borracha a Amazônia experimenta um longo período de recessão econômica. Nesse período a atividade econômica se restringe basicamente ao extrativismo de subsistên-

cia. Essa situação de caos e abandono fornece a base objetiva para que na década de 1970 a “tese desenvolvimentista” ganhe força e adeptos, esposando a bandeira de substituir “a mata por pata de boi”. A base ideológica dessa teoria é o Plano de Integração Regional (PIN) e a sua verbalização prática a construção de grandes rodovias, dentre elas a Transamazônica que, segundo o pensamento oficial da época, seria o instrumento para “*assegurar terras sem homens para homens sem terra*”, numa referência ao vazio demográfico da região e o “excedente” populacional do Nordeste. Muito em moda na década de 70 hoje essa “tese” está completamente isolada e, por isso mesmo, poucos se apresentam de público como seus defensores, embora se saiba que essa é a visão predominante entre a maioria do empresariado e dos políticos conservadores.

Teoria do Santuário. Os estragos ambientais provocados pela “teoria desenvolvimentista”, sem maiores ganhos sócio-econômicos para a população nativa, é a base objetiva sobre a qual se constrói a “teoria do santuário”. Pensamento muito em “moda” na década de 1980, esposado principalmente por ONGs estrangeiras, defende a “tese” de a Amazônia não suportar pisoteio humano e que, portanto, deveria ser integralmente preservada como reserva estratégica para toda a humanidade, uma vez que a mesma seria “*patrimônio da humanidade*” e não apenas do povo brasileiro. Raras são as pessoas que atualmente assumem publicamente essa “tese”, embora muitos sejam os seus adeptos, especialmente entre as ONGs estrangeiras.

Teoria do Desenvolvimento Sustentado. O entrelaçamento dessas duas concepções faz surgir no final da década de 80 a “tese” da necessidade de se conciliar crescimento econômico com conservação ambiental, para que esse crescimento se torne perene

e se converta efetivamente em desenvolvimento. Hoje praticamente todo mundo se proclama adepto dessa concepção, mesmo que essa concordância, para a grande maioria, seja apenas retórica. Mesmo entre os efetivamente adeptos há muitas divergências práticas e teóricas sobre essa teoria. Também aí se escondem muitos “santuaristas” e, principalmente, a maioria dos “desenvolvimentistas”.

Todas as teses falam em “defesa da Amazônia” e em “desenvolvimento” da região. A defesa da Amazônia e o seu desenvolvimento, entretanto, só serão efetivos a partir de um desenvolvimento multilateral, ou seja, desenvolvimento de suas potencialidades regionais e o conseqüente benefício à população nativa (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, etc.) da riqueza gerada. Hoje, as eventuais riquezas produzidas só servem para aumentar a fortuna de um punhado de aventureiros (nativos ou “importados”) e alimentar a indústria da corrupção, cultivada quase como cultura pela maioria dos governantes locais. Os indicadores sociais demonstram isso. A ausência quase que absoluta do Estado, enquanto ente político e social, faz com que as ONGs, na prática, cumpram o “papel” daquele no atendimento às necessidades básicas da população, especialmente índios e ribeirinhos.

Nosso dilema: de um lado, sabemos que querem bloquear a região. Por outro, sabemos, também, que se as terras indígenas não forem demarcadas e grandes áreas não forem protegidas, em breve a Amazônia se transformará numa paisagem “lunar”, sem que isso tenha “desenvolvido” a região. Maranhão e Tocantins, cujo desflorestamento atinge 70 e 43%, ostentam indicadores sociais sofríveis (mesmo para os padrões da Amazônia) e uma taxa de ICMS por habitante na casa dos 74 e

141 reais, respectivamente. O Amazonas, que conserva mais de 98% de sua cobertura vegetal original tem uma taxa de 490 reais por habitante.

O potencial econômico

A base econômica dos estados da região se assenta no extrativismo de espécies vegetais e/ou dos recursos minerais. A produção agropecuária, cujo nível de intensidade é bastante distinto entre os estados, representa a outra base econômica comum. O Amazonas é o único estado cuja base econômica é eminentemente industrial, em decorrência do pólo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus. A principal base econômica de cada estado é a seguinte: Acre (Extrativismo, Pecuária); Rondônia (Minério, Agricultura, Madeira); Roraima (Pecuária, Garimpo); Amapá (Extrativismo, Minério – exaurido; Pará (Minério, Agricultura, Pecuária, Madeira); Amazonas (Indústria Eletro-Eletrônica, Madeira, Petróleo e gás).

O somatório das riquezas produzidas pelos estados da região amazônica representa algo como 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, evidenciando as conseqüências de uma criminosa política de concentração de investimentos públicos no Sul/Sudeste, em detrimento das demais regiões do país. O peso econômico da região, entretanto, não pode ser mensurado pelo atual nível de participação no PIB, mas pelo seu *extraordinário potencial*, dentre os quais destacamos:

- **Planície mineral** estimada em 1,6 trilhões de dólares, com destaque para o Nióbio, na região de “6 Lagos”, em São Gabriel da Cachoeira (AM); Ferro, na região de Carajás (PA) e Petróleo e Gás na região do Juruá, Urucu e Silves, no Amazonas, com mais de 50 bilhões de m³, o que seria suficiente, por exemplo,

para abastecer São Paulo por 70 anos.

- **Potencial madeireiro** com mais de 3,5 milhões de km² de floresta tropical. Embora haja muita polêmica quanto à possibilidade real de exploração florestal sem degradação do meio ambiente, há manejos com ciclo de corte rotativo, com intervalos de 20/25 anos, considerado pela maioria dos investigadores como ecologicamente correto.

- **Potencial hidro-energético** estimado em algo como 68.623 MW – dos quais menos de 10% está explorado – o que representa 53% dos 129.046 MW existentes em todo o país.

- **Potencial Pesqueiro** estimado em mais de 3 mil espécies, entre comestíveis e ornamentais, dos quais 40% já cadastrados pelo INPA. Com possibilidade, igualmente, de se fazer criação em cativeiros, em “lagos fechados” e promover a industrialização, verticalizando a produção e agregando valor ao “produto” regional.

- **Potencial agrícola** de mais de 25 milhões de hectares de várzea, área suficiente para produzir mais de 50 milhões de toneladas de alimento, o que representaria mais ou menos 70% da produção nacional.

- **Potencial da agro-indústria e da eco-indústria** na produção de óleos comestíveis (palmeiras e castanha), polpas, sucos, sorvetes, refrigerantes e, também, de óleos e essências aromáticas, corantes, etc. Deve merecer atenção especial na agro-indústria, a exploração do dendê (palmeira) na produção de óleo comestível e para fornecimento de energia, especialmente quando se sabe que 1 hectare de dendê produz 5 mil quilos de óleo/ano, contra 400 quilos produzido pela soja no mesmo espaço e tempo. A exploração de 10 hectares de dendê pode proporcionar uma renda líquida na faixa de 26 mil reais ano. Além do mais o dendê pode ser a alternativa para iluminação de pequenas e médias comunidades

isoladas da Amazônia brasileira.

- **Biodiversidade.** A Amazônia possui 10% de toda a biota universal, o que lhe coloca com extraordinário potencial químico e farmacológico.

- **Zona Franca de Manaus.** Representa uma economia de importação de mais de 10 bilhões de dólares/ano, em produtos eletro-eletrônicos que hoje são fabricados em Manaus. Além de agregar, ao tesouro nacional, algo como 1 bilhão de dólares em tributos federais (55% de todos os tributos federais arrecadados na região Norte).

- **Exoticidade,** o que lhe dá enorme potencial turístico, desde que seja criada a necessária infra-estrutura – que a iniciativa privada parece estar “esperando” o poder público realizar – e se pratique preços racionais.

Na falta de uma política de desenvolvimento duradouro, a Amazônia vive dos grandes projetos

Apesar desse extraordinário potencial econômico e de seu caráter estratégico, tanto pelo aspecto geopolítico (a Amazônia faz fronteira com 7 países) quanto pela sua tão decantada biodiversidade (20% da água doce do Planeta, dentre outras preciosidades estratégicas no próximo milênio) a Amazônia nunca teve, por parte do governo federal, um projeto de desenvolvimento permanente, assentado em bases que assegurem o seu desenvolvimento sustentado. Daí, os surtos de crescimento econômico que a região tem experimentado se baseiam, fundamentalmente, nos chamados Grandes Projetos e numa forte presença militar, desde os tempos do colonizador português. E, como num macabro processo de autofagia, o governo cria e ele próprio ataca, agride, destrói as precárias possibilidades de um crescimento econômico para a região. Os exemplos são fartos e recorrentes, tanto no passado (o ciclo da borracha) como no presente

(o projeto Zona Franca de Manaus). As conseqüências dessa política de “descontinuidade” faz com que a Amazônia viva de “ciclos econômicos”, agravando ainda mais a situação econômica de uma área que, historicamente, tem sido a menos favorecida na distribuição dos benefícios que determinam a formação da riqueza. Enquanto desde 1988 o PIB das regiões Sudeste e Sul, por exemplo, experimentaram um crescimento “per capita”, o PIB da região Norte caiu 9%.

Apresentaremos a seguir, embora que de forma resumida, os vários processos de ocupação da Amazônia, destacando a teoria do adensamento, levada a cabo pelos militares, a colonização portuguesa e a fase contemporânea, caracterizada pelo ciclo da borracha, a fase desenvolvimentista, o surto ecológico, a teoria do desenvolvimento sustentado e os grandes projetos.

Presença militar – a “teoria do adensamento”

A Amazônia, desde o início da sua colonização, recebeu uma forte presença militar, o que corresponde à visão estratégica das Forças Armadas para a área, segundo a qual o adensamento populacional desse imenso território é pressuposto para sua defesa e integração nacional.

Seguindo a lógica desse pensamento estratégico os portugueses estabeleceram, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, nada menos que 37 fortificações militares. Esse processo posteriormente foi intensificado através de várias unidades, dentre as quais se destacam:

- 1840 - Colônia Militar - Rio Araguaia/AP;
- 1842 - 26º BC (Batalhão de Caçadores) - Belém/PA;
- 1850 - Colônia Militar - São João do Araguaia/PA;
- 1853 - Colônia Militar - São Pedro de Alcântara/PA;



Pedro Marmel

- 1854 - Colônia Militar - Óbidos/PA;

No início do século surgem os primeiros grandes comandos, denominados de “Regiões de Inspeção Permanente”, com sedes em Manaus, Belém e São Luiz. Cria-se, também, o 27º BC em Manaus e pelotões em Tabatinga, Cucui, Ipiranga, Vila Bittencourt (AM), Boa Vista (RR) e Clevelândia (AP); 8ª Região Militar, Belém (PA); Comando de Elementos de Fronteira de Manaus (AM).

De 1950 a 1986 (período que coincide com o início do Projeto Calha Norte) os militares desenvolvem uma nova ofensiva, desta feita com o deslocamento de grandes contingentes e o desenvolvimento de ações que fogem do modo tradicional de operação das Forças Armadas brasileiras. Neste período foram implantadas as seguintes unidades militares:

- Comando Militar da Amazônia - Manaus/AM;
- 12ª Região Militar - Manaus/AM;
- Colônia Militar de Tabatinga/AM;
- Colônia Militar de Oiapoque/RR;
- Companhias Especiais de Fronteira: Tabatinga (AM), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Rio Branco (AC), São Gabriel da Cachoeira (AM) - os atuais Batalhões Especiais de Fronteira;
- Pelotões de Fronteira em Bonfim,

Normandia e BV8 (RR);

- Colégio Militar de Manaus;
- CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva - Manaus;
- 1º e 2º BIS - Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus e Belém);
- Batalhões de Selva em Marabá, Altamira e Itaituba (PA) e Imperatriz (MA) - fruto da Guerrilha do Araguaia;
- 23ª Brigada de Selva em Marabá/PA;
- 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho/RO.

Recentemente ocorreu o deslocamento da Brigada de Santo Ângelo (RS) para Tefé (AM), no epicentro da Amazônia Ocidental, como reflexo direto do fim (?!!) da “guerra fria” e a crescente convicção entre os militares de que o “inimigo” vem do Norte – no caso, os norte-americanos.

A colonização portuguesa

A partir de 1669 os Portugueses ocuparam a região. A presença portuguesa na Amazônia não trouxe progresso e nem desenvolvimento para a região. A prática de saque, dilapidação, e de extermínio, já freqüente em outras partes, foi a característica básica do invasor português também na Amazônia. Entretanto, diferente de outras regiões onde a mão-de-obra era predominante escrava, aqui os portugueses utilizaram a mão de

obra indígena – parte escravizada – na atividade basicamente de extrativismo e agricultura de subsistência.

A fase contemporânea

O ciclo da borracha (1839/1940)

Configura um período em que toda a economia da região esteve alicerçada na produção de borracha, destinada no fundamental à exportação de forma *in natura*, sem qualquer agregação de valor. A extração do látex de forma mais ou menos intensa ocorreu por um longo período (1839 a 1940). O período “áureo”, entretanto, que convencionou-se chamar “Ciclo da borracha” vai de 1880 a 1911, tendo seu ápice em 1910. No período de 1901/10 (auge do ciclo) a Amazônia exportou em torno de 12 bilhões de dólares em borracha, sendo que apenas no ano de 1910 as exportações atingiram algo como 2 bilhões de dólares em borracha. A imensa riqueza oriunda da borracha produziu uma casta de abastados numa ponta e, como sempre, uma legião de miseráveis no outro extremo, composta de seringueiros que trabalhavam em regime de semi-escravidão e que freqüentemente eram assassinados para não receber o saldo que eventualmente obtinham na venda de seus produtos para o seringueiro. Esta casta de abastados, cujos filhos estudavam em Coimbra e na Sorbonne, se caracterizava por um comportamento perdulário e extravagante, dentre eles alguns prosaicos, como tomar banho com água mineral francesa importada. É deste período a construção de uma das mais belas obras arquitetônicas do país: o Teatro Amazonas, de Manaus, considerado um dos nossos mais belos e suntuosos. Com o fim do ciclo da borracha a região entra numa crise prolongada, cujos reflexos se estendem até hoje.

Fase desenvolvimentista (1940/1970)

Caracteriza-se por uma “ofensiva” do governo no sentido de “adensar” a Amazônia. É desse período as rodovias Belém-Brasília e Porto Velho-Cuiabá, bem como órgãos de fomento e pesquisas tais como BASA e SUDAM (criados com outro nome), CPRM, INPA, Zona Franca, etc. Junto com a visão “desenvolvimentista” vieram as queimadas, a agressão ao meio ambiente, a grilagem, a pistolagem, a substituição da mata pela “pata do boi”, sem que isso contribuísse para melhorar os indicadores sociais da região. A prática de saque das riquezas da região – iniciada com os portugueses – sem contrapartida efetiva para os amazônidas, prosseguiu nessa fase e até se intensificou.

Surto ecológico

A agressão sistemática e violenta dos recursos naturais da região deteriorou sobremaneira o meio ambiente, sem que isso representasse, pelo menos, alguma melhora no padrão de vida da população. Por isso mesmo parte da década de 1970 e 80 se caracterizou pelo surgimento de um intenso movimento ambientalista, como uma reação natural a essa prática criminosa e irracional. É desse período, por exemplo, o Movimento da Defesa da Amazônia (MDA), que não se limitava à defesa meramente ecológica, colocando o problema de soberania da Amazônia como bandeira central de suas preocupações. Nem todo movimento ambientalista, naturalmente, tinha essa visão estratégica do MDA. Muitas organizações esboçavam a idéia de que a Amazônia era intocável (a “teoria do santuário”) e restringiam suas plataformas à defesa de uma espécie animal e/ou vegetal em particular, permitindo que grosseiras como “eles querem salvar as borboletas e matar o caboclo de fome”, cunhadas por “amazonólogos” do porte de Gilberto Mestrinho, fizessem certo

sucesso. Outras passaram a questionar até mesmo a “capacidade” da Amazônia suportar “pisoteio” humano, defendendo não só a idéia do “santuário” como também a “teoria” de que a Amazônia, pela sua complexidade e importância no equilíbrio ambiental, devesse ser vista como patrimônio da humanidade e não do povo brasileiro. É a tese da soberania limitada, que tanto anima os imperialistas do mundo inteiro e os norte-americanos em particular. Como se pode ver há muito contrabando travestido de defesa ambiental.

Teoria do desenvolvimento sustentável

A contradição radical entre os defensores do “desenvolvimentismo” e os adeptos da Amazônia como “santuário” levou as correntes mais progressistas a desenvolver um conjunto de idéias que busca conciliar a necessidade objetiva que os povos da área têm por alimentos, desenvolvimento tecnológico e exploração de seus recursos naturais, sem que isso represente a degradação e a destruição do ecossistema. É o reconhecimento óbvio de que a defesa da Amazônia só será efetiva se os povos dessa região forem finalmente beneficiados pela extraordinária riqueza da região, especialmente os milhares de ribeirinhos, indígenas, castanheiros, seringueiros, etc, que até hoje continuam marginais a todos os surtos de “desenvolvimento” que a Amazônia experimentou. É uma polêmica em aberto, especialmente no que diz respeito a determinadas atividades, como exploração de madeira – mesmo com manejo e com “certificado verde” dos organismos internacionais.

Os grandes projetos – traço dominante na ocupação da Amazônia

A falta de um planejamento estratégico por parte do governo central, no

que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia e a sua conseqüente preservação, tem feito com que ela seja submetida, sistematicamente, a “grandes projetos”, cuja eficiência além de duvidosa tem, como regra geral, caráter transitório, a exemplo da Zona Franca de Manaus com data predeterminada para acabar. Os “grandes projetos” têm sido o traço predominante no processo de ocupação da Amazônia. Dentre eles estão, evidentemente, alguns dos principais projetos econômicos da região:

- A construção de 364 km da estrada de ferro Madeira/Mamoré(RO), em 1903/13, que consumiu 30 mil vidas, 2 milhões de libras esterlinas e hoje está abandonada.

- O mega projeto do milionário americano Ford, destinado a plantar 982 mil hectares de seringueiras entre 1928/46, na área de Fordlândia/Belterra (PA) a um custo de 2 milhões de dólares. O projeto foi abandonado porque os seringais foram dizimados pelo “mal da seringueira” – mais uma vez as barreiras naturais se ergueram contra o invasor.

- A exploração da Serra do Navio (AP), a partir de 1954, onde a iniciativa privada investiu algo como 55 milhões de dólares e levou embora uma serra inteira, à medida que o minério está completamente exaurido.

- A construção, em 1958/60, da rodovia Belém-Brasília, ao longo de 2.208 km.

- A implantação, em 1967, da Zona Franca de Manaus que, segundo o governo, representará uma renúncia fiscal da ordem de 5 bilhões (!) de dólares.

- A construção, em 1971, da rodovia Transamazônica, com valor superior a 12 bilhões de dólares e cujo objetivo era, segundo o pensamento militar de então, “levar homens sem terra a uma terra sem homens”, numa alu-

são à pretensão de se estabelecer uma segunda leva migratória de nordestinos para lá. Está, hoje, com a maioria dos trechos intrafegável.

- Implantação, em 1971, do projeto Jari, no Pará, cujo proprietário, o milionário norte-americano Daniel Ludwig, pretendia investir em algo com 1 bilhão de dólares para cultivar arroz e fazer reflorestamento destinado à exploração de celulose, numa área de 36 mil km². Falido.

- Dentro da ótica “desenvolvimentista” de substituir a mata por pata de boi, a Volkswagen investiu, em 1973, 25 milhões de dólares na formação de 139 mil hectares de pasto da Fazenda Cristalino. Foi vendida.

- Implantação do projeto Trombetas, em 1973, com investimentos da ordem de 390 milhões de dólares. Em andamento.

- Construção da hidrelétrica de Tucuruí, em 1977, cujos investimentos iniciais foram da ordem dos 3,5 bilhões de dólares. Está na pauta das privatizações do governo.

- Implantação, em 1978, do projeto Albrás-Alunorte, com investimentos na ordem de 2,5 bilhões de dólares.

- Em 1980 tem início o projeto Grande Carajás, com investimentos da ordem de 3,5 bilhões de dólares.

- Dentro da ótica da “exploração”

mineral, em 1981, o país toma conhecimento de uma mina de ouro a “céu aberto”, conhecida como Serra Pelada, que alimentou a ilusão de milhares de migrantes e propiciou riqueza, como sempre, a alguns poucos. Está exaurida.

- Entre 1981/87 o governo implementa o projeto Polonoroeste, com investimentos de 1,4 bilhão de dólares, cujos resultados práticos são tão vagos quanto os recursos investidos: evaporaram-se.

- Conclusão, em 1981, da rodovia BR 364, que liga Rio Branco (AC) a Cuiabá (MT), numa extensão de 1.944 km.

- Em 1985 a Petrobrás investe em torno de 150 milhões dólares no processo inicial de exploração comercial da bacia petrolífera de Urucu (AM). Em pleno funcionamento e com larga expansão, tanto de recursos quanto de produção.

- Ainda em 1985 o Exército inicia o chamado projeto Calha Norte, com investimentos estimados em 85 milhões dólares. O projeto só não foi encerrado em decorrência da pressão dos militares.

- Em 1988 o governo Sarney iniciou a construção dos 1.570 km da Ferrovia Norte-Sul, estimada em 2,44 bilhões de dólares. Ainda não foi concluída.

- A partir de 1995 e obedecendo a

Ao longo dos séculos

o imperialismo fez várias tentativas

de internacionalização da área,

variando na forma, na intensidade,

nos autores e no enfoque,

mas sem perder de vista o objetivo maior:

a internacionalização da Amazônia

estratégia dos militares tem início o Projeto SIVAM, a um custo de 1,4 bilhões de dólares.

- Dentro do jogo de pressão e contra pressão que caracteriza as relações na Amazônia tem início, a partir de 1998, o LBA – Experimento de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera na Amazônia, coordenado pela NASA e com investimentos previstos na ordem de 100 milhões de dólares.

- Em 1999 e dentro da lógica da “teoria do bloqueio” o governo tem sinalizado com a implantação dos **corredores ecológicos** e admitido publicamente que aceita discutir uma velha proposta norte-americana de converter parte da nossa dívida por preservação de florestas.

- E, mais recentemente, dentro do Plano Plurianual (PPA) o governo propõe a execução de alguns programas de “desenvolvimento” para a região, os quais discutiremos mais adiante.

A Amazônia vive sobre um cerco permanente

A Amazônia sempre foi vista como reserva estratégica do imperialismo, pelo seu potencial biológico e mineral.

Durante anos, por exemplo, os mandatários dos países de capitalismo avançado, especialmente os Estados Unidos, pressionaram o Brasil por uma gestão compartilhada da Amazônia sob o argumento que o governo brasileiro era incapaz de frear as queimadas, as quais, argumentavam esses mandatários, representavam um perigo real para o aquecimento do Planeta e o conseqüente degelo das calotas polares. A tragédia era iminente. Não se tratava de um simples discurso de um dirigente de um país estrangeiro e, portanto, perfeitamente passível de contestação por advogar em causa própria. Grande parte da comunidade científica internacional sustentava e dava respaldo técnico a esses discursos pró-internacionalização.

Posteriormente, trabalhos científicos realizados pela própria NASA – a agência espacial dos EUA – chegaram a conclusão que, em verdade, os Estados Unidos são o grande vilão da poluição ambiental, na medida em que produzem, sozinhos, mais de 20% de todo o Dióxido de Carbono (CO₂) lançado na atmosfera, contra os 5% do Brasil – dos quais 3,5% das queimadas amazônicas.

Até hoje os Estados Unidos ignoraram solenemente todos os grandes fóruns internacionais que trataram e deliberaram sobre o clima do Planeta, tais como a Eco-92 (a Conferência do Rio de Janeiro), o Protocolo de Kyoto (Japão) e a Convenção sobre o clima de Haia (Holanda), que acaba de ser realizada. Na prática inviabilizaram a recente convenção de Haia ao se negarem a ratificar o protocolo de Kyoto, que recomendava, dentre outras medidas, que os países com grande emissão de Gases de Efeito Estufa – como os EUA – adotassem medidas para reduzir a emissão desses gases. Os EUA simplesmente condicionam sua ratificação ao protocolo de Kyoto desde que China, Brasil e Índia também se comprometam igualmente a limitar suas emissões.

Esse exemplo não pretende secundarizar a contribuição do Brasil na emissão de gases de efeito estufa, embora elas sejam modestas em escala mundial, e muito menos desconhecer a oportunidade e a urgência de que os países adotem medidas – radicais, se necessário – para preservar o meio ambiente e assegurar um desenvolvimento seguro, em bases sustentáveis para as gerações futuras. O que se pretende com esse exemplo é tão somente demonstrar que nenhuma discussão, seja em nível mundial ou regional, sob qualquer aspecto, está isenta do aspecto ideológico e que, de acordo com a época e a correlação de for-

ças, os dados serão utilizados de acordo com a conveniência de quem detém maior poder. Assim tem sido ao longo dos séculos. Variam os autores e até mesmo os “argumentos”, mas o objetivo é sempre o mesmo: a Amazônia como patrimônio da humanidade, ou seja, uma Amazônia internacionalizada.

A posição “oficial” de vários chefes de Estado e personalidades políticas, dentre eles Bill Clinton, Mitterrand, Margareth Thatcher, Al Gore, Mikail Gorbachev, etc, é de que a Amazônia, pela sua complexidade e pelas conseqüências mundiais que o seu desmatamento provocaria, deveria ser administrada de maneira supranacional. Logo, segundo esses “ilustres personagens” a Amazônia é patrimônio da humanidade. É claro que eles não estão incluindo nesse patrimônio da humanidade nem o *Grand Canyon* e nem tampouco os *Champ Elysée*. Por mais incrível que pareça há gente no Brasil, inclusive se definindo como de esquerda, que igualmente concorda com essa estupidez. Os exemplos abaixo transcritos talvez possam ajudar, até mesmo aos mais céticos, a compreender quais são os reais interesses do imperialismo nessa região e qual a tática básica adotada em cada período histórico:

- Cria-se em Londres (1832) a Companhia Comercial Brasileira de Colonização, agricultura, criação de gado, fabricação de sal, minerais, para atuar no Norte do Brasil;

- Durante a Cabanagem (1835), os ingleses propuseram a Eduardo Angelim – um dos governadores “cabanos” – que declarasse a Amazônia independente, que eles estariam dispostos a financiar.

- A companhia de exploração dos recursos naturais da Amazônia Matheus E. Maury (1850), articulada pela Superintendência Hidrográfica dos EUA.

- Pressão para a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, oficializada em 1853 pelo diplomata americano W. Trousdale.

- A criação do Bolivian Syndicate, em 1901, que visava arrendar o Acre.

- Os acordos de Washington (1927), onde o governo dos EUA condicionava empréstimos à troca de latifúndios para assentamento de grandes projetos, como Fordlandia (PA), com 1 milhão de seringueira.

- Movimento pró-internacionalização da Amazônia, da UNESCO (1945). Sob o pretexto de desenvolver pesquisas científicas, a UNESCO propõe a criação do Instituto da Hiléia Amazônica, controlados por um conselho supranacional, onde o Brasil só teria 1 voto.

- Teoria dos Grandes Lagos (1964), formulada pelo Instituto Hudson.

- Projeto Jari (1966), do mega empresário Daniel Ludwig – enclave de 3 milhões de hectares.

- Ata da sobrevivência cultural pan-americana (1991), formulada por senadores norte-americanos, subordinando qualquer renegociação da dívida externa às condições de vida dos povos indígenas.

- Projeto de conversão da dívida externa, onde igualmente a redução da dívida estava condicionada à permuta por áreas de preservação.

- Lei de Patentes (1993) – ofensiva norte-americana no sentido de patentear a nossa rica Biodiversidade, sem a qual o seu extraordinário conhecimento de biotecnologia é inócuo;

- É ilustrativo, ainda, mencionar as “expedições científicas” de Charles Maciel de La Condamine, Henri Alexandre Wickman, Spruce, entre outros, que contrabandearam material botânico para seus países de origem.

- Da mesma forma que as “missões religiosas”, como a Missão Evangélica da Amazônia (1944), a Sociedade Asas do Socorro (SAS), subsidiária da



Pedro Martinez

Mission Aviation Fellowship (1964), a Missão Novas Tribos do Brasil e o Summer Institute of Linguistics (1965), que atuam entre os índios operando com aviões, aeroportos, hospitais, escolas, etc.

- Há também a presença constante de “aventureiros” e “humanistas” em áreas longínquas da Amazônia, como é o caso dos suíços Pierre-Henri Liniger e Fabiene Corinne, e o haitiano Jean Coet, presos pelo exército em 1991 no garimpo dos tucanos. Portavam instrumentos mecânicos de garimpagem e se identificaram como membros da Juventude Socialista de Genebra.

A biopirataria “legalizada”

A biopirataria – antes negada até por autoridades ambientais e por dirigentes de instituições de pesquisas – representa outra grave ameaça ao nosso patrimônio biológico. No final do ano de 1999 o IBAMA do Amazonas deteve em pleno Rio Negro um grupo de “turistas” alemães que estavam contrabandeados sapos da região e, igualmente, prendeu uma humilde moça de Santarém (PA) quando a mesma se preparava para levar ao exterior mais de 1.000 aranhas. O interessado era seu namorado estrangeiro. Os truques são os mais variados.

Recentemente o governo brasileiro coordenou a criação do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para uso sustentável da biodiversidade da Amazônia”. A despeito desse programa ter caráter estratégico tanto para o Brasil quanto para a Amazônia em particular, sua gestão não foi entregue a nenhuma Universidade Federal da região, nem tampouco ao INPA e/ou ao Museu Goeldi – instituições reconhecidas mundialmente como centros de excelência em pesquisas biológicas. Criou-se uma organização social denominada BIOAMAZÔNIA para coordenar e executar o programa. Resultado: sem conhecimento do Congresso Nacional e até mesmo do governo brasileiro (oficialmente o Ministro do Meio Ambiente negou ter conhecimento do assunto) a BIOAMAZÔNIA assinou um contrato com a **NOVARTIS PHARMA AG** – multinacional suíça – que em troca de 6 milhões de reais passaria a ter “*acesso irrestrito aos dados taxionômicos, genéticos, processos de isolamento, meios de cultura, tecnologia de multiplicação e de replicação de microorganismos, fungos e plantas, enfim, todos os aspectos que envolvem a exploração da biodiversidade amazônica*”. Graças à pronta reação dos pesquisadores da região e da ação política

e das representações legais protocoladas junto ao Ministério Público Federal pelos parlamentares do PCdoB do Amazonas, o contrato foi denunciado e suspenso. As investidas, temos certeza, não cessarão.

Corredores ecológicos

Nesse início de século, porém, a “teoria do bloqueio” parece ser a mais sofisticada arma do imperialismo na sua pretensão secular de se apropriar dessa área. Sem que o Congresso Nacional e/ou qualquer Assembléia Legislativa da região tenha sido oficialmente informado, está em pleno andamento um projeto do Banco Mundial que tem como meta criar “corredores ecológicos” de aproximadamente 1,5 milhão de Km² (o tamanho do estado do Amazonas) no epicentro da Amazônia brasileira. Toda e qualquer atividade econômica na área do “corredor” só poderá ser executada mediante autorização do “conselho gestor” do “corredor” onde o Banco Mundial, “coincidentalmente”, tem poder de veto.

Plano Colômbia

A nova ofensiva norte-americana é o plano Colômbia. Os jornais têm divulgado a determinação dos Estados Unidos de ocupar a Colômbia, sob o pretexto de combater o narcotráfico e – acrescentaram recentemente – a guerrilha liderada pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), que já controla 40% do território colombiano.

A bem da verdade os norte-americanos já têm várias bases de operação na Colômbia, inclusive em Letícia, ao lado de Tabatinga (AM). O que eles pretendem agora é ocupar formalmente o país e assumir o papel e as atribuições do governo de Andrés Pastrana. Algo que, aliás, eles vêm fazendo no mundo inteiro, bastando que seus interesses (cla-

ros ou difusos) sejam contrariados.

O argumento de combater o narcotráfico é apenas um pretexto. Afinal de contas a maneira mais eficiente de abalar a estrutura dos traficantes colombianos (e de outros países) é impedindo que essa droga chegue ao maior mercado consumidor do mundo, precisamente os Estados Unidos.

O que os norte-americanos querem, efetivamente, é impedir uma eventual vitória das FARC – que representaria um obstáculo à implantação da política dos EUA na Colômbia – e, ao mesmo tempo, arrumar um pretexto para executar algo que tem sido uma pretensão secular dos Estados Unidos: a ocupação da Amazônia brasileira.

Qual a alternativa para a Amazônia?

A política governamental

A política oficial do governo para a Amazônia, como já vimos, se caracteriza pela descontinuidade e contradição. Até nos projetos de sua própria autoria a posição do governo é invariavelmente dúbia. No caso do Plano Plurianual (PPA), as ações para a Amazônia se caracterizam por duas linhas desarticuladas, porém ambas têm, aparentemente, um mesmo propósito: “destinar parcela do território para o desenvolvimento”.

O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) defende o desenvolvimento sustentável. Sua ação mais significativa se dá através do PPG-7 (Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais), mantido pelo grupo dos sete países mais ricos, que têm na execução dos *corredores ecológicos* – transformação de grandes áreas contínuas em áreas de preservação ambiental – um dos principais projetos em curso.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por seu turno, defende o planejamento econô-

mico e territorial baseado nas metas e interesses do Poder Central. Suas ações estão previstas no Avança Brasil (PPA 2000-2003) e estão diluídas em diversos Ministérios. Os recursos previstos para a Amazônia, dentro do PPA, representam aproximadamente 12% do total, dos quais 48% deverão ser aplicados em infra-estrutura (hidrovias, aparelhamento de portos e aeroportos, recuperação de estradas, produção de energia, dentre outros), com o objetivo de fomentar “grandes corredores de exportação”.

No PPA estão previstos para a Amazônia dois Eixos Nacionais de Integração e desenvolvimento (ENID), ou seja, o Arco Norte (AP e RR) e Madeira-Amazonas (AM, PA, RO e AC). A implementação das obras de infra-estrutura, conforme previstas no PPA, abrirão novas oportunidades econômicas para a população e deverão dar seqüência à estratégia predominante de ocupação da Amazônia, ou seja, o adensamento populacional em torno das vias de circulação – rios e estradas – que deverá aumentar a pressão sobre a floresta, daí as críticas que o programa tem recebido, especialmente de ONGs ligadas a questão ambiental.

Ao atacar a Zona Franca de Manaus o governo fragiliza ainda mais a Amazônia

Dentre os grandes projetos concebidos para a Amazônia está a Zona Franca de Manaus (ZFM), criada em 1967 através do decreto-lei 288, tendo a constituição de 1988 garantido sua sobrevivência até 2013. Apesar do amparo legal e do relativo sucesso do projeto, a ZFM é constantemente atacada pelo próprio governo federal, especialmente a partir da ofensiva neoliberal no governo de FHC.

A Zona Franca de Manaus foi implantada pelos militares dentro da visão estratégica de promover a ocupa-

ção e o desenvolvimento da área e desde então se converteu no principal pólo econômico da região Norte, o que pode perfeitamente ser mensurado tomando por base a arrecadação de tributos de cada estado da região. O Amazonas é responsável por 55% da arrecadação dos Tributos Federais na região e detém o segundo maior índice *per capita* em arrecadação de ICMS no Brasil. Por outro lado, é digno de registro que esse crescimento econômico se deu a um baixíssimo custo ambiental, à medida que o Amazonas, com menos de 2% de sua área desflorestada, é o estado brasileiro que ostenta o menor percentual de desmatamento do país. Os demais estados da Amazônia, na sua maioria, ostentam índices de desmatamento que oscilam entre 7 e 70%.

Vale ressaltar a diferença entre os incentivos praticados na ZFM em relação a outros órgãos de desenvolvimento. Enquanto a SUDENE e SUDAM, por exemplo, incentivam o projeto, o empreendimento, a Zona Franca incentiva o produto, ou seja, só há incentivo se houver produção.

Como todo projeto de incentivos fiscais no Brasil que envolve recursos públicos, a ZFM não esteve e nem está imune às ações politiquieiras e de corrupção, o que tem servido de pretexto, ao lado de tantos outros, como: "o país não suporta mais tamanha renúncia fiscal", para que aqueles que se opõem à Zona Franca de Manaus estabeleçam uma verdadeira cruzada para inviabilizá-la. Os que tramam contra a ZFM e trabalham pelo seu enfraquecimento, ou são mal informados e portanto emitem opiniões equivocadas, ou são movidos por outros interesses, que certamente não passam pela defesa da integridade e soberania nacional e muito menos pelo combate às desigualdades regionais.

O mais recente ataque contra a ZFM ocorreu quando o governo federal, para atender aos interesses do grande

capital internacional – que deseja além de subsídios, proximidade dos mercados consumidores – fez aprovar, a toque de caixa, no Congresso Nacional, a nova Lei de Informática, incluindo a Zona Franca nas regras da referida Lei, o que além de ser inconstitucional, prejudica imensamente o modelo ZFM, uma vez que acaba com todas as suas vantagens comparativas. Vale ressaltar que no conceito de informática e automação estão incluídos peças automotivas, telefones celulares e monitores de vídeo como bens de informática.

A manutenção e o fortalecimento do projeto Zona Franca são fundamentais para o crescimento econômico de parte da Amazônia e têm de ser vistos dentro dessa ótica, especialmente quando se sabe que a renúncia fiscal praticada na ZFM (algo como 4 bilhões de reais) é simbólica se comparada aos mais de 20 bilhões de reais que o governo federal gastou para salvar banqueiros corruptos, através do PROER, ou os 15 bilhões de reais de prejuízos do BC, em decorrência da política irresponsável do governo FHC, igualmente bancados com os recursos do tesouro.

Este governo é incapaz de promover o desenvolvimento da Amazônia

A Amazônia, como uma região estratégica sob todos os aspectos, tem papel preponderante na grande nação brasileira. Ao lado de uma brutal concentração de rendas, um outro traço predominante no tipo de capitalismo dependente praticado no Brasil, tem sido o crescimento econômico desigual entre as regiões brasileiras, sendo a Amazônia, precisamente, uma das maiores vítimas dessa política.

Quem pensa o Brasil, portanto, como uma nação única, não pode abstrair a Amazônia, tanto porque a sub-

tração eventual de sua enorme área física deformaria o mapa nacional, como a supressão de seus incontáveis recursos naturais deixaria o Brasil, sem dúvida, bastante limitado enquanto país que pode aspirar e desenvolver um projeto soberano.

O grande dilema, por conseguinte, repousa em saber como é possível uma região historicamente marginalizada do processo econômico nacional – e que, por isso mesmo, acumula contradições e um atraso econômico secular em relação às regiões mais "desenvolvidas" do país – poder se desenvolver sem o aporte de grande volume de recursos públicos, sejam eles na forma de investimentos em infra-estrutura física e cultural e/ou através de incentivos à atividade produtiva. Não se conhece, na curta história da humanidade sobre a face da Terra, onde tal fenômeno tenha ocorrido prescindindo desses recursos públicos.

O Brasil precisa de um projeto global para a Amazônia, que aborde seus múltiplos aspectos, que garanta a defesa do meio ambiente, que promova o seu desenvolvimento sustentado, que assegure a integração da Amazônia às demais regiões do país, respeitando e fortalecendo os espaços econômicos já em funcionamento na região e que, evidentemente, propicie bem-estar à toda sua população. Isso só será possível a partir do rompimento político com o modelo neoliberal, o que significa dizer que este governo não tem condições de promover o desenvolvimento e nem tampouco tem compromissos com o desenvolvimento da Amazônia. 

Eron Bezerra é professor da Universidade Federal do Amazonas, deputado estadual (presidente da Comissão de Meio Ambiente e Assuntos Amazônicos da ALAM) e membro do Comitê Central do PCdoB. eronbezerra@internext.com.br

Vanessa Grazziotin é deputada federal (Vice Presidente da Comissão da Amazônia da Câmara Federal) e membro do Comitê Central do PCdoB. dep.vanessagrazziotin@camara.gov.br



Contribuição para o estudo da história do Partido Comunista do Brasil

JOSÉ CARLOS RUY

O PC do Brasil nasce, em 1922, com sua marca de classe: o programa revolucionário marxista-leninista, a recusa à colaboração entre o capital e o trabalho, e a compreensão de que as contradições do capitalismo só serão superadas pela revolução proletária e pelo início da construção de uma sociedade nova e avançada

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922 por um punhado de dirigentes proletários, que representavam 73 militantes de associações políticas de trabalhadores: Astrojildo Pereira (jornalista), Cristiano Cordeiro (advogado), Joaquim Barbosa (alfaiate), Manuel Cendón (alfaiate), João da Costa Pimenta (gráfico), Luís Pérez (vassoureiro), Hemogêneo Fernandes da Silva (eletricista), Abílio Nequete (barbeiro) e José Elias da Silva (pedreiro). Eles vinham do Distrito Federal, e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

ERA UM grupo pequeno que, apesar da clandestinidade, fundou naquele I Congresso comunista, realizado em Niterói (RJ), o primeiro partido político brasileiro que rompia com os estreitos limites estaduais e tinha âmbito nacional, e que teria também a mais longa vida no Brasil. Não era apenas mais um partido político, mas sim a organização revolucionária e de vanguarda do proletariado brasileiro – o Partido Comunista do Brasil, que alternou, em sua história, longos períodos de ilegalidade e outros, menos frequentes, de atuação aberta e pública. E que, em 2002, vai completar 80 anos de existência contínua.

Seu aparecimento no cenário político brasileiro não se deu por acaso, como cogumelos que nascem depois da chuva. Nem pelo arbitrário capricho de um punhado de iluminados. Ele foi fruto do relativo amadurecimento da classe operária, da influência da revolução russa de 1917, e da incapacidade da liderança até então hegemônica (predominantemente anarco-sindicalista) de responder às imposições políticas da luta operária.

A classe operária brasileira nasceu nas entranhas do modo de produção escravista colonial e teve forte atuação na luta pela abolição do escravismo. Ela deu seus primeiros passos organizativos e contestatórios já na segunda metade do século XIX, com a organização dos primeiros agrupamentos operários, entre eles a associação dos tipógrafos fluminenses (a mais antiga organização profissional brasileira, criada em 1853) que, em 1858, promoveu a primeira greve operária do país documentada, a dos gráficos de Niterói.

Era uma classe operária ainda embrionária. Ela cresceu depois do fim do escravismo, em 1888, e da proclamação da República, em 1889, mas continuou muito pequena, mais artesã

que propriamente operária, frágil ideológica e politicamente, caudatária de lideranças pequeno-burguesas e de setores burgueses radicalizados.

O Brasil era então um país agrário, em transição do escravismo para o capitalismo; ao final do Império, tinha 14 milhões de habitantes, número que aumentou para 30 milhões em 1920; a população rural correspondia a três quartos desse total. A classe operária, nesse conjunto, era pequena e esparsa – eram 60 mil operários industriais no final do Império, espalhados por 17 estados, do Pará ao Rio Grande do Sul. Em 1920, o número de operários da indústria cresceu para cerca de 275 mil – aumento que, embora significativo, ainda indicava uma classe operária muito pequena.

O corpo principal dos trabalhadores brasileiros era, então, formado pelos trabalhadores rurais que ainda não formavam propriamente um proletariado rural assalariado, mas que viviam num regime híbrido, cuja remuneração era formada, em parte, pelo pagamento que recebiam, anualmente, por seu trabalho (remuneração que não cobria todas as necessidades de sobrevivência destes trabalhadores) e por outra parte constituída pelo próprio trabalho desses produtores, pelo direito que tinham de cultivar, em certas áreas das grandes fazendas, gêneros necessários para se enraizar. Formaram-se grupos de estudo e debate em várias cidades, onde surgiram, entre 1918 e 1921, inúmeros grupos ou ligas comunistas (muitas vezes chamados de maximalistas, que era então a tradução usada para bolchevique), com destaque para Santana do Livramento (RS); Porto Alegre; Rio de Janeiro; Niterói; São Paulo, Cruzeiro e Santos (SP); Recife; Juiz de Fora (MG). Contra as calúnias anti-revolucionárias da imprensa da burguesia, esses grupos avançados procuravam fontes confiáveis de infor-

mação. O nome de Lênin e outros líderes revolucionários estavam na boca e no coração das lideranças operárias brasileiras que, depois da fundação da III Internacional Comunista, em 1919, e sob sua influência, fundaram o Partido Comunista do Brasil.

Além destes dois fatores – o amadurecimento relativo da classe operária e a influência da Revolução Russa de 1917 – outro fator teve papel decisivo na criação do Partido Comunista do Brasil. Desde o final da greve de 1917, um grupo de líderes operários procurava superar o obstáculo representado pela recusa anarquista à luta política e à organização do proletariado em um partido de classe. Os anarco-sindicalistas enfatizavam a luta econômica, e a única organização que admitiam era a formação de sindicatos, que podiam se unir em federações e confederações, mas sempre orientados para a luta econômica.

Houve, naqueles anos, ainda sob influência anarquista, tentativas para romper o impasse. Uma delas foi o levante operário no Rio de Janeiro, em 1918 cujo objetivo era repetir, na capital federal, o êxito bolchevique de 1917. Os líderes da insurreição espe-

*Sua fundação,
em 1922, atende
a uma necessidade
histórica e
corresponde
ao relativo
amadurecimento
da classe operária*

ravam baseá-la numa greve de massas e na mobilização popular, para tomar o poder. Mas o movimento foi delatado; apesar de ter ocorrido combates nas ruas do Rio de Janeiro, com mortos e feridos, a polícia pode antecipar-se e massacrá-lo.

Outra tentativa de sair do impasse foi a iniciativa de fundação, em 1919, de um partido comunista anarquista, sob direção de militantes libertários como Edgard Leuenroth e José Oiticica. Foi, na verdade, uma organização tipicamente anarquista, cujo nome revela o grande prestígio que os revolucionários russos tinham entre o proletariado brasileiro.

A busca de alternativas envolveu o debate entre importantes líderes libertários que tomavam consciência das limitações da doutrina anarco-sindicalista. Inspirados pelo exemplo do Partido Bolchevique, Edgard Leuen-

roth, principal dirigente da greve de 1917, Astrojildo Pereira, que viria a ser o principal fundador do Partido Comunista do Brasil, e outros importantes líderes proletários enfrentavam a questão que se impunha, a necessidade de organizar um partido de classe do proletariado brasileiro.

Embora efêmeros, esses movimentos – o levante de 1918 e o partido de 1919 – ilustram a efervescência existente entre os operários brasileiros, e que foi o principal sintoma da insatisfação generalizada que, na década de 1920, explodiria na mais profunda época revolucionária da história contemporânea do Brasil.

Com a autoridade de quem viu os acontecimentos de perto e teve parte ativa neles, Astrojildo Pereira conta que o debate entre aquelas lideranças operárias se acentuou a partir da segunda metade de 1921, “sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários”, levando “diretamente à organização dos primeiros grupos comunistas, que se constituíram como passo inicial para a formação do Partido Comunista”.

A Internacional Comunista, fundada em 1919, influenciou a criação de partidos comunistas em todos os países e, no Brasil, não foi diferente. Houve contatos entre a Internacional Comunista e líderes proletários brasileiros, e a IC mandou uma saudação aos delegados que, no Congresso de 1922, davam início à criação do Partido Comunista do Brasil. O portador dessa saudação foi Abílio Nequete, líder do Grupo Comunista de Porto Alegre e que, no congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, representou também a Internacional Comunista e o Partido Comunista do Uruguai.

Este é o quadro, em traços sumários, em que foi fundado o Partido Comunista do Brasil. Seu surgimento de-

corre de uma necessidade histórica, e corresponde ao nível de desenvolvimento alcançado pelo proletariado brasileiro, que impunha a organização de sua vanguarda numa organização coesa, que fosse superior em relação às tentativas organizativas anteriores, e que fosse dotada de um programa político de classe capaz de unificar a luta do proletariado e de ser contraposto, como alternativa concreta e viável, ao domínio da oligarquia, da burguesia e do imperialismo. Refletia também a capacidade do proletariado brasileiro e de suas principais lideranças, de aprender com a experiência do proletariado de outras nações, onde a luta era mais avançada, principalmente a Rússia.

A injunção desses dois movimentos – o interno, representado pelo desenvolvimento relativo do proletariado; e o externo, representado pelas conquistas revolucionárias alcançadas, principal merecimento do Partido Comunista do Brasil foi um dos principais sinais da profundidade da crise revolucionária brasileira da década de 1920: através dele, o proletariado e sua vanguarda organizada apresentavam-se aos trabalhadores do campo e da cidade e aos elementos progressistas e avançados com um programa próprio de reestruturação da sociedade brasileira.

Ele nasce, nesse contexto, com sua marca de classe característica, e que o distinguiria em sua longa história de oito décadas: a marca do programa revolucionário, marxista-leninista, da recusa à harmonia e colaboração entre o capital e o trabalho, e da compreensão de que esta contradição só pode ser superada pela revolução proletária e pelo início da construção de uma sociedade nova e avançada.

O Partido Comunista do Brasil foi, desde então, a organização revolucionária do proletariado que luta pelo socialismo e jamais arriou sua bandeira

*Nos seus quase 80
anos de existência,
o Partido
Comunista jamais
arriou a bandeira
do socialismo
e da revolução,
não fugiu
aos problemas
espinhosos da
luta política nem
ficou a reboque
dos acontecimentos*

de combate. Lutou, ao longo dos anos, pela democracia, pela independência nacional e pelo socialismo. Com erros e acertos, procurou adotar uma orientação política adequada à realidade concreta, e fiel ao marxismo-leninismo. Combateu o revisionismo e aprofundou os conhecimentos teóricos e a compreensão da dialética da luta de classes; entendeu o mecanismo de vinculação da tática à estratégia, “a tática enquanto atuação preparatória dos momentos decisivos, e a estratégia como realização, em condições amadurecidas, do objetivo maior visado”, diz João Amazonas. Soube, diz também o dirigente comunista, interpretar, “em diferentes momentos, o sentimento das grandes massas da população, traduzindo em termos políticos o que pensava a maioria do povo”, conseguindo formular palavras de ordem que, correspondendo a situações concretas, facilitaram a mobilização popular contra a ditadura do Estado Novo (1937/1945) e, mais tarde, contra os generais fascistas de 1964.

Nestas oito décadas de existência, o Partido Comunista do Brasil não fugiu aos problemas espinhosos do curso da vida política, nem ficou a reboque dos acontecimentos. “Detectou sempre, no exame da realidade, os elementos suscetíveis de impulsionar a luta, golpear o adversário e elevar a consciência política das massas”. (Amazonas, 1990)

Reorganizado em 1962, superou – do ponto de vista da orientação geral – “o longo período em que o Partido, sem dominar os princípios fundamentais do marxismo-leninismo, inclinava-se ora pela *direita*, ora para a *esquerda*, sem rumo seguro”. Soube combater o sectarismo, a estreiteza pretensamente revolucionária, o exclusivismo auto-suficiente, ampliando sua atuação e influência, e aprimorando sua ligação com os trabalhadores e as demais camadas sociais. “Or-

A liderança até então hegemônica, predominantemente anarco-sindicalista, era incapaz de responder às imposições políticas da luta operária

ganismo vivo, o Partido somente se fortalece e cumpre sua missão se se mantém permanentemente em luta nos mais diversos níveis, de acordo com a situação e o meio em que se realiza, de mãos dadas com todos os que almejam as transformações sociais”. (Amazonas, 1990)

O Partido Comunista do Brasil nasceu para atender a uma necessidade histórica e cumprir uma tarefa grandiosa de transformação social – a tarefa de dirigir a revolução proletária no Brasil e promover a luta por uma sociedade nova, que descortine horizontes avançados para os brasileiros e para a humanidade. Em busca desse objetivo, já pagou pesado preço, perdendo na luta quadros valiosos e insubstituíveis, cujo nome está gravado com fogo e sangue na história de nosso povo. Mas jamais arrefeceu e, se a bandeira do socialismo e do futuro cai de uma mão, ela é sustentada por inúmeras outras, num movimento que se fortalece na luta e na adversidade, cresce, aprende coletivamente e tem papel destacado no cenário político brasileiro do século XX, o século da luta pelo socialismo.

José Carlos Ruy é jornalista.

Bibliografia

AMAZONAS, João, “Porque o Partido venceu?”, in Amazonas, João (et al.), *30 anos de confronto ideológico – marxismo e revisionismo*, SP, Anita Garibaldi, 1990.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; e ANDRADE, A T., *O ano vermelho – a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*, SP, Brasiliense, 1980.

CARONE, Edgard, *O PCB (1922-1943)*, Vol. I, SP, Difel, 1982.

_____, *Os primórdios do movimento operário no Brasil (1820-1914)*, Caderno Especial, *Debate Sindical /Princípios*, SP, 1996.

CARRION, Raul, *O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul, 1922-1929*, Porto Alegre, 1977 (mimeo).

DIAS, Everardo, *História das lutas sociais no Brasil*, SP, Alfa Ômega, 1977.

FAUSTO, Bóris, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, SP, Difel, 1977.

FOOT, Francisco, e Leonardi, Victor, *História da indústria e do trabalho no Brasil*, SP, Global, 1982.

KOVAL, Bóris, *História do proletariado brasileiro, 1857 a 1967*, SP, Alfa Ômega, 1982.

LINHARES, Hermínio, *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, SP, Alfa Ômega, 1977.

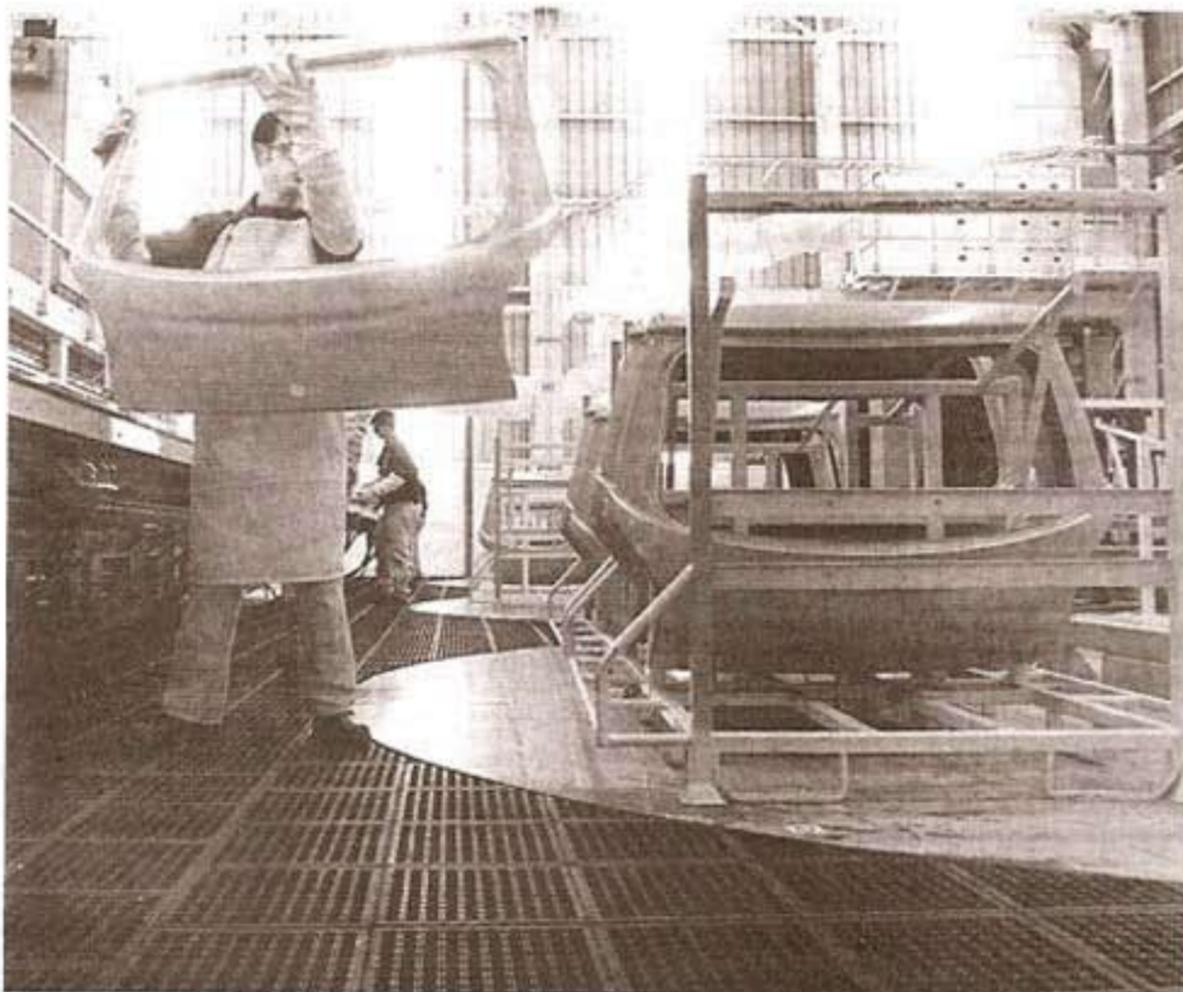
PEREIRA, Astrojildo, “A formação do PCB”, in Pereira, Astrojildo, *Ensaios históricos e políticos*, SP, Alfa Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Estratégia da ilusão – a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*, SP, Cia das Letras, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck, *Contribuição à história do PCB*, SP, Global, 1984.

ZAIDAN Filho, Michel, *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*, SP, Vértice, 1988.

Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (final)



Vista parcial de uma unidade de produção recentemente instalada

PAULA BEIGUELMAN

Novos enfrentamentos dos trabalhadores com as montadoras automobilísticas

A guerra fiscal e a reestruturação automotiva

Durante o primeiro semestre de 1999, enquanto os operários da Ford eram humilhados, demitidos ou transformados em excedentes, como vimos na parte II, a montadora jogara sua grande cartada.

Em abril, os desentendimentos da multinacional com o governo do Rio Grande do Sul já eram definitivos. No dia 28 desse mês, depois que o governador Olívio Dutra confirmou sua intenção de renegociar os lesivos contratos assumidos pelo antecessor Antonio Britto, a Ford anunciava sua desistên-

cia de instalar uma fábrica em Guaíba.

Por sua vez, no auge da guerra fiscal, a Bahia demonstrava abertamente seu interesse em atrair a montadora a qualquer custo, enquanto a Ford, em nota publicada nos principais jornais de Porto Alegre, insolentemente acusava o Rio Grande do Sul de irresponsabilidade.

Em junho a questão já estava resolvida. No mesmo dia em que o diretor de Recursos Humanos, Marino, alardeava seu interesse em ver “mais gente saindo voluntariamente da empresa”, os jornais noticiavam também que o presidente da Ford/Brasil, Ivan Fonseca e

Silva, estava para deixar o cargo, a fim de assumir a vice-presidência da Ford para a América do Sul – uma promoção, portanto. (1) De um lado, a montadora poupava mesquinamente migalhas salariais. De outro, beneficiava-se de uma vantajosa negociata.

Com efeito, no dia 17 desse mês, a imprensa estampava uma foto relativa à visita feita na véspera ao presidente da República por uma comitiva composta de diretores da Ford, entre os quais Ivan Fonseca, acompanhados de importantes autoridades baianas.

Este texto, como as partes I e II publicadas nas edições anteriores de *Princípios*, faz parte de um estudo mais amplo, com o mesmo título, ainda em fase de elaboração.

O encontro tivera como objetivo comunicar a instalação da fábrica na Bahia, um projeto calculado em 1,3 bilhão de dólares. Os investidores esperavam a injeção de alguns recursos captados no mercado internacional. Mas em essência, a premissa para a Ford levar adiante o projeto era a concessão de expressivos incentivos tributários, além do acesso a um empréstimo do BNDES.

Enquanto a opinião pública se escandalizava com o volume de auxílios de toda a ordem que o governo se dispunha a conceder, o presidente da Anfavea, Pinheiro Neto, defendia a empresa na Comissão Tributária da Câmara dos Deputados. Não, não havia sido apenas devido aos incentivos que a Ford se decidira. “Também contam coisas como a logística, os transportes, os portos”. (Era, aliás, também o que diziam quando se cogitava de Guaíba, no Rio Grande do Sul, no outro extremo geográfico, portanto). Segundo o presidente da Anfavea, a indústria automobilística de uma maneira geral não levava em conta apenas as isenções nos tributos, proporcionadas pela chamada *guerra fiscal*. E desdenhava: “Se incentivo fiscal fosse solução, iríamos para o estado de Nova York onde, além de incentivos, temos terreno de graça e direito de poluir”. Sempre arrogante, prosseguia: “Mas não é isso que está acontecendo porque, obviamente, levamos em consideração o mercado”. De fato, como sabemos, buscamos no Brasil, entre outras facilidades e vantagens, um mercado ainda não totalmente saturado.

O presidente da Anfavea também negou que as montadoras estivessem se aproveitando do clima de guerra fiscal. Simplesmente atendiam ao convite de governadores que lhes ofereciam pacotes de benefícios. Ironizando, Pinheiro Neto sentenciava, na qualidade de *manager* de multinacionais: “Costumamos dizer que há dois tipos de governadores; aqueles que são contra a guerra fiscal e já receberam uma montadora e

aqueles que são a favor e ainda não receberam”. Tentando nos confortar, lembrava que a oferta de incentivos fiscais para atrair investimentos não é exclusiva de brasileiros. Realmente, a indústria automobilística, dentro da irracional economia neoliberal globalizada, arranca auxílios em toda parte.

Assim aconteceu, por exemplo, em 1998, quando Tony Blair foi procurado pelo presidente da Ford no Reino Unido, que lhe solicitava ajuda estatal a fim de “manter o emprego de mil trabalhadores na fábrica ao sul de Gales”. A alternativa seria transferir a unidade para Colônia, na Alemanha ou Valência, na Espanha. Segundo o porta-voz da Ford, “qualquer governo sensato aceitaria conversar e socorrer suas (sic) indústrias”. Estabelecida a disjuntiva e a chantagem, as entidades sindicais de Gales também fizeram pressão no mesmo sentido.

Quanto ao projeto da Bahia, desde logo se ficou sabendo tratar-se de uma unidade piloto, onde os fabricantes de componentes e processos ocupariam a mesma planta industrial; seriam 17 fornecedores modulares dentro do complexo de Camaçari.

E então, em julho, estourava a notícia de que a Ford pretendia fechar a fábrica de caminhões do bairro do Ipiranga, em São Paulo. Tratava-se de mais uma arbitrariedade praticada pela montadora, sem qualquer preparação dos seus operários. Indignados, os sindicalistas observavam que, com tanta concessão de dinheiro público, não fora sequer acrescentada uma cláusula garantindo, pelo menos durante o tempo de vigência dos incentivos, a estabilidade para os novos trabalhadores, bem como aos das unidades situadas em outros estados. E agora, ao mesmo tempo que se implantava a fábrica de Camaçari, pretendia-se fechar a unidade do Ipiranga.

No dia 4 de agosto, o periódico in-

glês *Financial Times* informava que a Ford pretendia terceirizar parte da sua linha de montagem na nova fábrica. Os sindicalistas temiam o que estava por vir. “De país produtor, corremos o risco de passar a meros montadores de veículos, como o México”.

Segundo a assessoria de imprensa da Ford, não era bem assim; o que o jornal chamava de terceirização da linha de montagem seria, de fato, o projeto do “parque de fornecedores”, os quais, por sua vez, controlariam subfornecedores. O processo modular implicaria somente em terceirização da produção de partes de veículos, não da montagem. E apenas para se obter melhor rendimento, os fornecedores seriam instalados dentro do complexo da Ford em Camaçari, com seus prédios interligados à linha de montagem.

Na verdade, a concepção da Ford para Camaçari já vinha sendo adotada pela General Motors e a Volks para suas novas fábricas brasileiras. Tratava-se de operar com estoques baixos, o máximo de terceirização e com capacidade para mudar o ritmo na linha de montagem, adequando a produção à demanda. Por isso, as operações da unidade da GM em Gravataí/RS estariam sendo acompanhadas atentamente na sede de Detroit. Tudo fora pensado para ser econômico, sem desperdício, exato; e com o mínimo de custo possível, dentro de um sistema no qual também tende a ser mínimo o número de trabalhadores na linha de montagem.

Por métodos diversos e até a produção sob encomenda, persegue-se a economia de custos, evitando estoques. A reestruturação é contínua pois, justamente devido à retração internacional, é preciso alcançar cada vez mais *competitividade*.

Toda essa racionalização, através de um pronto atendimento quanto a peças e serviços, busca diminuir custos e desperdícios de toda a ordem. A tendência

é para o pleno sistema *just in time*. E para que ele funcione como pretendido, a lógica empresarial requer que também o trabalho seja descartável e sem direitos laborais, disponível e *just in time*.

No concernente à terceirização, apesar de negada pela Ford, ela está implícita. Fortalece-se a figura do “fornecedor estratégico”, capaz de assumir a responsabilidade pela montagem de subconjuntos e manter padrões. Os empregados do parque de fornecedores passariam a ser contratados pela firma que servisse à montadora; e seriam pagos pelo número de peças que produzissem. Ocorre que a terceirização continua justamente sendo muito controvertida entre os sindicalistas dos Estados Unidos e Europa. E as grandes montadoras têm ainda na memória o impacto da megagreve deflagrada em 1998 pela United Automobile Workers contra a General Motors, nos Estados Unidos. Daí a preferência pelas experiências-piloto *no Brasil*, onde provavelmente se espera implantar um pólo desse tipo. (2)

Quanto à unidade da Ford no Ipiranga, depois de 12 dias de greve, empresa e trabalhadores chegavam a um acordo. O emprego era garantido por um ano, mas o desligamento era proposto e estimulado. Constituíam-se uma comissão para estudar a questão da eventual transferência da unidade. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se preocupava em garantir que, nesse caso, os trabalhadores selecionados para operar a linha de montagem das picapes e caminhões fossem os da Ford/Ipiranga.

O contrato coletivo nacional

Por outro lado, o caso da implantação da Ford/Bahia, conjugada ao desativamento da Ford/Ipiranga, além de criar uma competição por emprego entre os próprios operários de diferentes unidades da Federação, colocava em pauta a grave questão da diferença regional de salários.

Por isso, as Centrais propunham um contrato nacional de trabalho, a fim de que as empresas não se vissem tentadas a desativar unidades para implantar outras em áreas onde o salário fosse mais baixo e as condições de trabalho piores. Tratava-se de evitar que uma empresa migrasse para outro estado (ou mesmo outra região do mesmo estado) a fim de explorar mais; e também de garantir o nível de remuneração em empresas beneficiadas por incentivos fiscais.

Observava-se que os salários nas montadoras do ABC chegavam quase ao dobro dos pagos pela Fiat em Minas, os quais, por sua vez, eram duas vezes maiores que os da Volks em Resende, no Rio de Janeiro. A idéia era elaborar um contrato nacional, a fim de proteger os empregos no setor.

Importante também era a reivindicação quanto à redução do tempo semanal de trabalho, de 44 para 36 horas.

Para esse enfrentamento, a CUT prometia a adesão no ABC e também em São José dos Campos, Taubaté, Campinas, Betim, Juiz de Fora e Porto Alegre. A Força Sindical garantia São Paulo, Resende e Curitiba.

Ou seja, diante do recente episódio dos incentivos para a Ford da Bahia, ao mesmo tempo em que era admitida a possibilidade do fechamento da fábrica do Ipiranga, os sindicatos do ramo, reunidos em torno da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, haviam decidido dar um passo importante para unificar suas reivindicações e lutas. Tratava-se, em suma, de evitar as violentas distorções de salários e direitos entre regiões, aprofundadas ainda pela guerra fiscal. Foi assim que os sindicalistas aprovaram a pauta mínima para o Contrato Coletivo Nacional que pretendiam negociar com os empresários do complexo automotivo (montadoras e autopeças). Dela constavam, entre outros itens, o compromisso da implantação de regras trabalhis-

tas mínimas para serem cumpridas em qualquer parte do território nacional, como ocorre com a maioria dos acordos nos Estados Unidos, Alemanha e França, entre outros países.

Nesse contexto lembrava-se que, havia alguns anos, quando as empresas do ABC alegavam que o custo do trabalho na região era muito alto, elas apontavam, em contraposição, os dados referentes à Fiat. Agora, os trabalhadores de Minas se viam defrontados com alegação análoga, a partir de uma comparação com os salários mais baixos pagos nas fábricas recentemente instaladas em outros estados. “Qual será o fim dessa corrente perversa?”

O documento aprovado pelos sindicatos pretendia corrigir essa situação propondo, entre outras medidas:

- que a jornada semanal de trabalho fosse no máximo de 36 horas e que, a partir da assinatura do acordo, não ultrapassasse 40 horas;

- que se estabelecesse uma estrutura nacional de pisos salariais por função.

Não se tratava apenas de dificultar a precarização do trabalho. Cumpria, também, impedir que o empresariado evitasse as regiões já industrializadas e a negociação democrática com os sindicatos e se voltasse para a mera valorização patrimonial de curto prazo, sem real compromisso com o desenvolvimento.

Mas principalmente se tratava de defender a unidade operária. “Não podemos aceitar passivamente que acabem nos impondo a concorrência também entre trabalhadores e entre sindicatos de distintas regiões. É fundamental assegurar, por meio de ações, lutas e propostas concretas, a unidade e a solidariedade entre os trabalhadores – princípio histórico essencial para a existência da classe”. (3)

Porém as montadoras se negavam a discutir a proposta. Argumentavam ainda que o acordo emergencial com o governo, pelo qual haviam obtido redução no IPI, estava para terminar em

30 de setembro, enquanto a contrapartida da garantia no emprego se estendia até 30 de novembro. Proibidas de demitir, mesmo em caso de greve, consideravam-se em desvantagem durante o novo *round*...

Determinadas a reagir, as Centrais adotaram então o esquema do "festival de greves", pelo qual seria parada periodicamente uma montadora por um dia, realizando as lideranças assembleias com os respectivos operários.

A operação começou no dia 23 de setembro, com a paralisação da Volks de Resende/RJ. Na semana seguinte, no dia 29, foi a vez da Fiat, em Betim, e da Mercedes-Benz, em Juiz de Fora, em Minas Gerais.

No dia 7 de outubro chegou o turno de São Paulo. O presidente da Anfavea, Pinheiro Neto, contestou a manifestação dentro do período de garantia de emprego, estabelecido pelo acordo emergencial. E ameaçou, à revelia da proibição de demissões determinada pelo acordo: "Não nos sentimos obrigados a manter empregos enquanto durar a greve". Já a Volks informava que não demitiria em represália à paralisação. Contentava-se, portanto, em ir levando adiante o programa de "redução do efetivo" iniciado no final de 1998...

Os trabalhadores reivindicavam um piso salarial único e direitos trabalhistas similares em todas as empresas do setor. Em resposta a essas pretensões, Pinheiro Neto declarava que as montadoras até aceitavam discutir algumas reivindicações – mas separadamente, por empresa. Porém, quanto ao contrato nacional, ele representaria, na opinião da Anfavea, "a cartelização dos salários". E também significaria "exportar os custos da produção no ABC e São Paulo para outras regiões do país", o que, no entendimento da entidade, "seria uma injustiça contra empresas já instaladas em outros estados."

A paralisação do dia 7 de outubro

abrangeu o ABC, a Capital, a região de Campinas e o Vale do Paraíba. Mais de 70 mil trabalhadores de montadoras deixaram de trabalhar, seja participando de assembleias, seja simplesmente faltando ao serviço. Incluindo-se os trabalhadores do setor de autopeças, a cifra teria chegado a cerca de 150.000 participantes.

Encerrando as manifestações, milhares de operários promoveram um ato em frente ao prédio da Anfavea, no bairro de Moema (Capital). Uma comissão integrada pelos presidentes da CUT, da Força Sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da Confederação dos Metalúrgicos foi recebida pelo diretor executivo da entidade patronal. Em seguida, o auditório foi ocupado por cerca de 150 manifestantes.

O presidente da Anfavea não compareceu. Por telefone, prometeu representar a reivindicação dos metalúrgicos às montadoras.

Porém estas continuavam a rejeitar o contrato coletivo único; declaravam-se apenas dispostas a discutir com seus funcionários, empresa por empresa, outras reivindicações. Por outro lado, a ameaça de demissões não se concretizou em nenhuma das unidades.

No dia 20 de outubro, o festival de greves chegava a São José dos Pinhais, na grande Curitiba, englobando, além dos trabalhadores das montadoras (Volvo, Renault e Audi/Volks, esta última inaugurada no início de 1999) também os de algumas fornecedoras de autopeças.

A posição das montadoras e da Anfavea, contrária ao movimento pelo contrato nacional do trabalho, foi expressa incisivamente pelo vice-presidente de Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil.

Em artigo publicado em fins de outubro, esse executivo criticava as greves semanais dos metalúrgicos da CUT

e da Força Sindical nas montadoras e fábricas de autopeças, numa mobilização que ele calculava envolver quase 250 mil trabalhadores. Denunciava o objetivo de pressionar as empresas, o Congresso e a sociedade em favor de uma medida que na sua opinião (análoga à da Anfavea) redundaria em cartelização dos salários, exportação do "custo ABC" para outras regiões, e redução automática da competitividade.

Segundo o autor do artigo, os sindicalistas se agitavam em vão, ainda mais tendo em vista a evidente redução dos contingentes de trabalhadores nos setores políticos mais dinâmicos. Com efeito, os 210 mil metalúrgicos do ABC haviam passado a 115 mil, e os 340 mil do Estado de São Paulo a 290 mil. E isso não ocorria apenas com os metalúrgicos, acrescentava: também os 780 mil bancários do País se haviam reduzido a 413 mil. Por que não se conformarem com a tese segundo a qual "o movimento sindical não tem mais representatividade num mundo que caminha para os serviços e a globalização?"

Em suma, enquanto os trabalhadores se insurgiam contra a reestruturação excludente vinculada ao aguçamento da crise do sistema, o executivo lhes recomendava passividade.

Depois dessa tentativa de doutrinação anti-sindical, o articulista voltava à questão do contrato nacional de trabalho, desta vez, para advertir que essa reivindicação poderia "custar caro aos milhares de metalúrgicos da indústria automobilística, que lutam por estabilidade no emprego, equiparação salarial e redução da jornada de trabalho". E por que? Porque essa luta, no entender dele, seria incompatível com uma conjuntura "em que o prejuízo das quatro maiores montadoras do País alcançava 3 bilhões de reais". Não, não se tratava de comover os operários com as agruras das pobres multinacionais. Tratava-

se, isso sim, de adverti-los com uma ameaça: uma vez descontentes, as empresas poderiam se retirar até para outros países do mercado global, levando com elas os empregos: o artigo tinha título explícito de “Contrato nacional contra o emprego”. (4)

Algum tempo depois era publicada uma pertinente réplica do presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, adequadamente intitulada “Contrato nacional em defesa do emprego”.

Com argumentos claros, o sindicalista denunciava o efeito nocivo da flexibilização regional do salário praticada pelas empresas. Observava ainda que as montadoras, além de tentar cartelizar mundialmente a precarização dos mais básicos direitos laborais, vinham transformando o Brasil num campo de provas para modelos de produção cada vez mais flexíveis e menos empregadores de mão-de-obra.

Ou seja, a luta em favor do contrato nacional se fazia em apoio ao emprego e à dignidade dos trabalhadores. (5)

Aliás, esse evidente aspecto desempregador, contido na atual tendência das montadoras, era abertamente reconhecido pela própria direção da Anfavea. Assim, em entrevista concedida no fim de 1999, Pinheiro Neto confessava, a propósito: “Não se pensa mais em fábricas de 12 mil ou 15 mil empregados. Hoje, uma megafábrica tem quatro mil trabalhadores”. (6)

Considerações complementares acerca da reestruturação

Nesse meio tempo também ia se tornando clara a motivação dos fatos ocorridos na Volks do ABC em dezembro de 1998, narrados na parte I deste estudo, publicada na edição 58 de *Princípios*.

Já no início de fevereiro de 1999 a verdadeira explicação vinha à tona. Através de entrevista publicada na imprensa, o presidente da Volks do Brasil, Herbert Demel, informava o que real-

mente se pretendia para a montadora: uma reforma geral na fábrica de São Bernardo, a maior e mais antiga unidade da empresa no País. Dentro de cinco anos no máximo, ela deveria produzir apenas uma família de veículos compactos, já em fase final de projeto. O objetivo era transformar a unidade da Anchieta, inaugurada em dezembro de 1957, numa fábrica *moderna* em termos de logística e linha de montagem. As obras, aliás, já haviam começado, abrangendo a demolição de vários prédios não utilizados e mais alguns, a fim de completar a remodelação programada.

Em suma, a Volks decidira investir na reforma da unidade da Anchieta apesar de considerar desdenhosamente que o ABC se tornara menos *competitivo* em confronto com outras regiões do País. “Hoje a maioria dos investimentos é feita fora do ABC. Essa é a prática atual”. Mas Demel acreditava na possibilidade de levar adiante o projeto. “Se todos se comportarem de forma tão *madura* como aconteceu na última decisão, dá para fazer”. Referia-se ao acordo ajustado em 1998 sob a ameaça da demissão de cerca de 7 mil trabalhadores. Com tais táticas de pânico, a montadora conseguira submeter os operários, impondo uma redução da jornada semanal acompanhada de diminuição de salários, além de implementar um programa de cortes mascarado como sendo de demissão voluntária e saída de aposentados. Ao elogiar esse triste acordo, Demel expressava em outras palavras que: se a precarização dos direitos laborais fosse conseguida no próprio ABC paulista, para que abandoná-lo?

Na verdade, o processo de retração de quadro, desencadeado no fim de 1998, representava uma etapa preparatória da reestruturação produtiva, com sua inerente tendência à redução de mão-de-obra. Em consonância com essa concepção, o executivo observava, em sua entrevista, que na unidade

da Anchieta eram necessárias mais de 30 horas para se produzir um carro quando, na opinião dele, bastariam 10 horas, desde que efetuada a reestruturação. Por sua vez, a diminuição do tempo gasto para obter a mesma produção representaria um ganho de produtividade para a empresa e, correlatamente, redundaria numa redução de postos de trabalho. (7)

A esse aspecto desempregador, acrescentem-se os custos públicos que representam os incentivos fiscais e outros favorecimentos com que as empresas do setor vêm sendo cumuladas pelos órgãos governamentais para exclusivamente aumentarem os seus lucros. O resultado é um leilão de ofertas lesivas à sociedade – a guerra fiscal que o governo do Rio Grande do Sul rejeitou briosamente no caso da Ford.

Quanto à Volks, depois de um período de manobras que se estendeu por mais de um ano, alcançou por fim seu objetivo. Nos últimos dias de setembro de 2000 tornava-se público que ela seria agraciada com um empréstimo de 881 milhões de reais, proporcionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para proceder à modernização das linhas de montagem em São Bernardo do Campo e Taubaté.

Esse vultuoso financiamento público (com “dinheiro do BNDES, dinheiro do FAT”) para um modelo de reestruturação produtiva que o sindicalismo combativo do mundo todo denuncia, motivou também, como não podia deixar de ocorrer, a indignação de Lula, que aproveitou a oportunidade de uma entrevista mais abrangente, para externá-la. (8)

De sua parte, a própria Volks continuava indiferente e olímpica, sempre cobrando reconhecimento a uma pretensa coragem (por conviver com sindicalistas!). Ao mesmo tempo que recebia a mencionada dádiva, fazia saber à opinião pública que lhe parecia estarem os

fornecedores (os quais, nesse esquema que se generaliza, se instalam perto do local onde são montados os veículos) reticentes, temerosos da intensa movimentação sindical do ABC...

E então, na primeira quinzena de novembro de 2000, os trabalhadores das montadoras e fábricas de autopeças do Estado de São Paulo deflagravam uma greve, reivindicando um reajuste salarial em torno de 10%.

As negociações com o setor patronal não avançavam e as montadoras, que ofereciam apenas 6,5%, entraram com pedido de dissídio coletivo. A mesma conduta tiveram as empresas de autopeças.

No dia 16 de novembro, o Tribunal Regional do Trabalho julgava a favor dos trabalhadores das montadoras concedendo-lhes os 10%, a estabilidade de 90 dias no emprego, e o pagamento pelas horas não-trabalhadas. Também para os operários do setor de autopeças o TRT ajuizou 10% de reajuste.

Quase imediatamente, o Sindicato Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Sindipeças) entrava com recurso. No dia 28 de novembro, antes mesmo que o recurso fosse julgado, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho já suspendia o reajuste de 10% concedido aos metalúrgicos do setor de autopeças pelo TRT. Além de determinar um percentual de 8%, como o proposto pelas empresas, o presidente do TST também autorizava o desconto dos dias parados por motivo de greve, e até cancelava cláusulas sociais.

Diversamente do setor de autopeças, os integrantes do sindicato das montadoras, o Sinfavea, não estavam coesos na disposição de impetrar recurso. Várias montadoras, atentas à produção em andamento, preferiam evitar que a greve, encerrada com a decisão do TRT, recomeçasse em represália, conforme prometiam os sindicalistas para o caso de um questionamento patronal no TST.

Contudo, o presidente da Anfavea não deixava de consignar seu protesto contra

a decisão favorável à melhoria salarial que, a seu ver, se situava na contramão do “corte de custos” vigente no mundo... E acrescentava, alarmista: “nosso carro ficará mais caro e, portanto, menos competitivo no mercado internacional”.

No início de dezembro, o vice-presidente de Recursos Humanos da Volks, Tadeu Perez, vinha a público para explicar a posição da empresa. (9) A montadora – esclarecia ele – não se interessara pelo recurso contra a decisão do TRT, simplesmente porque estava “com a faca no pescoço”. Além de repor estoques, tinha de cumprir compromissos de exportação para vários países. Não podia por isso entrar em conflito com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que ameaçava impedir o trabalho extra negociado anteriormente para ocorrer em quatro sábados do fim do ano.

Isto posto, o executivo expressava, a seguir, seu profundo inconformismo com o acréscimo lançado sobre a folha de pagamento. Teria de compensá-lo de qualquer forma, não descartando, para o futuro, corte de pessoal!

Alegava também uma perda de competitividade em relação às montadoras instaladas fora do estado e portanto não atingidas pela greve nem pelo reajuste, além de já contarem com um trabalho de remuneração inferior. Exacerbado, proclamava fantasiosamente cogitar de transferência para outra área, evidentemente à procura de trabalho mais barato. Contrariamente, como vimos, os sindicalistas buscam, através de um contrato coletivo nacional, um nivelamento por cima.

Voltando à questão da guerra fiscal e da reestruturação produtiva, desta vez referida à Ford, verificamos que o caso da unidade de caminhões do bairro do Ipiranga, em São Paulo, chegava ao desfecho.

A provável desativação dela, como já foi mencionado, vinha sendo anunciada desde julho de 1999, simultaneamente à decisão de implantar a nova

fábrica de Camaçari, na Bahia, com os fartos incentivos de toda a ordem propiciados. Agora, o fato se consumava.

No dia 13 de dezembro de 2000 a imprensa noticiava que a montadora já terminara de definir-se com respeito ao destino dessa unidade. A fábrica de caminhões do Ipiranga só operaria até o dia 15, como de fato ocorreu, devendo os veículos passar a serem produzidos na unidade de São Bernardo do Campo a partir de janeiro de 2001, na volta das férias coletivas.

Mas somente 500 dos cerca de 1.000 operários seriam transferidos e aproveitados. Aos demais, era oferecido um “programa de demissão voluntária”, pretensamente “vantajoso”.

“É o nosso melhor pacote de demissão voluntária” – proclamava, aliciador, o presidente da Ford/Brasil, Antonio Maciel Neto – “porque se trata do fechamento de uma fábrica” (sic). (10)

Em nome da meta da redução de custos, a empresa fechava uma unidade e mais uma vez expulsava expressivo contingente de trabalhadores. 

Paula Beiguelman é professora associada da USP e autora dos livros *Os companheiros de São Paulo* e *Por que Lima Barreto*, entre outros.

Notas

- (1) *O Estado de S. Paulo*, 10/6/1999.
- (2) V. artigo de Vicente Vilardaga in *Gazeta Mercantil*, 11/8/99.
- (3) V. artigo de Luiz Marinho in *Gazeta Mercantil*, 19/8/99.
- (4) V. artigo de Miguel Jorge in *Gazeta Mercantil*, 27/10/99. Com a recente aquisição do Banespa pelo Santander, Miguel Jorge deixou a Volks em meados de janeiro do corrente ano de 2001 para exercer no banco as mesmas funções de vice-presidente de Assuntos Corporativos que desempenhava na montadora.
- (5) V. artigo de Heiguiberto Guiba Navarro, in *Gazeta Mercantil*, 22/11/99.
- (6) *IstoÉ*, 15/12/99.
- (7) *Folha de S. Paulo*, 1/2/99.
- (8) *Caros Amigos*, nov./2000.
- (9) *O Estado de S. Paulo*, 4/10/2000.
- (10) *Valor*, 13/12/2000.

“Para uma tomada de consciência de uma nova etapa educacional com a Lei de Diretrizes e Bases”

ANÍSIO TEIXEIRA

Texto inédito do pensador maior da educação brasileira

O texto a seguir, que aqui se divulga em primeira mão, é de uma conferência pronunciada por Anísio Teixeira, cujo texto (mimeografado) encontrei em 1999. Acredita-se que a conferência tenha sido pronunciada no ano de 1962, no auge do movimento, iniciado sob sua liderança, em torno do ano de 1951, visando à organização de um sistema nacional de educação.

A razão para estimar-se que a conferência tenha sido pronunciada no ano de 1962 decorre do fato de o momento ter sido, certamente, depois da entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (dezembro de 1961) e antes da aprovação do I Plano Nacional de Educação (setembro de 1962).

Textos com um conteúdo semelhante, da autoria de Anísio, foram publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, havendo inclusive um parecer com um conteúdo bem próximo ao aqui apresentado, com que ele fez aprovar, no Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação, em setembro de 1962. Esse parecer tornou-se a terceira parte de seu mais famoso livro: Educação não é privilégio, a partir da 2ª edição.

Mas o que há de totalmente novo nessa conferência é uma extensa parte inicial dedicada a referências históricas, bem ao estilo do Anísio Teixeira político, que costuma fazer uso de eficientes recursos de oratória, em geral de caráter histórico, para buscar adesão para suas elaboradas propostas de educação pública. No caso, utiliza-se de duas longas citações: a primeira, do historiador William Gibbon, que trata da situação da Europa dois anos antes da Revolução Francesa, quando ele erra redondamente ao avaliar que a estabilidade da Europa estivesse longe de qualquer risco, e a segunda, de Geoffrey Barraclough, diz respeito ao impacto da educação sobre o desenvolvimento social e econômico no século XX.

João Augusto Lima Rocha (UFBA)

CONFESSO que uma reunião como esta me comove muito mais do que se poderia imaginar. Tinha a impressão que à medida que envelhecesse diminuísse a minha capacidade emotiva; venho verificando que será talvez o contrário; cada vez me sinto mais sensível ao terrível drama educacional brasileiro.

Peço aos meus colegas um pouco de paciência, porque vou preceder as considerações e observações que desejo fazer, com duas citações, uma delas extremamente remota.

Há 180 anos, o grande historiador inglês, William Gibbon, autor de *Declínio e Queda do Império Romano*, encerrava a sua *magnum-opus* levantando uma questão. Esta parte do seu livro deve ter sido escrita em 1785 e publicada em 1787, dois anos antes da Revolução Francesa. E vejam o que William Gibbon, que representava o que de melhor havia no pensamento liberal da Europa, perguntava: “— Poderia a civilização vir jamais a sofrer novamente colapso igual ao do Império Romano?” A sua resposta, que ilustra, admi-

ravelmente, o estado de espírito da Europa, naquele tempo, foi a seguinte:

“**E**sta horrível revolução – a queda do Império Romano – poderá ser utilmente aplicada na proveitosa instrução da era presente. É dever do patriota preferir e promover o interesse exclusivo e de glória de seu país natal, mas um filósofo pode se permitir a liberdade de alargar a sua visão e considerar a Europa como uma grande república, cujos diversos habitantes atingiram quase o mesmo nível de polidez e de cultura. O equilíbrio das forças continuará a flutuar e a prosperidade de nosso próprio reino ou dos reinos vizinhos será, alternadamente, exaltada ou abatida. Mas tais acontecimentos parciais não podem ferir, na essência, o nosso estado geral de felicidade. O sistema de artes, de leis e costumes distingue, vantajosamente, acima do resto da humanidade, o mundo europeu e as suas colônias; as nações selvagens do Globo são os inimigos comuns das sociedades civilizadas. E podemos indagar com ansiosa curiosidade, se a Europa está ainda ameaçada de uma repetição das calamidades que vieram outrora ferir de morte as armas e as instituições de Roma. Talvez as mesmas reflexões possam ilustrar a queda daquele poderoso império e explicar as causas prováveis da nossa atual segurança. Os romanos viviam na ignorância da extensão do seu perigo e do número dos seus inimigos; além do reino do Danúbio estavam os países do norte da Europa e da Ásia, repletos de tribos de inumeráveis caçadores e de pastores, fortes, vorazes e turbulentos, atrevidos nas armas e impacientes por arrebatam os frutos da indústria. O mundo bárbaro estava agitado pelo febril impulso da guerra e a paz das Gálias e da Itália era abalada pelas revoluções distantes da China. Os hunos, que fugiam perseguidos pelo inimigo vitorioso, dirigiam sua marcha para o Oeste, e a torrente se avolumava com o acréscimo gradual de

cativos e de aliados. As tribos em fuga, que se rendiam aos hunos, assumiam, por sua vez, o espírito de conquista. A coluna sem fim de bárbaros carregou, por fim, sobre o Império Romano, com todo esse peso acumulado. Se os primeiros eram destruídos, o espaço vazio se enchia imediatamente com novos assaltantes. Tais formidáveis emigrações que já não iriam fruir do norte. O longo repouso que tem sido imputado à diminuição da população, é a feliz consequência do progresso das artes e da agricultura. Ao invés de umas rudes aldeias, tenuamente dispersas pelas suas florestas e pântanos, a Alemanha apresenta hoje uma cadeia de 2.300 cidades fortificadas; estabeleceram-se, sucessivamente, os reinos cristãos da Dinamarca, da Suécia, e da Polônia. Os mercadores hanseáticos, com os cavaleiros teutônicos, estenderam suas colônias do Golfo do Báltico, até o Golfo da Finlândia; e do Golfo da Finlândia até o Oceano Oriental, a Rússia assume, agora, a forma de um poderoso e civilizado império. O arado, o tear e a forja são introduzidos nas margens do Volga, do Obi e do Lena e as mais ferozes das hordas tártaras aprenderam a tremer e a obedecer. O império de Roma estava firmemente estabelecido pela singular e perfeita civilização de seus membros, mas essa união era conseguida à custa da perda da liberdade nacional e do espírito militar. E as províncias, servis e destituídas de vida e movimento esperavam a sua segurança de governadores e tropas mercenárias, dirigidas por ordens de uma corte distante. A felicidade de centenas de milhões de criaturas humanas, os súditos do Império Romano, dependia do mérito pessoal de um ou dois homens, talvez crianças, cujos espíritos eram corrompidos pelo luxo, pelo poder de posse e pela educação. A Europa está hoje dividida – vejam a Europa do século XVIII – em doze reinos poderosos, embora desiguais; três respeitáveis repúblicas e vários estados menores, embora independentes. As possibilidades de talento entre reis

ou ministros estão multiplicadas, no mínimo, pelo número de seus governantes. Um Juliano, Frederico, “O Grande”, da Prússia; o Semíramis, Catarina, “A Grande”, da Rússia, pode reinar ao norte, enquanto Arcades e Honório, Luís XVI, na França, e Carlos III, na Espanha dormitam de novo nos tronos da casa de Bourbon. Os abusos da tirania soam restringidos pela múltipla influência do receio e da vergonha; as repúblicas adquiriram ordem e estabilidade; as monarquias embeberam-se dos princípios de liberdade ou, pelo menos, de moderação. E certo senso de honra e de injustiça foi introduzido, mesmo nas mais defeituosas constituições, pelos costumes gerais do tempo. Na paz, o progresso do saber e da indústria é acelerado na emulação de tantos rivais ativos. Na guerra, as forças europeias são exercitadas em competições moderadas e indecisas. Quantos gostariam de voltar a essa época! Que um conquistador selvagem irrompesse dos desertos da Tartária, teria ele de vencer, sucessivamente os robustos camponeses da Rússia, os numerosos exércitos da Alemanha, os galantes nobres da França e os intrépidos homens livres da Britânia, os quais talvez se unissem numa confederação para a defesa comum. Pudessem os bárbaros, vitoriosos, levar a escravidão e a desolação tão longe quanto o Oceano Atlântico, e dez mil navios transportariam para além de sua perseguição os remanescentes da sociedade civilizada, e a Europa reviveria e floresceria no mundo americano que se acha repleto das suas colônias e instituições. O frio, a pobreza e uma vida de perigos e fadigas fortalecem o vigor e a coragem dos bárbaros. Em todos os tempos, eles têm oprimido as nações polidas e pacíficas da China, da Índia, da Pérsia, que negligenciaram, e ainda negligenciam, equilibrar esses poderes naturais com os recursos da arte militar. Os estados guerreiros da antigüidade, a Grécia, a Macedônia e Roma, educaram uma raça de soldados, exercitaram seus corpos, dis-

ciplinar a sua coragem, multiplicaram as suas forças por evoluções regulares e converteram o ferro que possuíam em armas fortes e úteis. Mas essa superioridade, insensivelmente, decaiu com as suas leis e costumes e a Carta Política de Costantino e seus sucessores armou e instruiu as ruínas do Império no rude valor dos bárbaros mercenários. A arte militar transformou-se com a invenção da pólvora e habilitou o homem a comandar os dois mais poderosos agentes da natureza: o aço e o fogo. A matemática, a química, a mecânica, a arquitetura foram aplicadas ao serviço da guerra e as partes adversárias opunham, umas às outras, os mais elaborados efeitos de ataque e defesa. Os historiadores podem, indignadamente, observar que os preparativos de um sítio bastariam para a fundação e manutenção de uma nova colônia, de uma florescente colônia. Todavia, como nos poderemos aborrecer pelo fato de constituir a destruição de uma cidade, trabalho de custo e dificuldade? Nem nos devem agradar as circunstâncias que permitem que um povo industrializado seja protegido por aquelas artes que sobrevivem e suprem a decadência da virtude militar. O canhão e as fortificações foram agora uma barreira inexpugnada contra o cavalo tártaro, e a Europa está segura, seguríssima, contra qualquer futura irrupção de bárbaros; antes que possam eles conquistar, devem cessar de ser bárbaros.”

E termina, então este trecho que ora citamos dizendo que se não bastam estas conjecturas, poderemos ainda consolar-nos com a crença no progresso indefinido da natureza humana e a capacidade de virtude e aperfeiçoamento do homem.

Assim falava, em 1787, um pensador cujo sentimento do passado de tal modo dominava, e o impedia de ver e sentir o futuro. Creio que podíamos dividir os homens exatamente entre aqueles que assim tem a capacidade de sentir o passado, chegando a admitir que algo aconteça de

modo diferente do que vinha acontecendo no passado, e os que são capazes de sentir e prever o futuro.

Quando William Gibbon, na sua admirável segurança, imagina que jamais outra invasão de bárbaros poderia vir a acontecer, dormitava naqueles próprios reinos, felizes e seguros, um outro barbarismo, o barbarismo da pobreza que, dois anos após iria ensangüentar a Europa na sua maior Revolução. Nada disso podia sentir nem imaginar um dos homens mais inteligentes e cultos da época.

Outros homens são os que têm o sentido do futuro e vêem o que está para acontecer, não o que já aconteceu. O meu maior mestre, John Dewey, recebeu, aos 70 anos de idade, uma grande homenagem de aniversário. E, em seu pequenino discurso, assim se exprimiu:

“Nada mais quis ser do que um homem de certo modo sensível às coisas em torno de mim. Capaz de certo sentimento a respeito das coisas que estava passando e iam morrer e das coisas que estavam nascendo e iam crescer. E nesta base previ certas coisas que iam acontecer no futuro. Ao completar os meus 70 anos oferecem meus amigos uma festa de aniversário em que vêm dar-me crédito por haver previsto as coisas que iam acontecer e que agora começam a passar.”

Desse modo, reconhecia ele que, embora um profeta para sua época, também suas idéias iriam passar pelo mesmo declínio e outras iriam sucedê-las. A segunda citação é de outro conservador, como William Gibbon. Trata-se do professor Geoffrey Barraclough, que embora nada tenha de revolucionário, tem uma estranha sensibilidade para o que está acontecendo e o que vai acontecer. Em dezembro de 1960, escreveu uma página que vou procurar resumir:

Considerando-se que jamais a educação se defrontou com desafios iguais aos que irá defrontar nestas últimas quatro dé-

cadadas do nosso século; considerando que as mudanças em curso excedem incomensuravelmente tudo o que tenha ocorrido no Renascimento, na época das grandes descobertas e no período posterior à Revolução Industrial, e se processarão com tal velocidade que todos os processos conhecidos de lenta adaptação da educação às mudanças estão superados; que as mudanças em 1945 e 1960 foram apenas o começo do que esta por vir e já exigiram reajustamentos consideráveis, a questão hoje é: “Como, dentro do curto período que separa a ignorância infantil da ignorância adulta, poderá a educação enfrentar as explosivas novas dimensões que, se viermos a sobreviver – sente-se que ele não está tão seguro quanto Gibbon – moldarão as nossas vidas no último quartel do século XX?”

Traça, então, o quadro não do mundo governado pela tecnologia – dizer isso já seria uma banalidade –, mas de um mundo governado pela automação, em que o trabalho humano sobre o qual sempre repousou a civilização, mais do que sobre as armas de Gibbon, será uma atividade em declínio, em que o corrente credo de produtividade estará superado e a força decisiva será a eletrônica. Os computadores substituirão o cérebro humano e o pensamento e as decisões, mesmo nos grandes problemas da paz e da guerra, serão resultados dos impulsos elétricos daqueles computadores. Mas, além dessas mudanças, que afetarão a vida cotidiana de cada um de nós, e que ainda não se fizeram óbvias, já estamos todos conscientes da grande revolução demográfica, pela qual a gravitação do mundo passará da dominação da raça branca para a dos povos de cor, inclusive a das populações mistas da América Latina, concluindo com esta afirmação:

“A questão tão ansiosamente debatida quinze anos atrás – quero dizer, em 1945 – de saber se iria o mundo cair sobre o tacho da URSS ou dos EUA ou se repartido en-

tre as duas superpotências, perdeu seu sentido. Hoje, podemos ver na linha do horizonte o surto dos novos centros de influência – Pequim, Nova Delhi, talvez, eventualmente, Brasília – os quais, na medida em que o século corra para o seu final, estarão esperando deslocar Moscou e Washington, como Washington e Moscou deslocaram Paris e Londres. Ao mesmo tempo a África e o mundo árabe vêem-se sacudidos por nacionalismos potencialmente tão sequiosos de sangue como os que lançaram a Europa no *melting-pot* de 1914. O mundo à nossa frente tem potencialidades que jamais foram vistas – pois não é o que o homem logrou afinal o velho sonho de conquistar os céus? – mas apresenta também subcorrentes de violência e irracionalidade mais cruas e apocalípticas do que tudo que mesmo Blake poderia imaginar. Neste mundo explosivo, composto, como sempre, de forças divinas e forças satânicas, se a educação quiser conservar a sua missão de força de reajustamento e equilíbrio terá de livrar-se de todo passado e abraçar esse mundo novo com ambos os braços.”

Trouxe essas duas citações que me parecem profundamente típicas. De um lado, um pensador sensível ao futuro; do outro lado, um pensador sensível só ao passado. Aqui no Brasil temos muitos William Gibbon; somos, talvez, até umas das pátrias privilegiadas dos Gibbon. Somos muitos, o que nos faz sentir seguros e tranquilos, calmamente convencidos de que não temos senão de repetir o que já foi feito, sendo possível fazer, se antes não já o houvermos feito.

Insusceptíveis de prever o que possa acontecer, são sempre tomados de surpresa ante o que vem a acontecer. E, curiosamente, logo que o novo acontece fazem-se conservadores desse novo. Já agora é mais uma tradição que dificilmente há de mudar. Sejamos contudo razoáveis. Já há muitos entre nós que sentem o futuro e, como Barraclough, julgam que temos de esquecer o passado e, abraçar com ambas

as mãos o futuro. Pois não é verdade que o país está mudando e mudando aceleradamente? A partir de 1945, fizemos a nossa revolução política. Mas, uma coisa seria levar a efeito essa revolução de métodos políticos, nos sossegos do século XIX, com uma ordem econômica tranqüila e uma sociedade que, embora ao tempo julgada tumultuária, hoje parece-nos acadêmica e requintada como uma edição popular do século XVIII, e outra concretizar, como estamos concretizando, o governo representativo, o voto livre e verdadeiro, em plena efervescência social, com a transformação econômica, a súbita participação de todos nos benefícios da civilização e a eclosão de seções novas, populares e inesperadas, na conjunção de forças em operação na vida do país.

A verdade é que estamos em pleno processo de integração social, já não bastando a mudança de estrutura política mas impondo-se a mudança de estrutura econômica e da estrutura social. E a essas mudanças terão de suceder as mudanças de estrutura agrária, de estrutura tributária e de estrutura educacional.

Apesar de havermos estabelecido a Federação, só muito modestamente demos começo a uma melhor distribuição da renda tributária do país. A responsabilidade de administrar as populações brasileiras está com os municípios e os estados, mas estes pouco recebem para dar cumprimento a suas funções e deveres. A União continua com parcela agigantada da arrecadação total do país, deixando aos estados e, sobretudo, aos municípios parcelas diminutas. Deste modo, não foi possível aproveitar-se a descentralização federativa e a Nação continua lembrando antes um império, com suas colônias, do que uma real federação de estados.

Por isso mesmo, é de suma importância o fato de termos afinal aprovado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta lei não é apenas uma lei de educação, mas a reforma de base de nossas

estruturas educacionais para nos adaptarmos às forças novas que estão integrando e unificando a Nação.

O plano, assim, que aqui viemos debater não é propriamente um plano pedagógico, nem um simples plano administrativo, mas um plano político de descentralização e de reconhecimento do estado de integração de nossa sociedade, para o cumprimento de suas tarefas básicas.

Sobretudo é um plano diretor para todos os 22 governos estaduais e mais os 3.300 governos municipais e, em especial, para todo o povo brasileiro dividido entre as lideranças de todos esses governos. Com efeito, a base de operações para o plano é o município, já que não pode ser o distrito municipal. É ali que está a população a ser convocada para a tarefa de emancipação educacional. A Lei de Diretrizes e Bases prevê a chamada da classe de sete anos, na área do governo municipal. Este é um ponto de contato legal entre o governo do município e o governo estadual, que já não pode ser afastado, e que exigirá um núcleo administrativo estadual de educação em cada município. Esses dois órgãos – a direção do ensino municipal e a direção, no município, do ensino estadual – vão trabalhar juntos em uma tarefa comum. Depois, o órgão de direção geral da educação estadual e os órgãos da direção federal, por sua vez, só irão se encontrar no plano nacional.

A máquina propulsora do plano é, pois, complexa e envolve as três ordens de governo. Por isto mesmo, o plano de educação se terá de fazer por município. Que será esse plano? Em essência um plano de oferta de oportunidades educacionais crescentes à população do município. As suas etapas seriam as seguintes: um centro de educação em cada vilarejo de menos de 500 habitantes, com uma escola primária, os agentes postais de correio, telefone ou telégrafo, o agente social rural e um começo de biblioteca; uma escola primária organizada por séries escolares, em todas as localidades de mais de

500 até 1.000 habitantes, para dar educação até a quarta série, e constituir-se também em um centro social, com biblioteca e sala de reuniões para os adultos; escolas primárias de seis séries em todas as localidades de mais de 1.000 até 2.000 habitantes; centros educacionais, com escolas primárias de seis anos, escola-parque e ginásios em todas as cidades de mais de 2.000 até 5.000 habitantes; escola primária de seis séries, escola-parque, ginásios e colégios em todas as cidades de mais de 5.000 habitantes; sistemas escolares completos em todas as capitais. Esse o conjunto do sistema escolar propriamente dito e que oferecerá em cada povoado, em cada vila, em cada cidade, as oportunidades locais de educação.

O plano se completa com o sistema de bolsas. O sistema de bolsas é o sistema de mérito que se deverá, agora, introduzir-se sistematicamente em todo o país. Em cada povoado haverá a oportunidade para que uma criança pobre mas excepcionalmente bem dotada para os estudos possa prosseguir seus estudos na cidade vizinha e, depois, na cidade vizinha dessa cidade vizinha e, depois, na capital. E se a capital não tiver ensino superior, na cidade de outro estado. Além das oportunidades locais, pois, a criança excepcionalmente inteligente terá todo sistema a seu dispor.

Esse será o plano que cada estado organizará, à luz dos planos de cada município. E com esse plano estadual é que o governo do estado se dirigirá ao governo federal para assinar o convênio de cooperação educacional.

E qual será o plano federal? Na realidade um plano de assistência financeira, de assistência técnica e de assistência política, para que se tornem possíveis os planos financeiros de empréstimos para levar avante a tarefa.

Com efeito, será impossível colocar todos os ônus atuais imediatos desse grande plano sobre os ombros dos brasileiros que pagam impostos em cada ano. Precisamos dividir esses encargos por

uma série de anos. Daí poder correr a manutenção dos serviços de ensino, com a receita de cada ano, mas os ônus da implantação do sistema, dos vários milhares de terrenos a serem adquiridos para escolas, dos milhões de metros quadrados a construir, das dezenas de milhares de metros quadrados a reparar, deverão correr à conta de empréstimos por quinze, vinte e trinta anos. O governo federal terá de ser o fiador desses empréstimos nacionais e internacionais.

Os planos de financiamento obedecerão às seguintes normas:

1. Os orçamentos serão baseados no custo individual do aluno;

2. Esse custo será calculado pela forma prevista de salário do professor (70%), de despesas materiais de manutenção e administração (20%) e de despesas do prédio e sua conservação (10%); e

3. Os 10% desse custo do aluno (municipal e estadual) junto com os 10% do auxílio federal constituirão o fundo para empréstimos, tomando possível a negociação dos mesmos em bases nacionais e internacionais.

Com o plano de construções em operação e, ligado a ele o da expansão de matrículas, se articulará o plano de preparo de professores. É indispensável chamar a atenção especial para esse plano. Até hoje pensamos reformar a educação por meio de leis. São elas, sem dúvida, necessárias para tornar possível a reforma, mas leis não fazem a reforma.

As reformas se fazem pela mudança de estrutura da sociedade que está em marcha, queiramos ou não queiramos, e pelo preparo e aperfeiçoamento do professor.

Até ontem preparávamos os professores nas escolas normais, que foram atingidas pela voragem da expansão do ensino médio. Por outro lado, percebemos, agora, que o preparo profissional faz-se melhor depois de uma boa educação geral e, tanto quanto possível, pela prática, acompanhada de cursos intensivos.

No nível de assistência técnica federal

elaborou-se, então, um plano de treinamento e aperfeiçoamento do magistério, mediante a instalação de 40 centros, dois, no mínimo por estado, destinados a formar 16 mil professores por ano e 128 mil nos próximos oito anos.

Assim justificou o Brasil esse plano em Santiago do Chile:

“Todas as reformas e desenvolvimentos em marcha estão, entretanto, a depender fundamentalmente da adequada formação dos professores.

Será nesse setor que residirá um dos esforços maiores do Ministério da Educação, sua nova fase, como órgão de propulsão dos 21 sistemas educacionais dos estados, que a Lei de Diretrizes e Bases veio ampliar aos três níveis de ensino (antes, somente o ensino primário estava sob o controle dos estados) e como administrador do sistema federal de ordem apenas supletiva.

Ao lado do auxílio financeiro pelo qual a União buscará restabelecer o equilíbrio entre os contrastes econômicos das diversas regiões do país, cogita ela de ampliar os seus serviços de assistência técnica dando ênfase à preparação do magistério.

Como as chamadas escolas normais e os cursos de regentes vêm sendo transformados, cada vez mais, em cursos de nível médio, para o que concorreu sobretudo a adoção dos ginásios secundários como seu primeiro ciclo, torna-se possível a criação de novas modalidades de formação de magistério, com a instalação de centros de treinamento destinados aos que tenham concluído os estudos do segundo nível no primeiro ou segundo ciclo, e desejem devotar-se ao magistério.

Estes centros seriam substancialmente centros de demonstração de ensino, desde o nível de jardim de infância até a última série do segundo nível, com jardins de infância, escolas primárias e escolas de segundo nível nos quais grupos de estagiários, entre

200 e 300 viriam residir como internos, para tratar e estudar as artes do magistério infantil, primário e médio.

Os estudos seriam rigorosamente articulados com essa prática direta do ensino. As escolas – funcionando como hospitais de clínicas nas escolas de medicina – existiriam em três modalidades: escolas de demonstração, escolas experimentais e escolas de prática. Dado o volume de professores a preparar e aperfeiçoar, tais escolas devem ter a amplitude necessária para permitir treino individual. Ao lado das escolas de demonstração e experimentais, que poderão ser razoavelmente pequenas, haverá escolas de prática, com classes em número suficiente para o treinamento individual, aproveitando-se as próprias escolas do sistema escolar vizinho.

Estes centros deverão, com efeito, ser localizados de preferência em cidades ou próximos a cidades que ofereçam tais oportunidades. A criação de 40 desse centros nos 21 estados brasileiros representaria a cooperação específica do Governo Federal na sua obra de assistência técnica aos governos dos estados. Representaria isto, entretanto, tamanho investimento que seria de crer pudessem vir a contar com auxílio internacional, à maneira de certos tipos de ajuda que tanto o Ponto IV quanto a UNESCO vêm oferecendo em esforços mais modestos, tais como os do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (UNESCO) e o do Centro de Belo Horizonte (PABAE-Ponto IV).

Já nos referimos anteriormente ao problema do magistério e à extraordinária proporção de mestres desprovidos de preparo pedagógico, tanto na escola primária quanto na escola média.

Nas condições atuais do ensino, entretanto, já não se trata apenas de aumentar o número de professores diplomados pelas atuais escolas normais, mas de modificar profundamente essas próprias escolas normais, lançando as bases de um tipo novo de formação de magistério.”

Os germens desses centros já se encon-

tram nos Centros de Pesquisas Educacionais instalados em 1955 no Ministério.

Vejamos, em resumo, pois, em que consiste o Plano Nacional de Educação, em vias de desenvolver-se:

1. ataque maciço ao problema de educação de todos os brasileiros, na área de cada município, pelo levantamento individual da população a educar;

2. marcha da educação dos núcleos mais avançados para os mais retardados;

3. compreensão da chamada educação rural, como educação comum limitada pelas condições rurais. Em oposição ao conceito de educação rural para a vida rural: o rural vai se fazer urbano. O Centro Rural de Educação se poderia chamar: Centro Urbano;

4. orçamento de educação baseado no custo do aluno;

5. sistema de bolsas, pelo qual o sistema local se ligará ao sistema estadual e ao sistema nacional. As bolsas serão como pontes e permitirão a articulação de todo sistema – local, estadual e federal;

6. sistema de preparação do Magistério, com candidatos possuidores da educação geral ministrada pelos Estados, em centros regionais, mantidos, em cada estado, pelo Governo Federal, com residência para 800 bolsistas, recrutados proporcionalmente pelos municípios. Aí se formará a força de trabalho do sistema escolar de cada estado. O recrutamento dos alunos pelos municípios é fator fundamental desse plano. Como tais centros serão altamente dispendiosos, podendo comparar-se, à sombra da Medicina, com os respectivos hospitais de clínicas, ficarão eles a cargo do Governo Federal;

7. política de auxílio financeiro federal pelo qual se vá, gradualmente, visando à certa equalização de recursos para a educação em todos os estados da Federação Brasileira;

8. revisão da estrutura educacional para uma educação para a produção e não apenas para o consumo, com a instituição de um sistema contínuo e inte-

grado, no qual estejam superadas todas as divisões do passado entre educação geral e especial, humanista e científica, prática e teórica e se busque em todas as instituições educacionais todos esses valores, que apenas se distinguem por ênfase e não por separações.

São estes os esclarecimentos que me cabe trazer, no momento em que os educadores brasileiros se reúnem para uma tomada de consciência dessa nova etapa educacional, em que vamos entrando com a Lei de Diretrizes e Bases.

Antes de concluir, permitam-me ainda sublinhar a grandeza da tarefa:

1. na evolução da educação entre os países desenvolvidos pode-se perceber, claramente, três períodos:

Século XIX - ensino primário para todos;

Século XX - a partir da I Guerra Mundial, ensino secundário para todos;

Século XX - a partir da II Guerra Mundial, ensino universitário em alta expansão; e

2. cada um desses períodos corresponde a uma reestruturação da educação:

Século XIX - educação prática e universal, primária e seletiva e técnica para poucos;

Século XX - a partir de 1914, educação universal e prática secundária para todos;

Século XX - a partir de 1945, reestruturação e expansão do ensino superior, pelo reconhecimento da interdependência entre as ciências e a sociedade e a educação como supremo instrumento.

O Brasil tem de realizar as três tarefas nestas próximas décadas do século XX. É uma corrida entre elas e a sobrevivência. Não estamos reunidos para um debate acadêmico mas para o planejamento de uma batalha. Não há batalha sem planos. O nosso plano é uma série de decisões sobre a estratégia e a tática dessas batalhas. Possamos fazê-la e vencê-la.

Novos crimes contra a humanidade: o uso militar das armas de Urânio empobrecido



Soldados franceses da OTAN reprimem albaneses em Kosovo

BRUNO VITALE

O uso de urânio empobrecido na guerra moderna lembra técnicas de guerra antigas, de terra arrasada – com a diferença de que aerossóis tóxicos e poeira radioativa são muito mais eficientes que o sal usado antigamente!

Nota do tradutor: o Urânio, que é um mineral naturalmente radioativo, é encontrado na natureza em uma mistura de três isótopos: U[234], U[235] e U[238]. O processo de enriquecimento do Urânio para uso como combustível em reatores ou como material físsil para bombas atômicas implica alterar a composição isotópica do minério. O termo Urânio empobrecido (Ue) designa o subproduto obtido quando deste processamento.



O artigo "New crimes against humanity: the military use of depleted Uranium weapons", foi publicado no final do ano passado. Sua publicação naquele período parece agora premonitória, pois desde o início deste ano o problema denunciado pelo físico italiano Bruno Vitale ganhou espaço na grande imprensa internacional e no cenário político europeu. Por ironia da história não foram as vítimas civis e militares – mais expressivas numericamente – que despertaram a atenção da imprensa. O fato é que apareceram com leucemia mais de uma dezena de soldados italianos e alguns soldados portugueses que integraram as forças da OTAN na Iugoslávia. Tais episódios continuam tendo desdobramentos, e têm evidenciado a impotên-

cia dos países integrantes da comunidade europeia face aos Estados Unidos, que detém o controle real da OTAN.

O artigo original, em inglês, foi publicado na revista *WechselWirkung*, vol. 22, número 105/106, pp. 78-89, outubro-dezembro de 2000, e está disponível na Internet, no endereço: www.WechselWirkung.com. A versão que publicamos, traduzida por Olival Freire Jr., inclui a íntegra do artigo, mas não inclui apêndices com uma apresentação mais detalhada das fontes de informação, além de subsídios técnicos sobre o Urânio. Princípios agradece ao autor a autorização da publicação, e a Fernando Bunchaft a sugestão de sua tradução e publicação.

Comissão Editorial

EM RECENTE artigo sobre a guerra do Vietnã e "a excepcional crueldade de uma luta que levou à morte de 58.000 norte-americanos e mais de 3 milhões de vietnamitas", Ignacio Ramonet – diretor do *Le Monde Diplomatique* – escreveu: "alguns jovens 'veteranos' (entre 20 e 27 anos de idade) ao retornar da guerra adquiriram consciência de que foram levados a participar de um massacre, e através do condicionamento tinham sido desumanizados e recebido o status de 'exterminadores' criminosos. Eles agora compreendem que a Guerra do Vietnã nunca terá seu Tribunal Internacional; e que os líderes políticos e militares que ordenaram os massacres, o espalhamento de napalm, o bombardeio aéreo de populações civis, as execuções massivas nas prisões, e os desastres ecológicos provocados pelo uso massivo de desfolhantes, nunca serão julgados por uma Corte Marcial, e nunca serão condenados por crimes contra a humanidade." (1)

Essa história de horror se repetirá. Não haverá nenhum Tribunal Internacional para os novos crimes contra a humanidade perpetrados pelos líderes políticos e militares dos Estados Unidos (com a cumplicidade de seus aliados britânicos) que usaram armamentos de Urânio empobrecido (Ue)* con-

tra o Iraque (1991) e a República Federal da Iugoslávia (1999). De fato, o comitê estabelecido, Tribunal Criminal Internacional sobre a Iugoslávia (ICTY), com a finalidade de reavaliar a campanha de bombardeio da OTAN contra a República Federal da Iugoslávia decidiu, em seu relatório final, que: "em vista do estado incerto de desenvolvimento dos padrões legais governando esta área, deveria ser enfatizado que o uso de Urânio empobrecido, ou outras substâncias potencialmente perigosas, por qualquer adversário em conflito dentro da antiga Iugoslávia desde 1991 não encontrou fundamento para qualquer acusação a ser formulada pelo Promotor. Por estas razões, a opinião deste comitê, baseada na informação disponível no presente, é que os promotores não deveriam dar início a uma investigação sobre o uso pela OTAN de projéteis de Urânio empobrecido." (2)

Parece fútil enfatizar a nova onda de sofrimento humano e ecológico que este novo tipo de "substância potencialmente perigosa" introduzirá na guerra moderna. O simples uso de armas tradicionais, sejam pequenas armas ou bombas tradicionais, é suficiente para destruir a vida humana e tornar vastas regiões do mundo im-

próprias para a vida. (3) Mas o desenvolvimento de novas armas, mais eficientes e mais poderosas, pelas potências que dominam nosso mundo está relacionado com o desenvolvimento de uma nova e perigosa estratégia: a guerra da "morte zero" ("zero", naturalmente, do lado do agressor; enquanto o número de vítimas militares e civis pode crescer exponencialmente), que deixa o país vencido com suas estruturas educacionais, médicas e industriais destruídas, solo e fontes de água poluídos, e uma população doente que ninguém poderá cuidar, vez que a chamada "comunidade internacional" imporá "sanções" após os ataques. Aglomerados de bombas, minas terrestres, armas Ue,...: o terror que o desfiar de tal arsenal de horrores pode criar seria suficiente para garantir o controle do mundo na "nova ordem mundial". É nesse quadro de análise que gostaria de desenvolver algumas considerações sobre os nascentes armamentos de Urânio empobrecido.

Deveríamos ser sensíveis ao fato de que o desenvolvimento dessas novas armas requer um esforço de colaboração entre instituições científicas, industriais, militares e políticas. Não podemos limitar a censura ou a responsabilidade a uma única dessas forças poderosas em nossas sociedades.

Imperativos estratégicos encontram uma resposta entusiástica nas mais sujas políticas das potências internacionais, nos mais poderosos interesses industriais, e nos mais ambiciosos sonhos da comunidade científica. (4) Uma oposição ativa, polêmica e eficiente ao desenvolvimento e desdobramento de uma nova panóplia de armas deveria ser capaz de analisar e atacar todos esses ingredientes do poder juntos. Para atingir esse objetivo nós deveríamos estar equipados com informação correta e atualizada, e deveríamos tentar ir além da pura denúncia e do protesto moral. Como fazê-lo? É fácil falar, mas é difícil encontrar os caminhos da ação.

Armas de Urânio empobrecido são, certamente, somente uma pequena parte dessa estratégia de terror. Nem todos os estados que dispõem de armas nucleares declararam, de modo explícito e sem ambigüidades, apoio ao princípio de não ser o primeiro a usar tais armas. (5) O uso massivo de desfolhantes pelos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã nunca levou à afirmação de qualquer política de abandono desse tipo de arma, no que pese os prejuízos graves, difusos e permanentes a pessoas, agricultura, água e todo o ambiente. (6)

Por isso, se agora nos concentramos sobre as armas de Urânio empobrecido, não é para ignorar a responsabilidade grave e global que as maiores potências têm quanto ao uso de outros meios sofisticados de controle e destruição, e não é meramente para protestar. (7) É para melhor nos informarmos sobre um assunto que merece atenção vigilante no futuro, e, ao mesmo tempo, para nos fornecer indicações sobre as forças e interesses que moldam nossas vidas.

Uma última justificação para esse tipo de reflexão: nas chamadas nações “industrializadas” (ou “democráti-

Armas com urânio empobrecido foram usadas abertamente pela primeira vez na Guerra do Golfo

cas”), vivemos imersos em uma nuvem de referências permanentes e mesmo hipócritas aos “direitos humanos”. Outros países, com sistemas sociais mais antigos, ou tentando novas estruturas econômicas, são julgados por nossos líderes e censores morais com base no critério da defesa dos “direitos humanos”. Mas estas novas armas, inerentemente desrespeitosas da vida humana, promotoras do sofrimento humano e da destruição em larga escala do meio ambiente, são “erros desumanos” [em inglês o autor contrapõe “human rights” a “inhuman wrongs”, jogo de sentido que não pode ser bem traduzido para o português]. Reconhecendo isso, nós cidadãos reagiríamos de modo diferente às mentiras de nossos líderes.

Urânio empobrecido e o desenvolvimento de armamentos de Urânio empobrecido

Você pode encontrar na Internet uma oferta muito cândida de objetos manufaturados com Urânio empobrecido. Na página http://www.chmz.udm.net:uran_eng.shtml, você encontrará a referência à “Joint-Stock Company Chepetsky Mechanical Plant, Laureate of Government for Quality”. Essa empresa oferece blindagens confiáveis contra radiação feitas com Urânio empobrecido. Com alguma atenção você notará que o “Laureate” refere-se a um prêmio de qualidade do governo da Federação Russa, atribuído em 1998. Você saberá

que um dos trunfos desta empresa é que ela “nunca recebeu reclamações de seus clientes, em toda sua história”, e que ela é “parte do complexo de energia nuclear da Federação Russa”.

De modo ainda mais surpreendente, você lerá nesta página que “o uso de nosso Urânio empobrecido por sua companhia será um importante passo para a produção de artigos de primeira qualidade, a exemplo de ‘containers’ [!], equipamentos médicos e científicos, etc”, e que a empresa “está pronta para produzir a quantidade solicitada de vários artigos com Urânio empobrecido no mais curto prazo solicitado pelo cliente”.

Esta reconversão “civil” dos enormes estoques de Ue (um subproduto tanto do uso militar de Urânio “grau armamento”, como do uso de Urânio “enriquecido” nas plantas de usinas nucleares), produzidos por todos os países que dispõem de artefatos nucleares, é economicamente compreensível, mas repleto de perigos. A página da Chepetsky na Internet não menciona nem a extrema toxicidade química do Ue nem sua fraca, mas não negligenciável, radioatividade. Na página dessa empresa não há uma única palavra acerca das seguintes questões: como proteger trabalhadores desses perigos, como manipular esses produtos de primeira qualidade, ou como dispor de suas partes quebradas ou descartadas.

Contudo, seria suficiente consultar documentos do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP/UNCHS, 1999) para ver que esses perigos são reais e razoavelmente bem conhecidos. Tais documentos dizem: “como as radiações alfa e beta têm alcance muito limitado em tecidos, a poeira ou partículas de Ue têm de ser inaladas ou digeridas para contribuir para a dose (radioativa) recebida. No caso de contaminação da pele por contato com pedaços sólidos de Ue, haverá alguma radiação beta atingindo a pele. (...) Em estudo sobre a toxicidade de curto



prazo foi mostrado que o rim é o órgão alvo da toxicidade (química) do Urânio”.

Os perigos dessas aplicações civis do Ue são mínimos, todavia, quando comparados com os perigos das aplicações militares na produção de armas. (8) Já é muito grande a variedade de armamentos de Ue disponíveis para países da OTAN (EUA, Inglaterra e França). Eles vão desde pontas penetrantes e partes de mísseis Cruise até balas de Ue para os aviões americanos A-10 Warthog (usados contra tanques), os helicópteros Apache, os aviões Harrier, e as blindagens usadas pelos tanques M1A1 Abrams, etc.

A principal razão para o desenvolvimento destas aplicações (além da necessidade de se dispor das milhares de toneladas do “lixo nuclear”, o caro resíduo estocado por todos os países nucleares) está na densidade muito elevada do Urânio empobrecido (Ue) e na sua extrema dureza quando combinado em ligas metálicas. Estas duas características fazem do Ue um componente ideal para projéteis duros e penetrantes contra tanques blindados e fortificações militares escondidas em profundidade, e ao mesmo tempo fazem dele um componente muito poderoso para as carapaças de tanques blindados.

Por outro lado, o principal perigo do uso militar do Ue – para os seres humanos, para o solo e para o ecossistema – deriva de suas propriedades químicas. Devemos lembrar que as propriedades químicas de todos os isótopos de um elemento são as mesmas, de modo que o que será dito aqui vale tanto para o Urânio “natural”, quanto para o Urânio “gasto” quanto o “empobrecido” (Ue). Em 1945, a população de Hiroshima sofreu os efeitos do Urânio preparado de modo adequado para o seu uso em bombas de fissão atômica. O problema que populações inteiras estão enfrentando agora decorre do Urânio empobrecido e suas conseqüências.

“**Q**uando um projétil de Ue atinge um objeto duro (como as placas blindadas de um tanque ou o teto de concreto de uma fortificação), ele é esmagado em fragmentos e poeira. Normalmente entre 10 e 35% (mas podendo chegar a um máximo de 70%) do projétil transforma-se em aerossol devido ao impacto ou quando a poeira do Ue é incendiada. A maioria das partículas de poeira têm menos de 5 microns de tamanho, e espalham-se de acordo com a direção do vento (...) Se a área atacada consiste de rochas ou de solo pedregoso, a maioria do Ue será esmagada e transformada em aerossol, e por isso haverá precipitação radioativa da poeira de Ue. O Urânio que escapar das partículas de poeira ou de fragmentos de Ue será transportado pela água precipitada no solo ou rochas sob a forma de íons de Urânio nas águas precipitadas. Sob condições de oxidação, a maioria dos íons de Urânio estarão em forma solúvel, e poderão se mover através de ambiente e de organismos vivos”. (UNEP/ UNCHS, 1999)

O tipo e a quantidade de risco – para os soldados alvo que sobrevivam à explosão e para as populações civis – dependerá portanto da forma química da poluição do Ue. Quando às partículas poluídas com Ue nos aerossóis são solúveis em água, o Ue entra no corpo humano por ingestão. Nesse caso, são os rins os órgãos que serão mais facilmente prejudicados pelos efeitos químicos tóxicos do Urânio. Quando essas partículas são insolúveis, o perigo vem da poeira radioativa que, entrando nos pulmões pela respiração, fica ali depositada e pode contribuir ulteriormente para o desenvolvimento de câncer dos pulmões. (9)

Michael Clark, um especialista não muito simpático com o que ele chama de “reclamações extremas” contra o

Ue (“Ue não é o perigo extremamente mortal qual alguns gostariam de afirmar que é”), afirma: “qualquer fragmento (...) de Ue tem no contato uma taxa de radiação beta da ordem de 2 mSv/h. (...) A inalação ou ingestão do Ue acarretará internamente uma ampliação dessa taxa, mas o consenso médico-científico geral é que o Ue é mais um problema químico do que radiológico. Ingestão de quantidades significativas de Ue pode causar prejuízos aos rins devido à sua toxicidade química (...)”. (10)

Os responsáveis pelo desenvolvimento de armamentos com Urânio empobrecido têm sempre minimizado tanto os perigos químicos quanto radioativos que o Ue cria para a população civil. Neste sentido, é particularmente interessante ler o documento oficial distribuído pelo Ministério da Defesa do Reino Unido, em 15 de fevereiro de 1999, após um incêndio em uma fábrica inglesa que manipulava o Urânio empobrecido: “Na segunda-feira, 8 de fevereiro, um incêndio ocorreu na fábrica Royal Ordnance Speciality Metals, em Featherstone, Staffordshire. A fábrica manipula Urânio empobrecido, e existiu inicialmente uma preocupação com a possibilidade de vazamento de radioatividade. Por esta razão os serviços de emergência orientaram os residentes locais a permanecer dentro de casa com as janelas fechadas”. (11) Nenhum alerta deste tipo foi dirigido às populações civis do Iraque ou da Sérvia após o término dos bombardeios, embora ambas tenham recebido verdadeiras chuvas de projéteis com Urânio empobrecido.

As informações médicas, físicas e químicas disponíveis já há bastante tempo tornavam evidente que o desenvolvimento de armamentos de Ue seria algo desastroso; e que a caracterização de “crimes de guerra” e “crimes contra a humanidade” para o uso mi-

litar do Ue seria perfeitamente adequada, devido ao espalhamento inevitável de poeira e aerossóis com este elemento químico. Apesar disso, o desenvolvimento de armamentos com Ue começou cedo nos Estados Unidos, há cerca de duas décadas atrás. Faltam informações maiores sobre o desenvolvimento de tais armamentos por outras potências nucleares, mas podemos supor que não devem ser tão diferentes dos norte-americanos.

O desenvolvimento de tais armamentos começou cedo nos EUA. Como A. Livingstone escreve: “o uso do Ue em armas é uma solução engenhosa para o paralisante problema que a indústria nuclear tem enfrentado quanto ao que fazer com o “lixo nuclear”. (12) A extensão dessa “engenhosa solução” pode ser avaliada por um documento oficial dos EUA sobre o fechamento de uma área de teste de munições de Ue no Campo de Provas Jefferson, em Indiana:

“Entre 1984 e 1994, foram conduzidos testes precisos de projéteis de Ue na região (...) Tais projéteis têm tamanho variado mas o Ue neles usado pode ser descrito de modo genérico como pedaços de uma liga de Ue e Titânio, com cerca de 2,5 cm de diâmetro e 61 cm de comprimento. Os testes com munição de Ue contaminaram uma área de 5 milhões e 100 mil metros quadrados (1.260 acres) com cerca de 70 toneladas de Ue (...) Presentemente o material liberado está mantido em uma área reservada conhecida como ‘Área de impacto do Urânio empobrecido’. Esta área está localizada ao norte da linha de fogo, e consiste de aproximadamente doze milhões de metros quadrados (3 mil acres)”. (13)

O fechamento deste dispositivo de teste não implica que o desenvolvimento e o teste de armamentos de Ue pararam, ou foram suspensos, nos Estados Unidos; pois, de fato:

*É impossível
identificar com
precisão todas
as áreas em que
a OTAN usou
munição de urânio
empobrecido em
ataques à Iugoslávia*

“A Força Aérea dos EUA está reconstituindo atividades de treinamento com UE na Base Nellis no Sul do estado de Nevada. Nesta base foram retomados o emprego de balas incendiárias perfurantes de 30 mm de Ue. Esta é a única área de ensaio como alvo para armamentos ar-terra, autorizados para o uso de Ue nos Estados Unidos”. (14)

Após o desenvolvimento e os testes, os militares precisavam de um teste de campo, em uma batalha real, contra pessoas reais, o que levou ao uso das munições de Ue tanto na Guerra do Golfo quanto nos bombardeios da OTAN contra a Iugoslávia.

A utilização dos armamentos de Urânio empobrecido contra o Iraque durante a Guerra do Golfo (1991)

Armas com Ue foram usadas abertamente pela primeira vez na Guerra do Golfo. De acordo com a Associação Americana dos Veteranos da Guerra do Golfo, centenas de toneladas de munição empregando Ue foram usadas contra a artilharia e veículos blindados do Iraque. (15) Os veteranos estimam que cerca de 600 mil soldados da coalizão ocidental

foram expostos ao Ue no Golfo.

Existe hoje uma crescente literatura sobre as “doenças da Guerra do Golfo” entre soldados da aliança ocidental contra o Iraque. Doenças cujas causas incluem, pelo menos parcialmente, os efeitos de longo prazo da exposição ao Ue. Por exemplo:

“**C**omo resultado dos incidentes com ‘fogo amigo’ durante a Guerra do Golfo Pérsico, o Departamento de Defesa dos EUA relatou que munições de Ue atingiram um certo número de veículos de combate Bradley e tanques Abrams. Os incidentes com ‘fogo amigo’ mataram 13 soldados e feriram muitos mais. O número total de soldados feridos por Ue não é conhecido; contudo os serviços médicos do Exército identificaram 22 soldados cujos registros médicos indicam que eles absorveram fragmentos que podem ser de Ue (...) Embora os veteranos com absorção de fragmentos tenham elevados níveis de Urânio na urina, pesquisadores até agora não encontraram efeitos adversos à saúde relacionados à radiação oriunda do Ue. Contudo, várias perturbações em testes bioquímicos e neuropsicológicos apresentam correlações com o Urânio urinário elevado, ainda que o significado clínico destes dados não seja claro”. (16)

Por outro lado, não tem existido nenhuma tentativa séria de estudar os “efeitos adversos à saúde” nos milhares de soldados iraquianos que foram expostos diretamente aos projéteis de Ue (se e quando eles sobreviveram), nem nos milhões de iraquianos que foram poluídos com inalação e ingestão de aerossóis e poeira de Ue. É verdade que os possíveis efeitos negativos da poluição com Ue são difíceis de ser separados das



várias outras ameaças à saúde enfrentadas atualmente pela população iraquiana, das quais podemos citar a poluição industrial devido à destruição dos poços e refinarias, a falta de estruturas hospitalares adequadas, as dificuldades na provisão de medicamentos como decorrência do bloqueio imposto pelos EUA e pela Inglaterra, etc. Uma investigação sobre a mortalidade infantil, realizada pela UNICEF, mostrou que as taxas de mortalidade no Iraque cresceram de 5,4 e 6,7% no período 1979-1984, para 10,8 e 13,1% em 1994-1999. (17)

Um conjunto coordenado de projetos internacionais deveria ser deslançado para estimar o nível de poluição com Ue no Iraque, seus possíveis efeitos adversos à saúde, e a ajuda necessitada pela população do Iraque. Algumas poucas iniciativas internacionais já começaram a coletar informações, bem como urina, sangue, dentes e amostras de cabelos para que se possa testar seu conteúdo isotópico de Urânio e deste modo a possível presença do Ue. (18) A base desses testes é que existe uma absorção constante de Urânio “natural” pelo nosso corpo, e uma correspondente vida média biológica metabólica para sua eliminação, mas não existe nenhuma absorção regular de Ue oriundo do ambiente, exceto de armas com Ue ou da manipulação de materiais com Ue. Estas iniciativas não são suficientes. Dez anos já se passaram desde a Guerra do Golfo. É o momento de se estudar os efeitos de longo alcance do uso do Ue entre os soldados e a população civil. Dados confiáveis, cuidadosos e bem documentados seriam de crucial importância para uma campanha internacional eficaz visando a definitiva proibição das armas com Ue.

O uso de armamentos com Urânio empobrecido no Kosovo e na Sérvia durante a guerra da OTAN contra a República Federal Iugoslava (1999)

Em uma carta datada de 7 de fevereiro de 2000 (quase um ano depois do início dos bombardeios sobre a Iugoslávia), o Secretário Geral da OTAN, G. Robertson, confirmou para o Secretário Geral da ONU, Kofi Anan, que armamentos de Ue tinham sido usados pela OTAN:

“Balas de Ue foram usadas pelas Forças Aliadas. Elas foram usadas em Kosovo em aproximadamente 100 missões. Estas balas usam um dispositivo com elevada capacidade de penetração, feitas com Ue, um subproduto não crítico do processo de enriquecimento do Urânio. Os armamentos A-10 usaram estas munições como parte de sua carga padrão. Um total de 31.000 balas de munições feitas com Ue foram usadas em operações das Forças Aliadas. Os principais focos dessas operações foram a área a oeste da rodovia Pec-Dakovica-Prizren, a área envolvendo Klina, a área em torno de Prizren e a área ao norte de uma linha ligando Suva Reka e Uroseva. Contudo, muitas missões usando Ue também aconteceram fora dessas áreas. Neste momento é impossível identificar com precisão todas as áreas onde se usou munição de Ue”. (19)

Notícias sobre o uso de bombas de Ue na Iugoslávia (em particular em Kosovo), já eram conhecidas dos meios de comunicação. A. Kirby, da BBC, por exemplo, publicou matérias bem documentadas sobre o assunto. (20) Contudo, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP/UNCHS), associado à Força Tarefa dos Balcãs, em sua avaliação preliminar dos “efeitos poten-

ciais sobre a saúde humana e o ambiente derivados do possível uso de Urânio empobrecido durante o conflito de Kosovo em 1999” [Outubro de 1999, cinco meses depois do fim dos bombardeios], foi ainda obrigado a afirmar que: “(...) não existe nenhum documento oficial confirmando que Urânio empobrecido, foi, ou não foi, usado no conflito de Kosovo”. E disse mais: “A falta de confirmação oficial, pela OTAN, de que Urânio empobrecido tenha sido, ou que não tenha sido, usado, distorce os pré-requisitos deste estudo.” (UNEP/UNCHS, 1999, 1999a e UNEP, 1999)

Deste modo, uma Força Tarefa oficial das Nações Unidas teve de esperar até 7 de fevereiro de 2000 para ser informada sobre um importante aspecto da ação de guerra que havia sido deslançada em março de 1999 com o consentimento e como parte da política das próprias Nações Unidas (este é pelo menos o folclore divulgado pelos meios de comunicação!).

As conseqüências humanas e ambientais do uso de armas de Ue na Iugoslávia são ainda largamente desconhecidas. Não se sabe qual o grau de consciência que as populações da Sérvia e do Kosovo têm dos perigos que correm ao manipular peças quebradas de Ue ou inalar poeira em regiões poluídas pelas explosões com Ue. O Ministro da Defesa do Reino Unido tem expressado preocupações: “existem diversos modos pelos quais soldados do Reino Unido ou civis podem ter se exposto ao Ue durante ou depois desses conflitos. O risco mais provável acontece se pessoas entram em regiões contaminadas por munições de Ue (...) pessoas visitando ou trabalhando em Kosovo, a exemplo de agências de imprensa e de ajuda humanitária [parece que os kosovares não são muito considerados como ‘pessoas que trabalham em Kosovo’], deveriam buscar orientação das autoridades compe-

tentes sobre as áreas de contaminação, e evitar perturbá-las. Se o acesso a áreas potencialmente contaminadas for considerado essencial, então orientação adequada sobre as medidas de proteção necessárias deve ser buscada junto às autoridades". (21) Quão distante estamos do tom tranquilizador do relatório de Harley para a RAND!

Conclusão: perspectivas para a ação

As conclusões da "testemunha hostil" do relatório da RAND que citei com frequência neste texto não deixam espaço para muito otimismo:

"Concluindo, o uso de munições e blindagens de Ue deve se expandir nos próximos anos, tanto nas forças armadas dos Estados Unidos quanto de outros países. Por isso, é importante continuar a pesquisa para aumentar o nosso conhecimento sobre quaisquer riscos potenciais para a saúde que possam resultar da exposição ao Urânio empobrecido". (22)

Note-se, de início você desencadeia um programa para expandir largamente os armamentos com Ue, e depois, se e quando possível, você desenvolve um programa de pesquisa para saber quais seriam seus riscos para a saúde!

A oferta da Chepetsky para oferecer "produtos de primeira qualidade de Ue", usando o Ue oriundo do complexo nuclear da Federação Russa, parece significar que seremos confrontados no futuro com um mercado de mercadorias civis que, analogamente, se expandirá largamente. Isto também vai requerer vigilância e cuidadoso acompanhamento, mas a grande expansão de armamentos de Ue é, certamente, algo muito mais perigoso. Seu uso na guerra moderna nos lembra a antiga técnica da terra arrasada, executada pelo inimigo após a vitória;

Dados confiáveis seriam cruciais para uma campanha internacional para a definitiva proibição dessas armas

além da simbólica, e talvez eficiente, velha técnica de cobrir a terra com sal, para torná-la infértil. O desenvolvimento das munições de Ue pode ter sido sugerida pela alta densidade e dureza do Urânio empobrecido, mas como evitar a suspeita de que as graves consequências de seu uso (terras poluídas quimicamente por anos, terras poluídas por radioatividade por séculos) não tenham jogado um papel importante nesta escolha estratégica? Aerossóis tóxicos e poeira radioativa são muito mais eficientes que sal!

A pura denúncia desses fatos é algo certamente deprimente; deveríamos fazer mais. Armas de Ue não descem sobre nós dos céus. Elas são ativamente pesquisadas por cientistas, testadas por militares, produzidas por operários em nossas fábricas, usadas por soldados em nossos exércitos. Como tratar a arrogância de cientistas em seus laboratórios fechados? Como tratar sindicatos e operários, interessados em garantir seus empregos, mesmo quando eles produzem bombas nucleares, de napalm, de fragmentação e de Urânio empobrecido? Como tratar as pessoas que estão à nossa volta, tornando-as conscientes do que está sendo preparado para todos nós?

Bruno Vitale é físico aposentado da Universidade de Nápoles. Trabalhou também como físico teórico no laboratório do CERN, em Genebra. O texto foi traduzido por Olival Freire Jr.

Notas

- (1) «Filmer le conflit du Vietnam». Le Courier (Genebra), 28 abril 2000.
- (2) ICTY (2000): Relatório final ao promotor, elaborado pelo comitê criado para reavaliar os bombardeios da OTAN contra a República Federal da Jugoslávia. Tribunal Criminal Internacional para a antiga República da Jugoslávia, 2 de junho de 2000, seção A.ii (www.un.org/icty/pressreal/nato061300.htm). Este documento, no seu conjunto, deveria ser considerado cuidadosamente, pois ele absolve todos os possíveis crimes cometidos durante a guerra da OTAN: «[O comitê] tendeu a assumir que as declarações à imprensa, emitidas pela OTAN e pelos países da OTAN, são, em geral, confiáveis, e que as explicações foram dadas com honestidade (...) O comitê não tem falado para aqueles envolvidos em dirigir ou realizar os bombardeios (...) A OTAN tem admitido que erros ocorreram durante os bombardeios; erros de apreciação podem também ter ocorrido. A seleção de certos objetivos para ataque pode estar sujeita a debates legais. Com base nas informações reexaminadas, contudo, o comitê é de opinião que não se justifica nem uma investigação em profundidade relacionada aos bombardeios como um todo, nem investigações relacionadas a incidentes específicos (...) Com base na informação disponível, o comitê recomenda que nenhuma investigação, relacionada aos bombardeios ou incidentes durante a campanha militar, seja começada» (Recomendações finais).
- (3) Conforme o ICTY – veja nota (2) – os bombardeios da OTAN na Sérvia deixaram pelo menos 495 mortos 820 feridos dentre os civis.
- (4) Eu tentei desenvolver esta análise, que privilegia o paradigma das "instituições científicas", ao invés daquele da "ciência", na interface política – indústria – ciência em países capitalistas, em dois artigos, de certo modo antigos, publicados em WechselWirkung: B. Vitale: Der letzte Streich; Die Neutronenbombe. WechselWirkung, Februar 1982; Wie man ein Netzwerk von Freunden bildet; Die Rolle der Wissenschaftler im modernen Krieg. WechselWirkung, Februar 1984.
- (5) Veja, por exemplo, o "NATO Alliance Strategic Concept" (www.state.gov/www/regions/eur/nato), aprovado pelos chefes de Estado e governo, em 24 de abril de 1999 (Conferência de Cúpula de Washington, por ocasião do 50º aniversário da OTAN). Nenhum



“compromisso de não ser o primeiro a usar” armas nucleares será encontrado neste documento, ao contrário, no parágrafo 62 se lê: “The fundamental purpose of the nuclear forces of the Allies is political: to preserve peace and prevent coercion and any kind of war ...”; parágrafo 63: “... Nuclear forces based in Europe and committed to NATO provide an essential political and military link between the European and the North American members of the Alliance”; parágrafo 64: “... NATO will maintain, at the minimum level consistent with the prevailing security environment, adequate sub-strategic forces based in Europe which will provide an essential link with strategic nuclear forces, reinforcing the transatlantic link”.

(6) Durante a Guerra do Vietnã, mais de quarenta milhões de litros de desfolhantes foram espalhados sobre campos e florestas. Quase 2/3 disso foi de “Agente Laranja”, uma mistura de dois herbicidas (2,4-D and 2,4,5-T), contendo dioxina. Como lembrança dos poderosos interesses industriais na guerra moderna, note que o “Agente Laranja” foi produzido principalmente pela Dow Chemical, Monsanto e Uniroyal. Veja, em especial: A.Schechter: Agent Orange and the Viêt-namense. American J.of Public Health, abril 1995.

(7) Contudo, devemos lembrar do importante “Protest and survive” de E.P.Thomson (London: Penguin, 1980), um livreto que jogou um papel importante durante os protesto europeus contra os mísseis Cruse e Pershing.

(8) O apêndice 5 de UNEP/UNCHS (1999) fornece preciosa informação sobre o desenvolvimento do uso militar de munições de Ue. Ver, também, Military use of depleted Uranium, in WISE (2000), bem como Zajic (2000).

(9) Ver, por exemplo: Depleted Uranium. Ministry of defence, U.K., July 1999 (www.nrpb.org.uk/D-uran.htm).

(10) Michael Clark: Depleted Uranium. Radiological Protection Bulletin, no.218, december 1999. Deve ser notado que “um único dia de contato da pele com uma fonte de 2 mSv/h é equivalente à dose máxima de radiação aceitável durante todo um ano”, afirma um especialista do British National Radiological Protection Board citado pelo “The New Scientist” (1 May 1999). Por outro lado, um raio-X do tórax tem uma dose de radiação de cerca de 0,02

mSv; por isso, uma hora de contato com a pele com tal fonte de UE equivale a quase 100 exposições de raios-X no tórax.

(11) Ministry of defence, U.K., february 15, 1999 (www.nrpb.org.uk/R2-99.htm).

(12) H.Livingstone: Depleted Uranium weapons, in WISE (2000).

(13) [U.S.] Federal Register, december 16, 1999; ver “Decommissioning of D.U. munitions test area at Jefferson Proving Ground (Indiana)”, Current issues – Depleted Uranium weapons, in WISE (2000).

(14) Ver “Resumption of use of D.U. rounds at Nellis Air Force Range, Nevada”, Current issues – Depleted Uranium weapons, in WISE (2000).

(15) Ver www.gulfwarvets.com; outras importantes fontes são: The Military Toxics Project: “Radioactive battlefields of the 1990s”, january 16, 1996, in WISE (2000); J.Shirley: “Nukes of the Gulf War”, 1996 (www.parascope.com/articles); R.Fisk: “The evidence is there; We caused cancer in the Gulf”, The Independent, october 16, 1998; U.S.Defense Department: “Annual report by the Office of the Special Assistant to the Deputy Secretary of Defense for Gulf War illnesses”, november 1998 (www.gulfink.osd.mil/library/annual); Ministry of Defence, U.K. (1999); Harley et al (1999); D.Fabey: “Depleted Uranium weapons; Lessons from the 1991 Gulf War”, in WISE (2000).

(16) Harley and al (1999).

(17) “Child and maternal mortality survey, 1999; Preliminary report”. UNICEF – Iraq Ministry of Health, July 1999.

(18) Uma interessante e crescente iniciativa neste sentido é aquela do grupo italiano “Un ponte per l’Irak”; www.unponteper.eu.org. Um certo número de ONGs organizou, em 18 de agosto de 1999, na sede da ONU em Genebra, uma mesa redonda sobre a situação da saúde no Iraque, em especial sobre as consequências da poluição do Ue. Desta reunião foi publicado o documento: “L’assassinat d’un peuple” (O assassinato de um povo)

(19) Citado em: “Current issues: Depleted Uranium weapons, Depleted Uranium use in Kosovo”, in WISE (2000).

(20) A.Kirby: BBC News, 9 abril, 5 maio, 6 junho, 7 junho, 1999.

(21) “Depleted Uranium”, Ministry of Defence, U.K., July 5, 1999

(22) Harley et al (1999).

Referências

- Depleted Uranium Education Project (1997): Depleted Uranium; How the Pentagon radiates soldiers and civilians with DU weapons. New York: IAC, 1997.
- GRIP (1999): Proposition de résolution du Parlement européen, visant à interdire l’usage d’armes à u.a., présentée par P.Lannoye, groupe des Verts, June 10, 1999 (www.grip.org).
- N.H.Harley, E.C.Foulkes, L.H.Hilborne, A.Hudson and C.Ross Anthony (1999): A Review of the scientific literature as pertains to Gulf War illnesses; vol.7: Depleted Uranium. RAND corporation, 1999 (www.rand.org/publications).
- M.Mccgwire (2000): Why did we bomb Belgrade?. International Affairs (U.K.), vol.76, nr.1, January ’00.
- Ministry of defence, U.K (1999): Testing for the presence of depleted uranium in UK veterans of the Gulf conflict; The current position, 24-3-’99 (www.mod.uk/policy/gulfwar).
- UNEP (1999): UNEP-LED assessment of the environmental impact of the Balkans conflict concludes work in Yugoslavia. UNEP/46 Press Release, September 14, 1999.
- UNEP/UNCHS (1999): The potential effects on human health and the environment arising from possible use of depleted uranium during the 1999 Kosovo conflict; A preliminary assessment. United Nations Environment Program/United Nations Center for Human Settlements, (Habitat) Balkans Task Force, October 1999 (balkans.unep.ch).
- UNEP/UNCHS (1999a): The Kosovo conflict; Consequences for the environment and human settlements. United Nations Environment Program/United Nations Center for Human Settlements, (Habitat) Balkans Task Force, October 1999 (balkans.unep.ch).
- VISIE (1999): Depleted Uranium hazard. Holland, 1999 (www.web-light.nl/VISIE/ud_main.html).
- WISE (2000): Uranium project. World Information Service on Energy, 2000 (www.antenna.nl/wise/uranium).
- V.S.Zajic (2000): Review of radioactivity, military use, and health effects of depleted Uranium (members.tripod.com/vzajic).

A Flor do Lácio



JOÃO QUARTIM DE MORAIS

Princípios tem abordado a fundamentação, tramitação e debate em torno do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) em defesa de nosso idioma. Já aprovado na Comissão de Educação da Câmara Federal (ver Princípios, n.º 59), o projeto tem sido debatido em escolas, universidades, meios de imprensa e mídia. Este texto é a intervenção do professor João Quartim de Moraes (Unicamp) na polêmica promovida por Leia & Comente

Como a ninguém é dado alegar o desconhecimento da lei, ainda mais quando versa sobre a sua, a nossa língua, *Leia & Comente* convida a ler o projeto de Aldo Rebelo (PCdoB/SP) e o comentário contrário de Sérgio Pachá. Contra a invasão de estrangeirismos que assola o país, o deputado acena com o rigor da lei, o filólogo com o rigor do ensino. Você o que acha? É pegar no laço ou na lábua a Flor do Lácio? Comente!

Comento:

O sr. Pachá parte de uma justa constatação: “o estado calamitoso da língua portuguesa entre nós”. Com efeito, “ninguém que leia os nossos jornais ou assista aos programas da televisão brasileira pode negar que a língua que se fala e escreve neste país vai de mal a pior”. Que fazer? Perante esse estado de calamidade pública, toda iniciativa concreta em defesa de nosso idioma deveria ser benvinda, principalmente considerando que poucos são os que de fato conferem

prioridade ao combate à degradação que ele tem sofrido nas mãos dos “comunicadores”. Estranhamente, porém, ainda mais considerando que a luta se trava em múltiplas frentes, das quais a tribuna do Congresso não é a menos importante, a preocupação do articulista é investir não contra os responsáveis pela situação que ele próprio deplora, mas contra o projeto de lei visando a promover e proteger nosso idioma, de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP). Tenta desqualificar essa firme e patriótica iniciativa com argumentos que, como nosso agredido idioma, também vão de mal a pior.

Em síntese, Aldo Rebelo é criticado não pelos objetivos que persegue (dos quais só um brasileiro cínico ou irresponsável poderia divergir), mas (1) por recorrer aos métodos de ação próprios a seu mandato, isto é, apresentando projeto de lei sobre a questão e (2) porque o diagnóstico lingüístico em que se apoiaria sua iniciativa parlamentar não seria correto. As duas críticas são descabidas.

A primeira porque, ao chamar o recurso à lei de “solução de força”, assimilando a força da lei à “lei” da força, o articulista coloca-se no campo dos amigos da anomia. É seu direito fazê-lo, mas por que então se queixar do estado calamitoso, portanto anômico, da língua portuguesa entre nós? Pior, entretanto, do que a inconseqüência é a deturpação. Se o sr. Paxá respondesse não estar censurando em princípio o recurso à lei, mas apenas os aspectos do projeto de Aldo Rebelo que considera coercitivos, replicaríamos ser preciso descomunal má-vontade para ignorar que o deputado comunista propõe principalmente medidas pedagógicas:

“Artigo 2º. Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no in-

tuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe: I – melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional; II – incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro; III – realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral; IV – incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País.”

Quanto à segunda crítica, sem entrar no mérito das competências acadêmicas do articulista, é no mínimo contestável a separação pétrea que estabelece entre as diferentes dimensões do idioma, ao dizer que “o descalabro (...) não é, basicamente, lexical ou mesmo morfológico. É sintático. São frases mal construídas. São regências claudicantes. São concordâncias sonegadas”.

Podemos a cada passo comprovar a artificialidade dessas fronteiras. Cito um exemplo, escolhido a esmo num jornal da “grande” imprensa, onde os erros pululam, no que certamente o sr. Pachá concordará comigo. Referindo-se a uma marca de sabão, uma jornalista explica que a composição dele “garante à multinacional 8,8% share (sic) de um mercado (...)” (*Gazeta Mercantil*, 29/8/2000, p. C-1). O termo exótico “share”, tolamente utilizado pela plumitativa, deforma toda a sintaxe da frase. Outro exemplo oferecem caipirices da toponímia americanófila, em âmbito residencial (California’s Tower, Jaburu Building) ou no de empresas ditas de “entretenimentos” (Beto Carrero’s World, Xitão’s Bar, Beach Park) etc.

As distorções do léxico manifestam-se especialmente nas traduções. In-

competência e servil mimetismo se combinam para deturpar o significado de palavras usuais, impondo-lhes sentido exótico. Um exemplo, entre incontáveis outros: o uso das expressões “oficial militar” (em vez de oficial); de “oficial” ou “oficial civil” (em vez de funcionário), porque, na língua do Império, “officer” significa funcionário, o que obriga, em inglês, a distinguir “military” e “civil officer”. Em nossa língua, a distinção, pior que inútil, confunde. Mas para o sabujo o que importa é a voz do dono, aliás “his master’s voice”.

Na tentativa de provar que o “entreguismo” lingüístico não seria um problema, o doutor ou doutorando (apresenta-se como doutor pela Universidade da Califórnia, mas anuncia que sua “tese doutoral” está “em elaboração”) recorre a um velho vício lógico: esconde atrás de uma afirmação óbvia (“os empréstimos lingüísticos são um fenômeno de todos os tempos e lugares”) uma tese fragilíssima, a saber, que os males de que sofre a língua portuguesa têm “muito pouco que ver com as palavras e expressões estrangeiras que aqui arribam e de que, bem ou mal, *nos* (grifado por mim, JQM) servimos”. É o caso de perguntar “nós quem, cara-pálida?”. Os que gostam de patinar em gelatinas globais, os “very important people” (aliás VIP), os fanáticos do “big-mac”, etc. Certamente não os que assumem o idioma materno como expressão básica do próprio patrimônio cultural. Claro que empréstimos ocorrem em todas as línguas. Mas essa constatação não permite ocultar que tomar palavras emprestadas na língua de Buffalo Bill e de Bill Clinton pode ser mais desastroso do que tomar dinheiro emprestado do FMI.

Tampouco nos convence o articulista ao abrir o baú de sua amplíssima erudição afim de reforçar seus duvi-

dos argumentos: “Até mesmo ‘os marinheiros helenos que a vaga iônica criou’, como lá (sic) canta inesquecivelmente Castro Alves, tiveram de adotar uma palavra estrangeira, thálassa, para dar nome ‘ao mar que Ulisses cortou’.”

Faltou não somente dizer “lá” onde o poeta canta, mas principalmente, que além de thálassa, os gregos também usavam hals (na Ilíada, nomeadamente) pélagos, por exemplo, para designar a líquida planície de Poseidon.

Aparentemente incapaz de argumentar sem recorrer a falsas oposições, como já notamos a propósito das que estabelece entre léxico e sintaxe e entre medidas legislativas e medidas pedagógicas de defesa de nosso idioma, o filólogo proclama, em grandiloquente arroubo: “Para defendermos a nossa língua não precisamos de deputados. Precisamos de professores de Português”. Um grande pensador alemão do século XIX criticou, acerba mas pertinentemente, o que chamou de “cretinismo parlamentar”. Somos às vezes obrigados, porém, a constatar que pior ainda pode ser o cretinismo anti-parlamentar.

Tampouco os franceses escaparam do rolo compressor da língua do Império. Só que, com um sentido de patriotismo, de amor à língua materna, que falta a certos vizires, tomaram providências legislativas para conter e contrabalançar a forte influência do idioma da coca-cola.

Sem dúvida é bom lembrar, com Olavo Bilac, que “a morte de uma nação começa sempre pelo apodrecimento de sua língua” e que, “por conseguinte, usar bem do idioma pátrio é dever de qualquer brasileiro que se preze”. Com efeito, os idiomas, como as nações, embora não vivam e morram à maneira dos organismos biológicos, podem ser varridos pelos turbilhões da história. Assim ocorreu, en-

tre nós, com a chamada língua geral, língua nacional em formação no Brasil até o século XIX, que caminhou para lenta extinção. Ao menos, morreu por força da própria dinâmica econômica e social da formação do povo brasileiro. É duvidoso, entretanto, que nosso lingüista anti-parlamentar tenha meditado na frase que citou. Se “qualquer brasileiro que se preze” tem o dever de não estropiar nem deixar estropiarem seu próprio idioma, já que, quando ele apodrece, a nação está moribunda, como então pretender restringir uma questão de vida e morte da cultura nacional ao âmbito do ensino escolar do português?

Severíssimo diante do que lhe parece “a inanidade da solução (...) proposta pelo parlamentar”, o articulista propõe a dele, que lembra irresistivelmente as ponderações de célebre personagem de Eça de Queirós. “Para tanto só há uma solução: restaurar em todos os níveis o ensino do português”. O conselho é digno de um especialista em inanidades. No mesmo espírito, poderíamos apresentar proposta de solução radical para o problema da fome: dar alimentos para todo mundo. O Conselheiro Acácio acharia a idéia excelente.

Seria bom, entretanto que, antes de pregar o milagre da multiplicação dos docentes, o indômito Pachá procure obter dos magnatas “mediáticos” apoio para sua proposta. Com efeito, se os detentores privados dos grandes meios sociais de comunicação, particularmente dos jornais mais poderosos, os frias, levis, mesquitas, marinhos, e outras famílias que controlam o cartel mediático, fossem um pouco menos mesquinhos em relação à folha de pagamentos, contratariam mais e melhores revisores, poupando-nos de parte ao menos dos incontáveis atentados contra nosso idioma que os jornais deles acumulam, dia após dia. (Para não falar em

televisões e rádios, onde barbarismos e outras barbaridades impõe incontestada ditadura da cacofonia). Dizia um espírito sarcástico que os russos tinham uma “intelligentzia” e nós temos uma “ignorantzia”. A imprensa nos exhibe, diuturnamente, erros rudes não somente de português, mas também ampla gama de outras tolices reveladores do “estado calamitoso” de nossa “ignorantzia”. Não por acaso o “enxugamento” neoliberal dos empregos tem a mesma origem que o abastardamento de nosso léxico e de nossa sintaxe: na “globalization” e no Império do dólar.

Falta de professores de português? Faltam, no Brasil, professores de todas as matérias. Aliás, faltam para os pobres, porque quem pode pagar (em São Paulo) entre R\$ 600,00 e 1.000 por mês encontra ensino de qualidade. É excelente, diria de novo o impoluto conselheiro Acácio, a idéia de incutir nas crianças e adolescentes o senso da língua, de seus recursos vocabulares e estilísticos, de sua dinâmica e multissecular vitalidade – dinâmica e vitalidade estas que são o oposto do imobilismo e de quaisquer chauvinismos lingüísticos, por mais bem intencionados que sejam.

Lúcido o bastante para não imaginar que os “digêneos” e outros negociantes do ensino assumiriam tarefa tão ciclópica e financeiramente pouco ou nada rentável, nosso especialista em inanidades não julgou entretanto necessário esclarecer, em sua proposta, já não digo quem educará os educadores, mas quem fará da educação pública uma prioridade nacional? É esta, em todo caso, uma prioridade do deputado Aldo Rebelo. Não é a do lingüista Pachá, que decididamente não é um bom vizir. 

João Quartim Moraes é professor do Departamento de Filosofia do IFCH da Universidade de Campinas (Unicamp).

Texto de Sérgio Pachá (com quem João Quartim Morais polemiza)

O projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, proibindo o uso de palavras e expressões estrangeiras por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, pretende sanar um problema que está mal colocado quanto a sua natureza e quanto à solução que para ele se propõe.

O problema é o estado calamitoso da língua portuguesa entre nós. Ninguém que leia os nossos jornais ou assista aos programas da televisão brasileira pode negar que a língua que se fala e escreve neste país vai de mal a pior. Mas este ir de mal tem muito pouco que ver com as palavras e expressões estrangeiras que aqui arribam e de que, bem ou mal, nos servimos (os empréstimos lingüísticos são um fenômeno de todos os tempos e lugares, e até mesmo "os marinheiros helenos que a vaga iônica criou", como lá canta inesquecivelmente Castro Alves, tiveram de adotar uma palavra estrangeira, thálassa, para dar nome "ao mar que Ulisses cortou").

O descabro, dizíamos, não é, basicamente, lexical ou mesmo morfológico. É sintático. São frases mal construídas. São regências claudicantes. São concordâncias sonegadas. Palavras impropriamente empregadas, grafias errôneas ou flexões defeituosas também se encontram aqui e acolá. Mas o nó da questão consiste nos atentados que se perpetram contra a estrutura da língua – e é esta a razão por que a coisa é diversa e incomparavelmente mais grave do que ao deputado Rebelo se afigura. Daí dizermos que o problema está mal colocado quanto a sua natureza.

E daí, também, a inanidade da solução – e solução de força, ainda por cima – proposta pelo parlamentar. Não há de ser a proibição de vocábulos como site, breakfast e know-how que fará com que os brasileiros passem a falar e escrever melhor. Para tanto só há uma solução: restaurar em todos os níveis o ensino do Português. Do primário à universidade. Ensinar a ler e a entender o que se leu. Ensinar a escrever sabendo por que é que se escreve assim e não assado. (Tudo isto são coisas cozinhas, mas há anos abandonadas e esquecidas, com os resultados que aí estão). Incutir nas crianças e adolescentes o senso da língua, de seus recursos vocabulares e estilísticos, de sua dinâmica e multissecular vitalidade – dinâmica e vitalidade estas que são o oposto do imobilismo e de quaisquer chauvinismos lingüísticos, por mais bem intencionados que sejam. Lembrar-lhes, enfim, com Olavo Bilac, que "a morte de uma nação começa sempre pelo apodrecimento de sua língua" (1) e que, por conseguinte, usar bem do idioma pátrio é dever de qualquer brasileiro que se preze.

Para defendermos a nossa língua não precisamos de deputados. Precisamos de professores de Português. 

Sérgio Pachá é filólogo, mestre em Língua Portuguesa pela UFF.

Nota

(1) V. "Instrução e Patriotismo", em Conferências Literárias. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1912, p. 332.

e ganhe uma *Agenda do Século Rebelde 2001* inteiramente grátis!

Um presente de 20º aniversário para este trimestre...

- | | | |
|--------------------------|--|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Revista <i>Princípios</i> (4 edições) | R\$ 30,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) | R\$ 45,00 |

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Fone _____ Profissão _____ e-mail _____

Forma de pagamento:

- | | |
|--------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | Cheque nominal a Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____ |
| <input type="checkbox"/> | Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante) |
| <input type="checkbox"/> | Cartão Credicard ou Visa n.º _____ validade ____/____/____ |

Data ____/____/____ assinatura do cliente _____

Assine

Princípios

O brado de Porto Alegre

O Fórum Social Mundial, quando o pano subiu, em Porto Alegre, no dia 25 de Janeiro, era uma incógnita. Dias depois findou numa atmosfera de confiança com o perfil de uma instituição permanente vocacionada para um combate de longa duração. O lema deste acontecimento inédito – “um outro mundo é possível” – expressa bem o espírito de uma luta difícil e demorada, que exige o confronto e a derrota da engrenagem de poder do capitalismo que está a empurrar a humanidade para o abismo. O evento evidenciou o caráter universal da rejeição pelos povos do novo capitalismo imperial.

O que aconteceu em Porto Alegre nestes dias não seria possível há dois ou três anos. Nesse breve espaço de tempo produziu-se um amadurecimento da consciência social que altera as perspectivas do desenvolvimento da história e começa a modificar o quadro de forças. Foi a própria obra devastadora e desumana do neoliberalismo que atuou em escala universal sobre as vítimas do sistema, criando as condições subjetivas, antes inexistentes, para a confrontação em curso. Porto Alegre deu ao Fórum do capital, reunido em Davos, uma resposta que foi muito além do protesto, comovente mas inorgânico, de Seattle. Da fase do repúdio, forças e organizações que representam o sentir de milhares de milhões de pessoas passaram ao patamar da reflexão e do debate coletivos sobre a alternativa àquilo que não aceitam.

Na tarde escaldante de 25 de janeiro, o povo da capital do Rio Grande do Sul abriu o grande espetáculo como sujeito da história. Ao comparecer maciçamente, unindo-se aos participantes estrangeiros do Fórum, imprimiu ao grande desfile a atmosfera de um sereno desafio internacionalista. O discurso de Olívio Dutra na abertura do Fórum foi importante na medida em que pelo tom e conteúdo contrariou a tendência reformista que afluía nas posições de muitas das ONGs. Seria uma atitude sectária subestimar o mérito do trabalho desenvolvido por dezenas dessas organizações na preparação do evento de Porto Alegre. Mas é transparente e até natural a inexistência de consenso entre elas quando se coloca a questão-chave da alternativa. O próprio protagonismo assumido pela equipe de *Le Monde Diplomatique* na mobilização dos apoios e na adesão de personalidades é esclarecedor das clivagens ideológicas que as conferências e debates do Fórum fizeram emergir. O respeito que merece o combate travado por

Ignacio Ramonet e Bernard Cassen – as duas estrelas do jornal presentes em Porto Alegre – não me impede de reconhecer o óbvio. Combatendo com firmeza e talento o imperialismo e denunciando a globalização neoliberal como um flagelo, nem um nem outro colocam em causa a sobrevivência do capitalismo. O que pretendem é reformá-lo, humanizá-lo. De alguma maneira assumem noutra contexto histórico perante o sistema uma postura crítica que lembra a de John Maynard Keynes após a I Guerra Mundial. Essa tendência não se impôs no Fórum. O capitalismo é, pela sua própria lógica, desumano.

Mas – cabe então perguntar – por ventura a relação de forças existente hoje é compatível com uma alternativa socialista ao capitalismo a curto prazo? Não. Mas se os esforços desenvolvidos por forças democráticas e progressistas heterogêneas na luta contra o neoliberalismo globalizante fossem orientados para uma convivência pacífica com o capitalismo numa transição de longa duração, o sistema acabaria por neutralizar e até absorver as forças que o contestam.

O Fórum de Porto Alegre veio iluminar uma nova dinâmica de lutas e desafios, ainda pouco clara, contra o sistema de poder imperial hegemônico pelos EUA – sistema no qual a globalização neoliberal desempenha um papel fulcral. Nesse confronto, que tende a radicalizar-se, a descoordenação e o espontaneísmo transparecem no discurso e nas táticas de muitas ONGs cujos objetivos são com frequência divergentes. A valorização excessiva do caso Bové, por exemplo, um episódio irrelevante no evento, traduziu bem a imaturidade política de muitos participantes, pois permitiu à direita usar a mídia para desviar a atenção das grandes questões em debate.

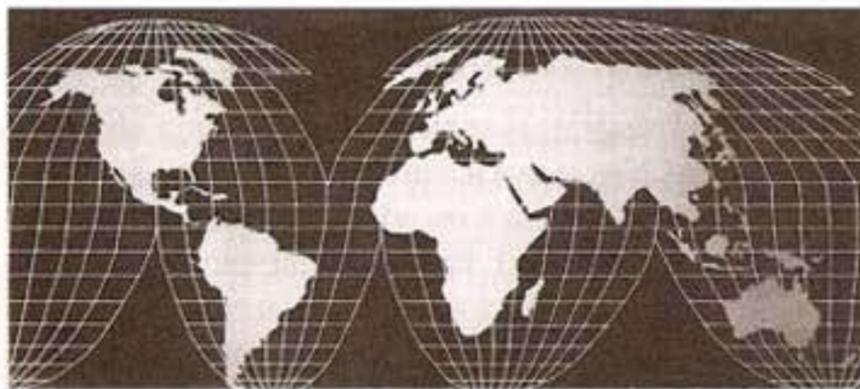
Nas salas dos quatro Eixos da PUC apresentaram comunicações ou entrevistaram nos debates especialistas de prestígio mundial. O discurso incidiu sobre a totalidade do conhecimento acumulado pelo homem e o mau uso dele feito no contexto da revolução tecno-científica instrumentalizada pelo capitalismo neoliberal. Personalidades como Ignacio Ramonet, Eduardo Galeano, Danielle Mitterrand, Cuauhtemoc Cardenas, Ricardo Petrella, Frei Betto, Alfredo Guevara, Tariq Ali, Ahmed Ben Bella, atraíram milhares de ouvintes. Mas os representantes de organizações diretamente envolvidas no combate diário contra o imperialismo e o neoliberalismo – caso do coronel equatoriano Lucio Gutierrez, que liderou a marcha dos índios sobre Quito, dos porta vozes das FARC colombianas, de líderes sindicais como Victor Gennaro, presidente da Central de Trabalhadores da Argentina, de João Pedro

Stédile, o coordenador do MST – estiveram permanentemente no centro das atenções tanto pelas temáticas abordadas como pela solidariedade que as suas organizações mobilizam em nível mundial.

Ricardo Alarcon, presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, foi saudado com a maior ovação. Mais do que o tema – uma lúcida exposição sobre a estratégia, os crimes e o desafio à humanidade do Império ianque – o que emocionou os presentes foi a lição da resistência heróica do povo cubano, ou seja a demonstração de que é possível dizer Não a Washington e recusar o neoliberalismo, optando pelo socialismo.

Num Fórum como este, marcado pela coexistência de uma enorme diversidade de opiniões de delegados com formações e mundividências diferentes, unidos pela rejeição das políticas neoliberais e pela disponibilidade para as combater, seria inevitável que as intervenções refletissem perspectivas também muito diferenciadas no tocante a formulações estratégicas, a aspectos táticos de lutas em curso, a iniciativas a tomar e, obviamente, ao debate sobre as alternativas. Essa diversidade manifestou-se no discurso político. Uma das mais felizes iniciativas do Fórum foi a da montagem de centenas de mesas redondas nele integradas, mas organizadas autonomamente por diferentes instituições ou forças políticas.

Particpei numa delas, organizada pelo Partido Comunista do Brasil. Durante três dias o auditório da Fundação da Faculdade de Ciências Médicas (400 lugares) encheu-se a transbordar de um público que interveio intensamente nos debates sobre temas como a economia parasitária, a exclusão social e o autoritarismo; a resistência e a luta dos povos contra o neoliberalismo; e a construção de uma alternativa à barbárie. Entre os conferencistas estiveram Samir Amin, François Houtard, Marta Harnecker, a filósofa argentino-cubana Isabel Rauber, a mexicana Ana Ceceña (estudiosa do movimento zapatista), o sindicalista Victor Gennaro, o chileno Jose Cardematori, ex-ministro da Economia de Allende, Julio Gambina, coordenador da Attac Argentina, o cientista social Luis Fernandes, Cristovam Buarque, Jaime Caicedo, secretário geral do PC Colombiano, etc. Uma das mesas foi presidida por Tarso Genro. A maioria das exposições foi fascinante e os debates impressionaram pelo alto nível. Samir Amin, que se assumiu “de certa maneira como comunista” foi categórico: para a barbárie capitalista atual não há alternativa fora do socialismo.



O debate televisivo entre representantes dos dois Fóruns contou em Porto Alegre com uma audiência que, pela paixão, lembrava a dos grandes jogos de futebol. Na opinião da torcida internacional reunida na capital gaúcha o resultado foi uma goleada do *team* de Porto Alegre. É significativo, entretanto, o mau humor de George Soros quando, no final, declarou aos jornalistas que não voltará a participar de iniciativas similares. O multimilionário foi a única estrela do debate via satélite. Merece reflexão a atitude de Soros ao assumir-se perante milhões de telespectadores como um “especulador”. Não é nele inédito o cinismo que exibiu. Em seu livro *Soros fala de Soros* não somente revela como levou ao tapete a libra esterlina, como se orgulha da sua proeza de aventureiro. Escreveu então: “nunca me preocupei com as conseqüências sociais dos meus atos. Em determinadas circunstâncias, tinha consciência de que as conseqüências poderiam ser nefastas, mas isso não me interessava, porque eu estava respeitando as regras”. Nas regras a que alude contemplamos o retrato da engrenagem do capitalismo imperial. A confissão define o homem que o Fórum de Davos designou para o representar no diálogo com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Nas palavras do mega-especulador está condensado o espírito do projeto de sociedade do neoliberalismo globalizado, o desprezo pela humanidade dos novos teólogos do mercado que erigem o dinheiro em valor absoluto.

O brado de Porto Alegre começa a tirar o sono aos responsáveis pelo aprofundamento da desigualdade entre os homens e por um modelo de sociedade que configura ameaça à própria continuidade da vida na Terra. A idéia de que “um outro mundo é possível” tende a ser assumida por parcelas cada vez mais importantes da humanidade. Avançamos devagar mas com esperança para um futuro melhor.

Miguel Urbano Rodrigues

Países socialistas

“A revista *Princípios* já publicou artigos sobre Cuba, Vietnã e China. No que se refere à China, gostei muito do que escreveu o deputado federal Haroldo Lima na edição 59. Graças a seu artigo, pude ter uma idéia geral das questões ideológicas na China atual. Parece-me que enquanto a China continuar seu desenvolvimento econômico e social, orientando-se pelos “quatro princípios cardiais”, enumerados no referido artigo, o futuro do socialismo na China não estará ameaçado. Por outro lado, uma China forte e socialista é um fator importante para a paz mundial; e será sempre um ponto de referência de inspiração para todos aqueles que acreditam no triunfo do socialismo no Brasil e no mundo inteiro.

Como leitor assíduo da revista há vários anos, gostaria que esta publicasse alguma coisa sobre a Coreia do Norte. Penso que outros leitores também gostariam de ler algum documentário baseado em fontes fidedignas – como já foi feito em relação a Cuba, Vietnã e China – sobre a construção do socialismo nas condições históricas da Coreia do Norte. Quais as principais dificuldades que o país está enfrentando atualmente? Quais são as perspectivas do socialismo na península coreana? Como sabemos, a grande imprensa, embalada pelo espírito do modelo neoliberal hegemônico não esclarece nada, confunde e distorce tudo o que diz respeito ao socialismo e ao comunismo, mormente quando se refere à Coreia do Norte.

Todas as notícias fragmentadas que a gente lê na imprensa ou ouve pela televisão parecem ser altamente tendenciosas. Dizem que a Coreia do Norte está em uma crise profunda, que o povo está morrendo de fome, ao mesmo tempo dizem que os norte-coreanos estão prestes a fabricar a bomba atômica, que o país é uma ameaça aos Estados Unidos, etc. A primeira pergunta que dá vontade de fazer é a seguinte: se o país está tão mal assim, como pode ameaçar a grande potência da atualidade?”

José Lourenço Cindra
Guaratinguetá – SP

Reforma agrária

“Gostaria de sugerir que a revista publicasse mais matérias sobre a questão agrária, a reforma agrária em nosso país e também sobre o MST. (...) Essa questão complexa e importante deve ser tratada e considerada de maneira constante pelos marxistas (e sempre exigiu destes singular atenção). (...)”

Ricardo Montalvão
Goiânia/GO

Povo palestino

“O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sentir-se-á honrado com sua presença na Sessão Solene com a finalidade de comemorar o ‘Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino’ que, por solicitação dos nobres Deputados Salvador Khuriyeh, Jamil Murad e Pedro Tobias, será [foi, N.R.] realizada no dia 27 de novembro de 2000, às 20 horas, no Plenário Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.”

Venderlei Macris
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Princípios

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes - e-mail: princip@ruralsp.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Random Design Ltda

Fotolitos: Digitexto

PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi

**R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e
3266-4312**

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Barfita, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação Rua Manoel Gaia, 442 - Via Mazzel (em frente a Madeirense). ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olimpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins II, 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS). CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penalva, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIÂNIA: Banca do Marão - R. 8ª Av. Anhangüera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonelax 465-5919; Shopping Tacaruna, fonelax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonelax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodier - Aeroporto dos Guararapes, fone 326-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonelax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366. PORTUGAL: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 5 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.

VISITE A EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

De 1926 a 1960, o Palácio Tiradentes foi sede da Câmara Federal. Nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Carlos Lacerda ajudaram a construir ali a História do Brasil. A exposição permanente

Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro permite ao visitante conhecer com maior profundidade os principais episódios ocorridos no espaço onde hoje está instalada a

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Um espaço com muita história para contar.



- Painéis fotográficos
- Multimídia
- Charges históricas
- Maquetes
- Depoimentos

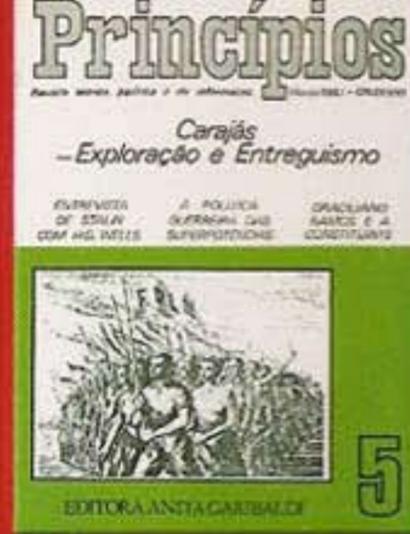
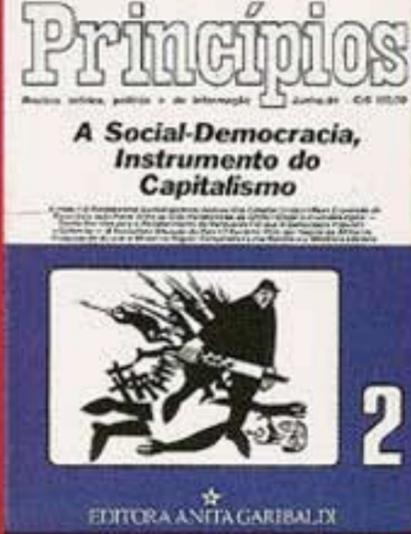
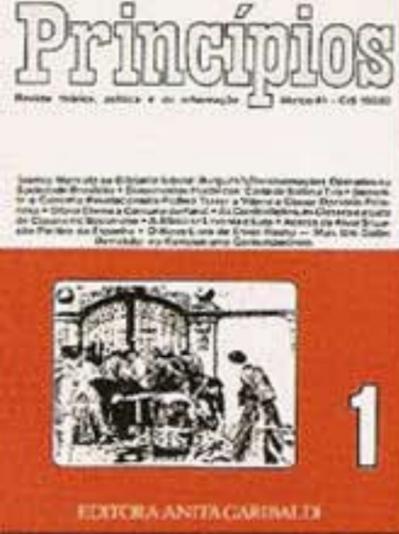
Rua Primeiro de Março, s/n, Centro.

De terça a sexta *10h às 20h* • Sábado *9h às 19h*

• Domingo *9h às 14h*

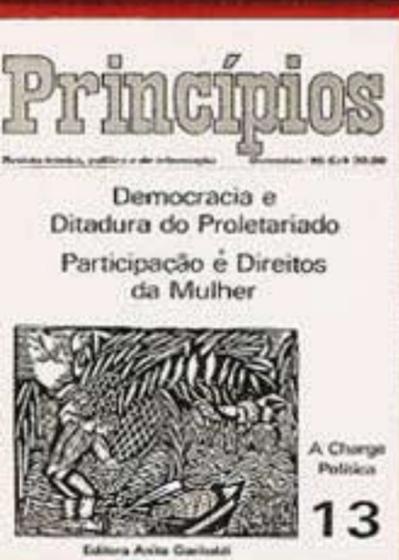
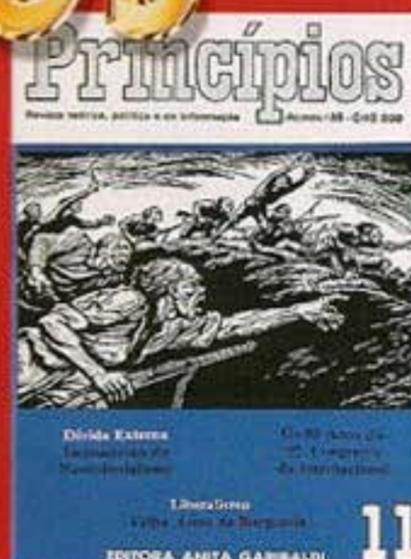
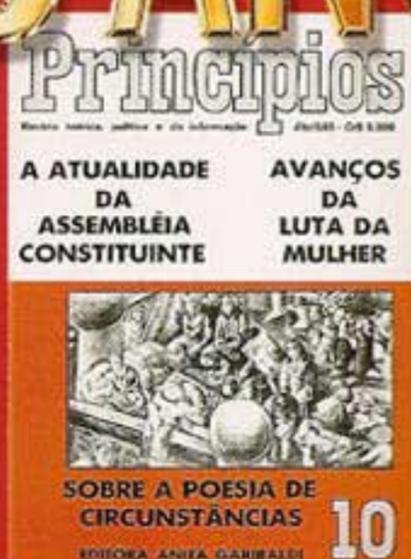
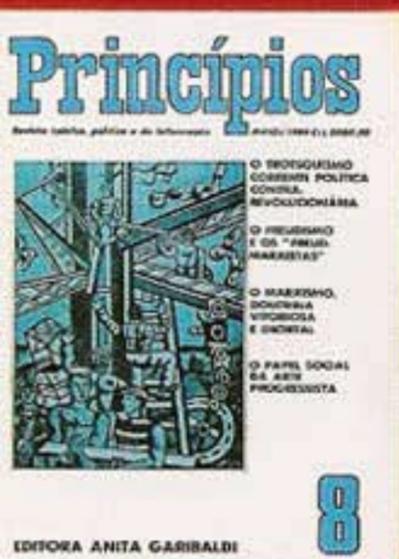
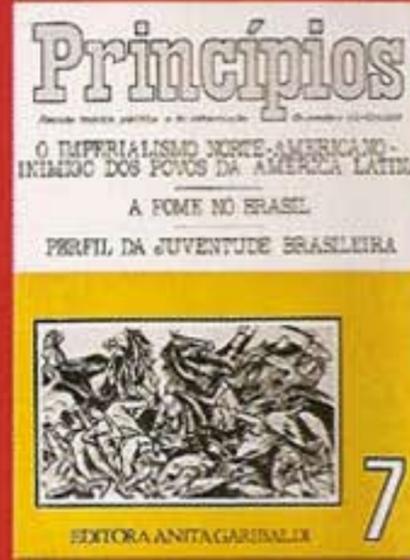
Entrada Franca

Visite a home page da Assembléia:
<http://www.alerj.rj.gov.br>

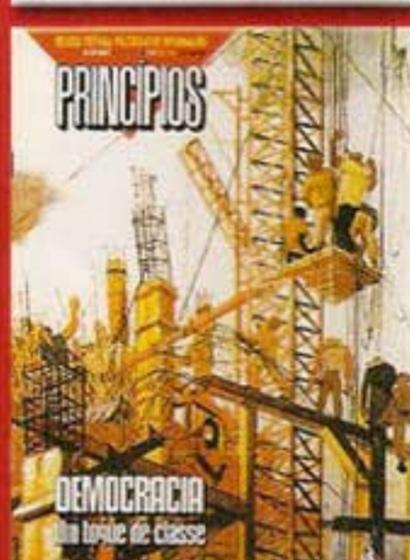
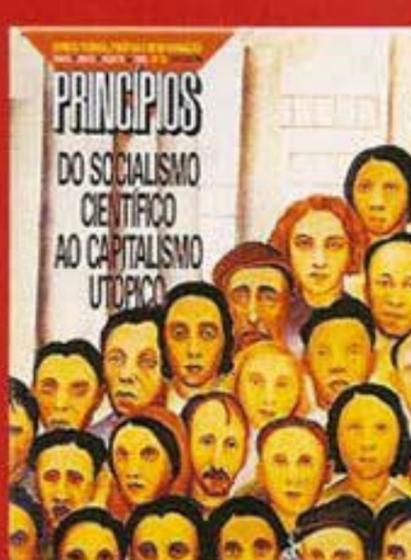
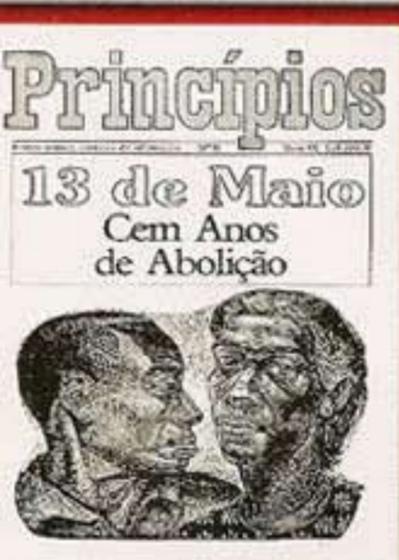


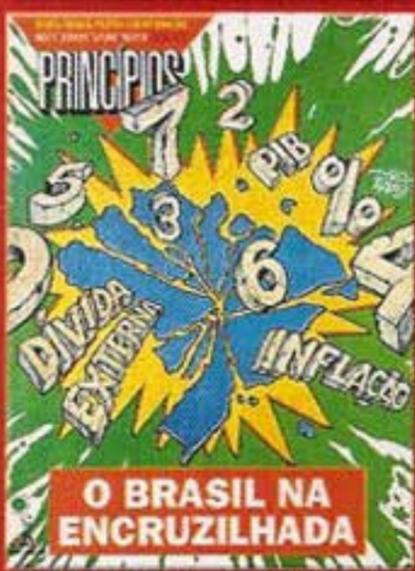
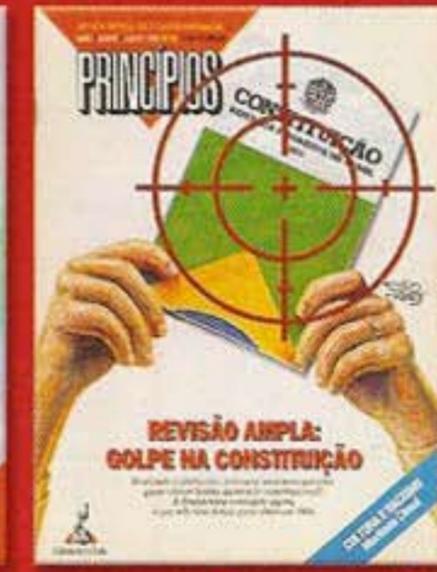
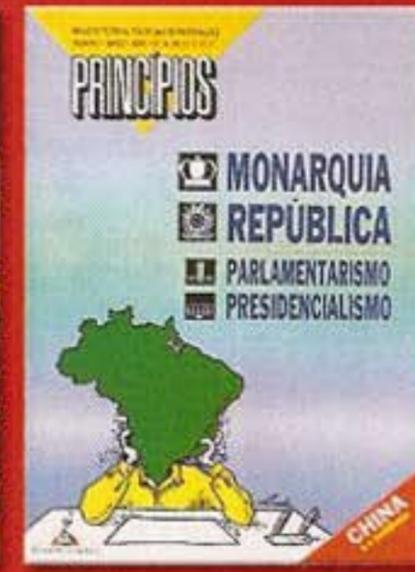
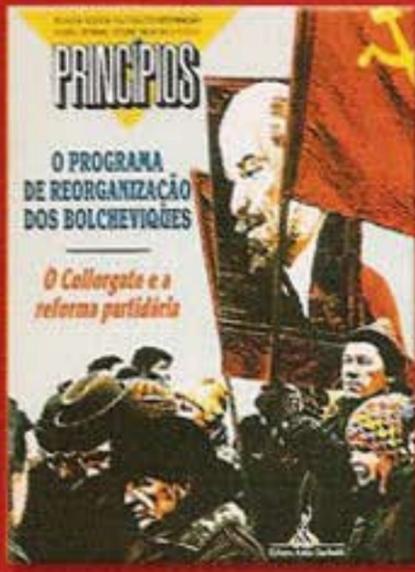
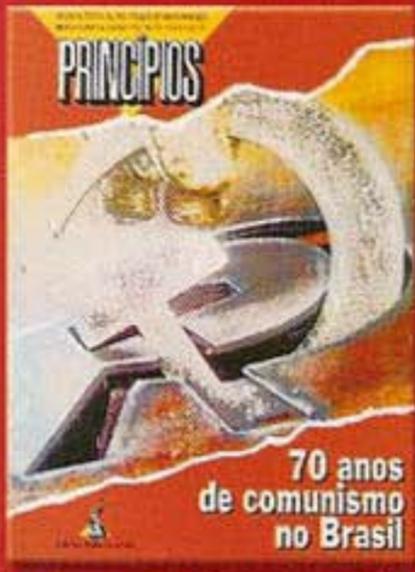
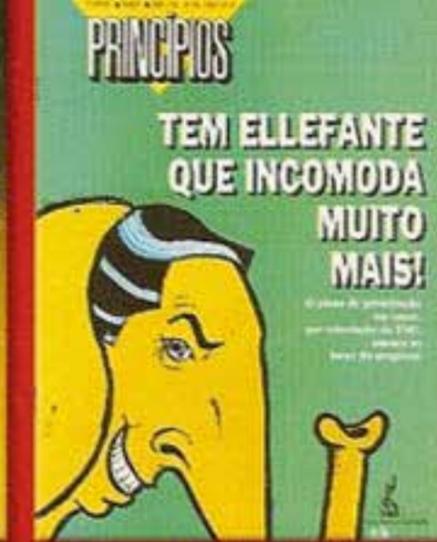
Princípios

20 ANOS

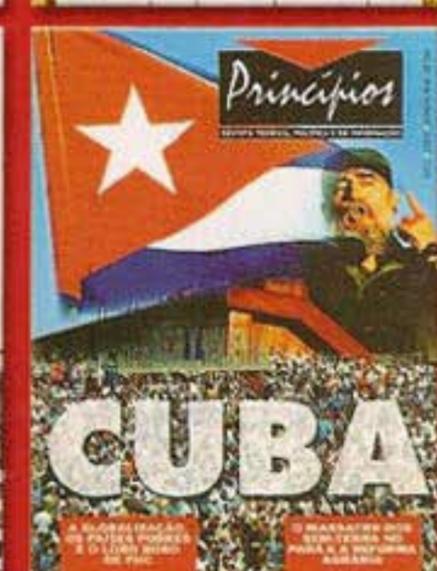
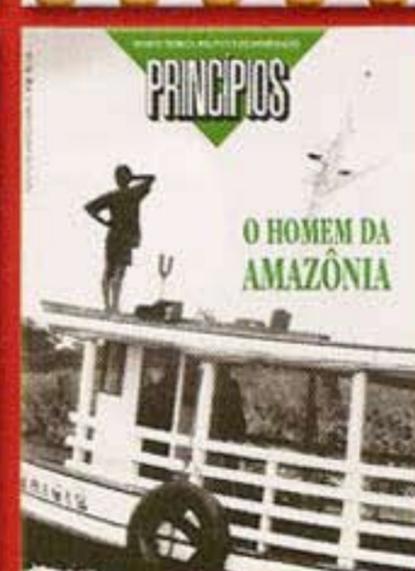
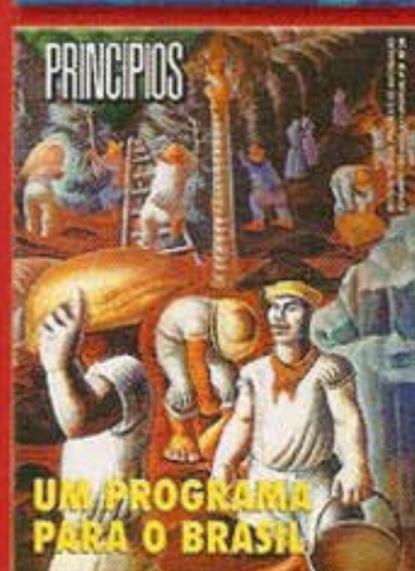
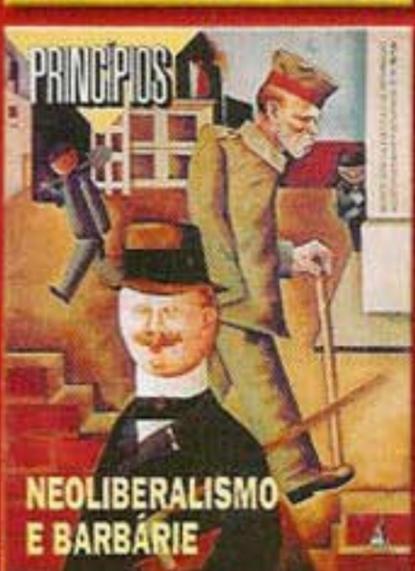
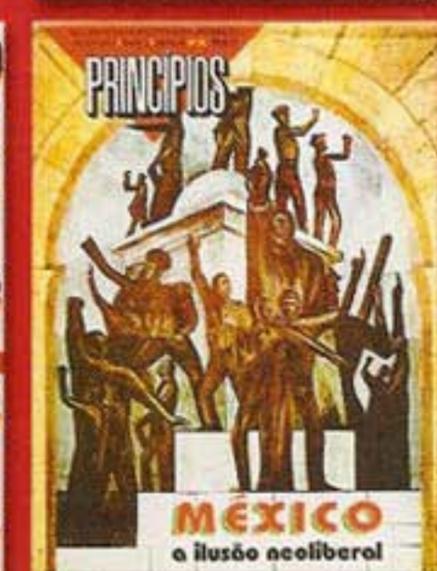
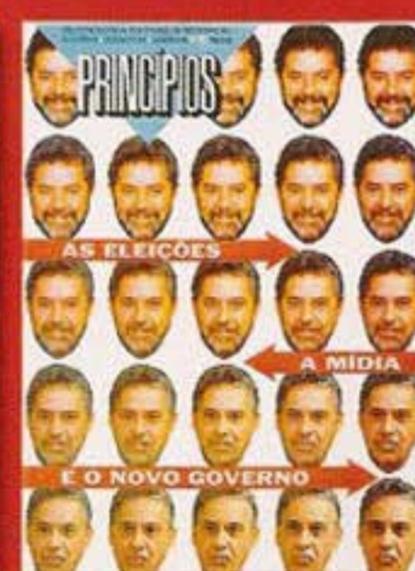
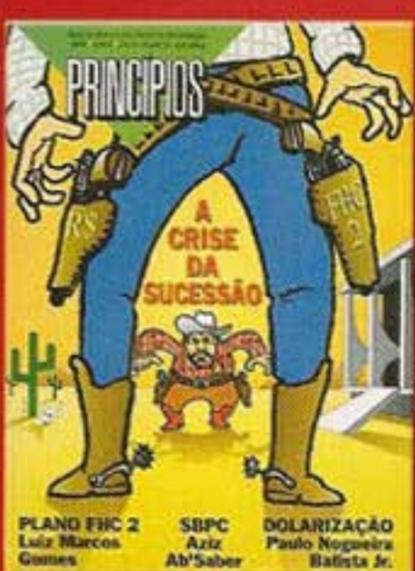
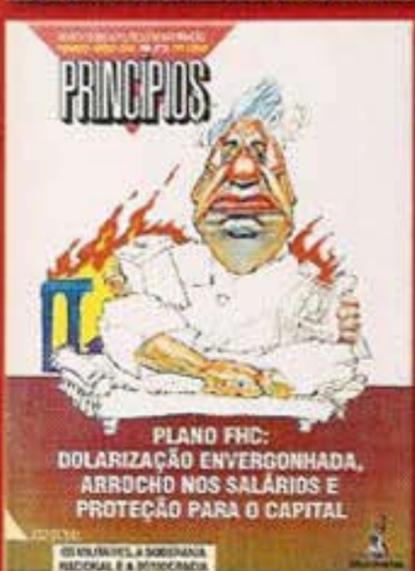
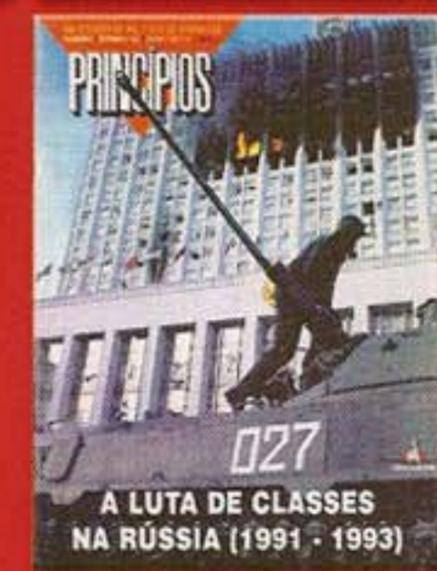


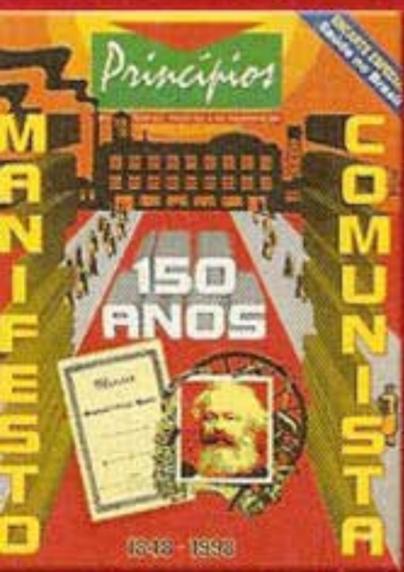
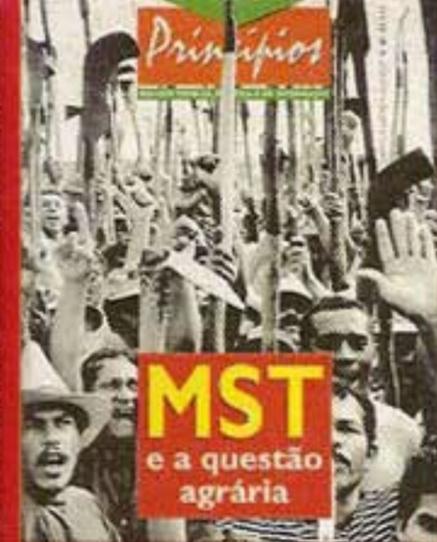
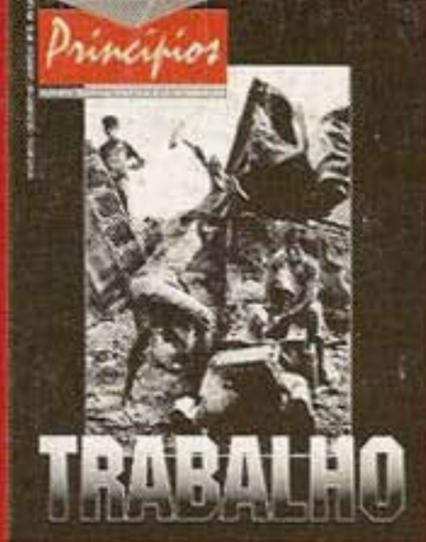
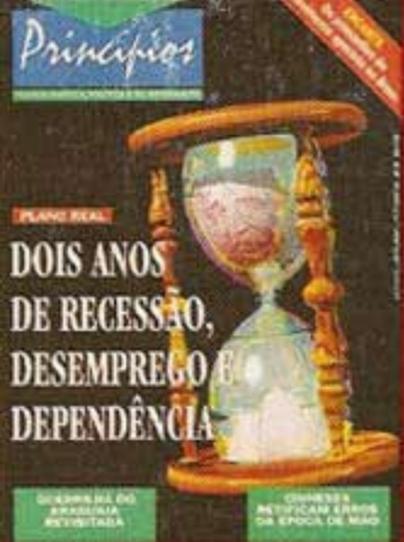
uma revista comprometida com a defesa da soberania nacional, a democracia, os direitos dos trabalhadores e o socialismo





Princípios sempre se esforçou para estar em dia com os grandes temas e debates em curso no cenário nacional e no mundo. O Brasil em seus vários aspectos, a conjuntura e assuntos internacionais, a economia, o marxismo e o socialismo, o movimento operário, a história, a filosofia, a política, a ciência e a tecnologia, a educação, a cultura e a arte, as questões sociais... Enfim, os mais importantes e candentes temas que envolvem a vida da sociedade, apareceram – de forma objetiva e profunda – em suas páginas





Principípios

20 ANOS

de teoria, política e informação

